

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0733/1995 DE 1995

MATERIA LEGISLATIVA: FL

01-0733/1995 DE 15/08/1995

PROMOVENTE: EXECUTIVO

PAULO MALUF

NUM. OFICIO A.T.L.:

0193/1995

E M E N T A:

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA INCIDENTE SOBRE IMÓVEL INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE BENEFICIENTE DE SENHORAS HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS, E D6 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O B S E R V A C O E S:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
26/10/2010 11:18:18

00000012856-29



ARQUIVADO EM

2205, 2001

Marla Isabel Lopes Costa
Chefe de Seção Técnica - Substituto



Prefeitura do Município de São Paulo

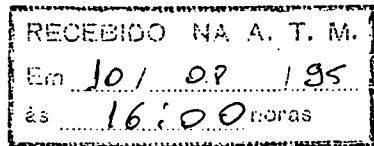
São Paulo, 10 de agosto de 1995

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. T. L. n.º

193/95

Processo nº 59-001.086-95*68



Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, acompanhado da respectiva exposição de motivos, a fim de ser submetido ao estudo e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

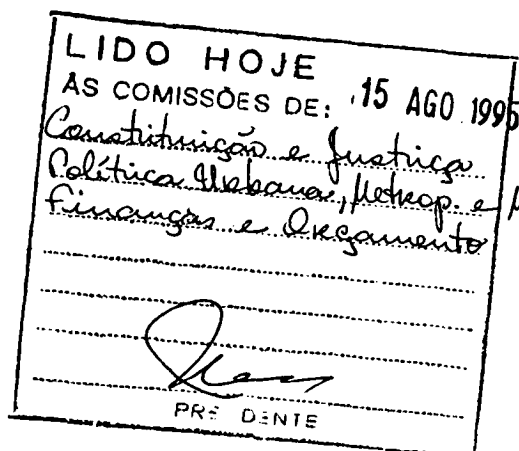
Anexos: projeto de lei, exposição de motivos, cópias xerográficas de fls. 2, 3/6 do processo nº 59-001.086-95*68 e do Estatuto da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Miguel Colasuonno

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/sffs

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE EM: 1.º ... da data ... rubri-
cado(s) sob n.º 21 ... formação sob
n.º 22 17.08.95-a 1.º *Ad*

PROJETO DE LEI 01 - PL
01-0733/1995

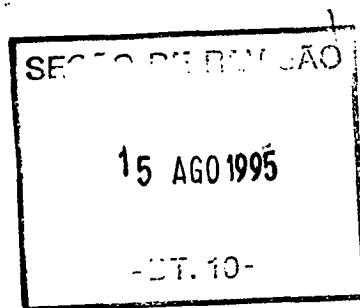


Concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo

DECRETA:

[Signature]



Art. 1º - Fica isento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, o

Folha n.º	03	de proc
n.º	733	de 1995
		

imóvel situado na Rua Peixoto Gomide, nº 469, contribuinte nº 010.061.0009-1, integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, enquanto a renda dele decorrente for destinada exclusivamente às atividades da entidade.

Parágrafo único - A isenção de que trata o "caput" deste artigo dependerá de requerimento anual, a ser apresentado na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria das Finanças.

Art. 2º - A isenção concedida nos termos desta lei não exonera a beneficiária do cumprimento das obrigações acessórias a que está sujeita.

Art. 3º - Ficam cancelados os débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidentes sobre o imóvel de que trata esta lei, e anistiadas as penalidades correspondentes, existentes à data de início de vigência desta lei, vedada a restituição de qualquer importância a tal título recolhida.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LMBN/rmn



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente projeto de lei, ora encaminhado à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, tem por objetivo a concessão de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel situado na Rua Peixoto Gomide, nº 469, integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês.

A Entidade, voltada exclusivamente à assistência hospitalar, tem extensa e indiscutível folha de serviços prestada à comunidade, estando incluída entre os muitos orgulhos dos cidadãos desta Cidade.

Constituída na década de 20, mais precisamente em 1º de dezembro de 1921, a Sociedade tem por objetivos:

"promover obras de assistência social e promover, por todos os meios possíveis, a instalação e funcionamento de um Hospital para tratamento de doentes de todos os níveis econômicos e sociais, sem distinção de nacionalidade, raça e religião, cor ou política, obrigando-

se, como Instituição Filantrópica que é, manter leitos e serviços hospitalares para uso público gratuito dentro das exigências legais, e, ainda, aplicando todo e qualquer recurso que venha a possuir para a consecução de seus objetivos, no Brasil." (artigo II dos Estatutos Sociais da Entidade).

Em sua longa existência prestou e presta, ainda, serviços de qualidade irretocável na área médica, equiparando-se, em seu campo de atuação, aos melhores centros do mundo, contribuindo para o avanço do atendimento médico-hospitalar da população.

Acrescente-se, por oportuno, que as rendas da Entidade, na forma disposta em seu Estatuto Social, são constituídas por valores decorrentes de locações, valores, títulos, doações e legados que lhe sejam feitos.

Ademais, o próprio artigo IX do diploma referido estabelece que:

"As rendas da Sociedade, qualquer que seja a sua procedência e natureza serão integral e obrigatoriamente aplicadas no País para os respectivos fins sociais."

Desse modo, as rendas auferidas, a qualquer título, pela entidade, têm destino definido e

inafastável, devendo ser aplicadas no alcance de objetivos estatutariamente estabelecidos.

Não resta dúvida que o atendimento hospitalar de qualidade exige infra-estrutura adequada, no sentido mais amplo. Assim, a entidade oferece o imóvel aqui tratado para estacionamento de veículos de médicos, funcionários e usuários em geral, na procura, inclusive, de tornar menos penosa a vida de tantos quantos se dirigem ao hospital mencionado.

A questão de estacionamentos nas cidades grandes apresenta-se quase como insolúvel, reclamando enfrentamento corajoso por parte dos administradores públicos.

Dessa forma, são bemvindas propostas que contribuam para, pelo menos, minorar a gravidade desse problema, maxime quando são beneficiados usuários de entidades como a aqui tratada.

Diante disso e da indiscutível necessidade de dotar-se um hospital do porte do ora versado de estacionamento de veículos apto a servir sua clientela, a Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês vem utilizando, para esse fim, o imóvel situado à Rua Peixoto Gomide, nº 469, em frente àquele estabelecimento hospitalar.

Por razões de eficiência e segurança a administração do estacionamento em causa foi entregue a empresa especializada, sem, no entanto, qualquer objetivo mercantil.

Cuida-se, como já salientado, de instituição de cunho benemérito, voltada à assistência médica, sendo certo que o oferecimento de vagas de estacionamento para veículos apresenta-se, "in casu", não como mera comodidade, mas como verdadeira exigência.

Pelo exposto, de se concluir que é justo amparar-se a instituição em causa, que vem complementando a atuação do Estado em área tão carente de recursos e assoberbada de problemas, com a isenção proposta no artigo 1º do projeto.

Referida isenção, todavia, fica vinculada a requerimento da interessada e a observância e prazos e condições determinados.

Ademais, para resguardo do Fisco Municipal, nos expressos termos do artigo 2º da mensagem a Entidade responderá pelo cumprimento das obrigações acessórias do IPTU.

De observar-se que, conforme o disposto no artigo 3º da mensagem, fica vedada a restituição de importâncias eventualmente pagas, a título de recolhimento dos tributos em referência.

Pelos inestimáveis serviços prestados pela entidade à coletividade, e atendida a disposição do parágrafo 6º do artigo 131 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, justificado está o relevante interesse público da mensagem, que, certamente, em sendo reconhecido por essa Casa, findará por receber seu aval.

Acompanham cópias xerográficas ilustrativas do assunto.

LMBN/rmn



Folha nº 08 do proc
nº 733 de 1995
Gob

SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS
HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS

S. FICHADO

REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Dr. Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo

Folha Nº 02
59 001.086-95*68
JAIR JENÓRIO DOS SANTOS
Auxiliar de Gabinete
SGM/AUTUAÇÃO

SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS, CGC nº 61.590.410/0001-24, Inscrição Estadual - isento, CCM 8.288.958-9, com sede à Rua Dona Adma Jafet, 91 - São Paulo - SP; Entidade Beneficente sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Estadual, Lei 6.416 de 20.10.61; Municipal Decreto 8.172 de 16.05.69 e Federal Decreto 68.817 de 28.06.71, voltada exclusivamente à Assistência Hospitalar, vem respeitosamente requerer do Poder Público Municipal o enquadramento do imóvel utilizado como Estacionamento para médicos, funcionários e pacientes - contribuinte nº 010.061.0009-0, como atividade essencial do Hospital, conforme descrição e informações do imóvel em documento anexo (Doc.1), e assim sendo isentá-lo do recolhimento do IPTU/TAXAS a partir de 1991 e suspender a execução judicial de cobrança em curso, conforme documento anexo (Doc.2).

São Paulo, 30 de agosto de 1.994.

S. E
11/05/95
Recebido Hoje

VIOLETA BASILIO JAFET
Presidnete

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe
SGM/LATL

Folha n.º 09 de proc.
n.º 733 de 1995
Ed

DOC 1



**SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS
HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS**

DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Folha n.º 02 do Proc.
n.º 03
Regina Lúcia Diniz de Faria
Oficial de Gabinete

ENDEREÇO: R. Peixoto Gomide, nº 469

CONTRIBUINTE Nº: 010.061.0009-1

Folha n.º 03
59 001.086-95*68
Ass. *[Assinatura]*
JAFET
Auxiliar de Gabinete
SGM/AUTUAÇÃO

UTILIZAÇÃO: Estacionamento para médicos, funcionários e pacientes do Hospital.

SOLICITAÇÃO: Enquadramento do imóvel acima como atividade essencial do Hospital para fins de isenção de IPTU/TAXAS.

Trata-se de um terreno, com pátio especialmente preparado, com guarita, piso cimentado e entrada controlada para uso exclusivo de médicos, funcionários e usuários do Hospital mormente por estar ele situado em terreno frontal ao Hospital, com entrada pela Rua Dona Adma Jafet.

O estacionamento teve exclusivamente a sua administração entregue a uma empresa especializada (MULTIPARK), em razão da necessidade e conveniência de o serviço ser prestado de forma eficiente e segura. A referida MULTIPARK, como se lê no contrato com ela firmado é a título gratuito, sem qualquer objetivo mercantil, e

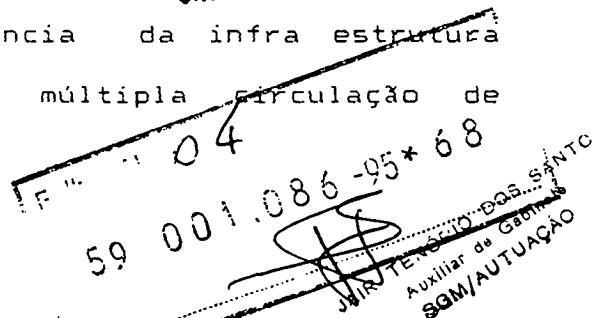


SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS
HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS

Folha n.º 10 de proc.
n.º 733 de 1995
Ed

Folha n.º 03 do Proc.
n.º 012412
REGISTRO DE ATOS ADMINISTRATIVOS
Oficial de Gabinete

com evidente finalidade de atender exigência da infra estrutura hospitalar, absolutamente dependente da múltipla circulação de veículos.



O artigo 19 da Constituição anterior já estipulava que era "vedado a União..." III - "Instituir imposto sobre: ... C" - O patrimônio, a renda ou os serviços de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos da lei." Regulando esta situação jurídica, veio o artigo 150 da nova Constituição de 1988 pelo qual o parágrafo 4º explicita que "as vedações (imunidades impositivas) do inciso VI, "b" e "c", compreendem somente a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas".

Indubitavelmente, "FINALIDADES ESSENCIAIS" do texto constitucional equivale aos FINS PREVISTOS NO ESTATUTO. Se o Estatuto é o ato constitutivo da recorrente e contém as proposições jurídicas necessárias à qualificação da recorrente como entidade de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei - é inegável o direito assegurado à imunidade do tributo, mormente por se tratar de entidade reconhecida como de utilidade pública, no âmbito federal, estadual e municipal.

Laura Maria de Barros Nascimento
LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe



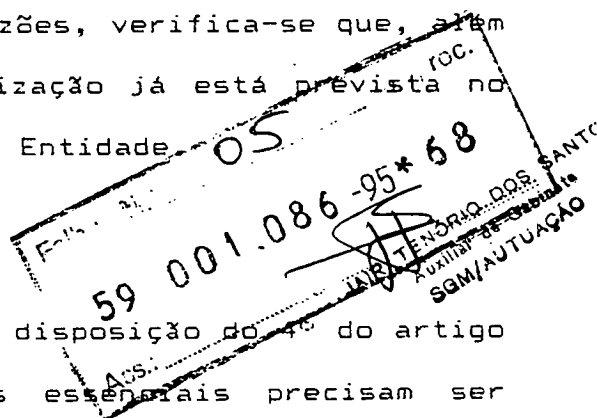
SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS
HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS

Folha n.º 11 de proc.
n.º 733 de 1995
ad

Folha n.º 04 do Proc.
n.º REG. 001.086-95*68
Oficial de Gabinete

Se, obviamente, o estatuto é a lei orgânica da entidade; se os recursos dela só podem ser aplicados nos fins previstos no estatuto; e se o próprio Código Tributário Nacional, como lei complementar da Constituição, é explícito, no artigo 14, 2º que "os serviços a que se referem a alínea "c" do inciso IV do artigo 9º são exclusivamente os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos"; considerando que o estatuto é expresso em ter como "objetivo promover obras de assistência social, e promover por todos os meios, a instalação e funcionamento de um Hospital obrigando-se, como instituição filantrópica a manter leitos e serviços hospitalares para uso público e gratuito" sendo que "no caso de dissolução ou extinção da Sociedade o seu remanescente social será destinado a entidades assistenciais congêneres, dotada de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, por escolha da respectiva Assembléia, desde que registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou entidade pública" - por todas razões, verifica-se que, além das disposições constitucionais, a normatização já está prevista no Código Tributário Nacional e no Estatuto da Entidade.

É pacífico que a disposição do 4º do artigo 150 da Constituição, que as finalidades essenciais precisam ser interpretadas como finalidades previstas nos atos constitutivos, instituidores ou qualificadores das entidades. Haja vista que a



Folha n.º	12	de proc
n.º	733	de 1995
ed		



**SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS
HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS**

Folha n.º	05	do Proc.
n.º	[assinatura]	

disposição do parágrafo 2º do artigo 150, ao referir-se "ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados as suas finalidades essenciais, como delas decorrentes" , dá-nos a convicção de que a imunidade se circunscreve às finalidades essenciais ou delas decorrentes que estão previstas nos seus atos juridicamente constitutivos, ou que, como tais, as qualificam.

06
59 001.086-95*68
SENHORIO DOS SANTOS
de Gabinete
AUTUAÇÃO
SGM

Do exposto, espera a Entidade, para ser concedida a imunidade do Imposto Predial e Taxas já que, com as razões apresentadas, ficou perfeitamente esclarecido que o imóvel integra de forma plena e cabal o patrimônio imobiliário da Entidade para o desenvolvimento comprovado de uso e serviços que fazem parte das suas atividades essenciais, quais seja o estacionamento dos veículos dos médicos, funcionários e usuários do Hospital.

São Paulo, 30 de agosto de 1.994.

[assinatura]
LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe
SGM/ATL

E S T A T U T O S

SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS

CAPÍTULO I

DA SOCIEDADE, SUA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Artigo I - A Sociedade Beneficente de Senhoras, fundada nesta Capital de São Paulo, no dia 1º de Dezembro de 1921, com a denominação de "Hospital Sírio-Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital de Caridade da Colônia Sírio Libanesa", de acordo com a averbação respectiva passa a denominar-se doravante: "SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS", sendo uma sociedade civil de duração ilimitada, com sede e foro no município de São Paulo, reger-se-á por estes Estatutos e pelas leis que lhe forem aplicáveis.

único - A sede da Sociedade situa-se em São Paulo, à Rua Adma Jafet, 91.

Artigo II - A Sociedade tem como objetivo [promover obras de assistência social e promover, por todos os meios possíveis, a instalação e funcionamento de um Hospital para tratamento de doentes de todos os níveis econômicos e sociais, sem distinção de nacionalidade, raça e religião, cor ou política, obrigando-se, como Instituição Filantrópica que é, manter leitos e serviços hospitalares para uso público gratuito dentro das exigências legais e, ainda, aplicando todo e qualquer recurso que venha a possuir para a consecução de seus objetivos, no Brasil.]

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe
SGM/LATb

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe
SGM/LATb

Folha n.º	13	de	proc.
n.º	733	de	1995
Cat			

Artigo III - A Denominação de "HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS" destina-se a homenagear os pioneiros imigrantes sírios e libaneses vindos ao Brasil.

Artigo IV - A Sociedade tem personalidade jurídica distinta da de seus sócios, que não responderão, mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

Artigo V - O símbolo da Sociedade é representado pela silhueta de uma enfermeira, dentro de um círculo maior onde se inscreve "SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS" e, na parte inferior "HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS", com uma cruz dentro do círculo.

Artigo VI - Em suas atividades internas ou em suas relações com terceiros nenhum ato da Sociedade poderá ter caráter político, racial ou religioso, nem podem suas dependências serem alugadas ou cedidas, a qualquer título, para manifestações dessa natureza.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS

Artigo VII - O patrimônio da Sociedade é constituído por todos os bens móveis e imóveis, valores, títulos e direitos que atualmente o integram e pelos que vier a adquirir por qualquer forma de direito.

1ª - Todos os bens que constituem o patrimônio da Sociedade deverão ser devidamente cadastrados e escriturados em livro próprio.

2ª - Os bens imóveis da Sociedade são inalienáveis e somente poderão ser dados em hipoteca, para garantia de dívida contraída para seus próprios melhoramentos, mediante autorização, de no mínimo 2/3 (dois terços) de todos os membros do Conselho Deliberativo e assegurado o programa financeiro do resgate.

Artigo VIII - As rendas da sociedade são constituídas:

- a) da receita das obras que mantiver e do Hospital Sírio Libanês na parte destinada à pacientes pagantes;
- b) das subvenções concedidas pelos poderes públicos, entidades autárquicas, para estatais ou fundações e com doativos e subvenções de particulares;
- c) da renda de locações, valores, títulos, doações e legados que lhe sejam feitos.

Artigo IX - As rendas da Sociedade, qualquer que seja a sua procedência e natureza serão integral e obrigatoriamente aplicadas no País para os respectivos fins sociais.

CAPÍTULO III

DOS SÓCIOS

Artigo X - O quadro social, ilimitado, é constituído de pessoas físicas e jurídicas, admitidas na forma prescrita nestes Estatutos, sem distinção de nacionalidade, raça, cor, credo político ou religioso, distribuídos nas seguintes categorias:

- a) Fundadores
- b) Honorários
- c) Beneméritos
- d) Contribuintes

1ª - São sócios fundadores os que, em número de 27 (vinte e sete) assinaram a Ata da Fundação da Sociedade, em 1921, e tem os seus nomes gravados em placa fixada no pórtico do Hospital.

2ª - São sócios honorários os que, por atos de relevância social tenham feito jus a este título, por indicação e aprovação da Diretoria.

Folha n.º	14	de proc.
n.º	733	de 1995

Ad

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe
SGM/ZATL

3º - São sócios beneméritos os que prestarem à Sociedade contribuições de vulto em bens, dinheiro ou serviços.

4º - São sócios contribuintes os que, pessoas físicas ou jurídicas pagarem contínua e regularmente mensalidade ou anuidades fixadas pela Diretoria.

5º - Para homenagear os sócios beneméritos a Diretoria poderá, além de outras manifestações de reconhecimento, inscrever os seus nomes em local de obras beneficiadas por doações.

6º - Membros da Diretoria que completarem 05 (cinco) mandatos no exercício das funções, e as Conselheiras que completarem 05 (cinco) mandatos no Conselho Deliberativo, passarão a integrar a categoria de sócias honorárias.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES DOS SÓCIOS

Artigo XI - São deveres dos sócios, especialmente dos investidos em cargos do Conselho Deliberativo, de Diretoria e do Conselho Fiscal:

- a) cumprir e fazer cumprir fielmente os Estatutos, o Regimento Interno, os regulamentos dos Departamentos da Sociedade e as resoluções dos órgãos deliberativos;
- b) pagar, na forma estipulada pela Diretoria, as mensalidades ou anuidades e taxas fixadas pelo Conselho Deliberativo;
- c) comparecer às Assembléias Gerais ou justificar a sua ausência;
- d) participar de comissões para as quais for designado, salvo caso de recusa

por motivo de foro íntimo;

e) zelar pelo interesse, pelo bom nome da Sociedade e pela conservação de seu patrimônio;

f) abster-se de manifestações políticas, ideológicas ou raciais, dentro das dependências da Sociedade.

CAPÍTULO V

DOS ORGÃOS DA SOCIEDADE

Artigo XII - São órgãos da Sociedade:

- 1) Assembléia Geral;
- 2) O Conselho Deliberativo;
- 3) A Diretoria Executiva;
- 4) O Conselho Fiscal;

1) DA ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral poderá ser Ordinária ou Extraordinária, sendo o Órgão Soberano da Sociedade.

1º - Qualquer das Assembléias gerais, ordinária ou extraordinária terá a Ordem do Dia previamente divulgada pela Imprensa Oficial e por correspondência aos membros do Conselho Deliberativo, ficando a deliberação adstrita apenas aos seus itens.

2º - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será instalada pela Presidente do Conselho Deliberativo ou na sua ausência, pela Vice-Presidente. Esclarecidos os motivos da convocação, a direção dos trabalhos deverá ser exercida por uma Presidente escolhida pela maioria dos sócios presentes e não pertencentes à mesa Diretora do Conselho, à Diretoria ou ao Conselho

LAURA MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO
Assessora Chêfe
SMT/ATL

Folha n.º	15	de	proc
n.º	733	de	1995

Fiscal, mediante aclamação ou votação simbólica.

3ª - O direito de voto só poderá ser exercido pessoalmente.

4ª - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, no mês de abril, para eleger o Conselho Deliberativo e decidir sobre assuntos submetidos, eventualmente, à sua apreciação.

5ª - A convocação da Assembléia Geral Ordinária deverá ser feita pela Presidente do Conselho Deliberativo até 15 (quinze) dias antes de sua realização.

Compete à Assembléia Extraordinária:

a) Resolver sobre eventual destituição do Conselho Deliberativo se houver motivo plenamente justificado; e

b) tomar conhecimento e decidir sobre proposta de dissolução ou extinção de Sociedade, na forma prescrita no Estatuto.

6ª - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária para finalidade de dissolução ou extinção da Sociedade deverá ser feita por meio de citação nominal de todos os sócios com direito a voto, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e com a publicação, em 2 órgãos destacados da imprensa local.

7ª - No caso de dissolução ou extinção da Sociedade o seu remanescente social será destinado a entidades assistenciais congêneres, dotada de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, por escolha da respectiva Assembléia, desde que registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou entidade pública.

8ª - A Assembléia Geral Extraordinária somente poderá ser instalada com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios contribuintes com direito a voto, e a votação deverá ser feita pelo processo nominal.

2 - DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é formado pelas sócias eleitas para um mandato de 4 (quatro) anos e limitado ao número de 61 (sessenta e uma) conselheiras, podendo ser reeleitas.

1ª - Poderá inscrever-se como candidata ao Conselho Deliberativo a sócia contribuinte, desde que conte com pelo menos 8 (oito) anos de associada, em livro destinado, especialmente, a esse fim, na Secretaria.

2ª - Logo após a proclamação da eleição, as Conselheiras reunir-se-ão para eleger e empossar a Presidente, a Vice-Presidente e as 2 (duas) secretárias.

3ª - Os membros da Diretoria poderão fazer parte do Conselho Deliberativo

4ª - A Conselheira ou Diretora que deixar de comparecer à reuniões sem motivo justificado, por 4 (quatro) vezes consecutivas será advertida por escrito até 2 (duas) vezes, considerando-se, na repetição, como demissionária.

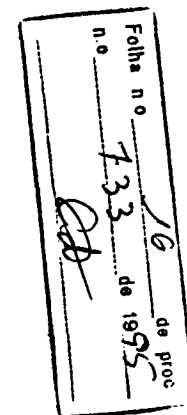
5ª - A Conselheira ou Diretora que cometer infração de natureza grave, poderá ser destituída pelo Conselho Deliberativo em decisão tomada por maioria absoluta de votos.

6ª - O conselho reunir-se-á uma vez por ano no mês de abril, a fim de julgar o relatório, os atos, as contas da Diretoria relativas ao exercício anterior e, extraordinariamente sempre que convocado.

7ª - Reunir-se-á para eleger a Diretoria Executiva de 3 (três) em 3 (três) anos.

8ª - Eleger dentre as associadas um Conselho Fiscal de 3 (três) membros e 3 (três) suplentes, com um mandato de 3 (três) anos, coincidente com a da Diretoria.

9ª - Considerar-se-á legalmente reunido o Conselho



Deliberativo quando, em primeira chamada comparecerem 2/3 (dois terços) das Conselheiras. Em segunda chamada 1 (uma) hora após reunir-se-á com qualquer número para:

- a) aprovar a Ata da reunião anterior;
- b) julgar o relatório da Diretoria;
- c) deliberar sobre os demais assuntos constantes da Ordem do Dia.

10ª - O Conselho Deliberativo somente com a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros poderá deliberar sobre:

- a) alteração ou reforma dos Estatutos;
- b) dissolução ou extinção da Diretoria.

11ª - A convocação do Conselho Deliberativo far-se-á por carta enviada, pela sua Presidente, às Conselheiras, e, ainda, por um edital publicado na imprensa local, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

12ª - O Conselho Deliberativo pode ser convocado extraordinariamente pela sua Presidente, pela Diretoria ou a pedido de 1/3 (um terço) das Conselheiras no exercício das funções.

13ª - As Conselheiras assinarão o livro de presença na folha em que a sua Secretária indicar a reunião.

14ª - Nas reuniões extraordinárias do Conselho tratar-se-á exclusivamente da matéria constante da convocação, e a votação, obrigatória, poderá ser, a pedido da maioria, de caráter secreto.

15ª - A Conselheira Diretora não votará em reuniões do Conselho em deliberações sobre atos da Diretoria.

3 - DA DIRETORIA

A Sociedade será administrada por uma Diretoria Executiva composta por 20 (vinte) membros, a saber: Presidente - 1ª Vice-Presidente - 2ª Vice-Presidente - Secretária Geral - 1ª Secretária - 2ª Secretária - Tesoureira Geral - 1ª Tesoureira - 2ª Tesoureira - Diretora de Patrimônio - Diretora de Sede - Diretora de Sede - Diretora Social e de Eventos - Diretora Social e de Eventos - Diretora de Relações Públicas e Divulgação - Diretora Superintendente - Diretora Superintendente - Diretora Superintendente - Diretora de Voluntárias - Diretora.

1ª - Para os cargos de Presidente, Tesoureira Geral e do Patrimônio só poderão ser eleitas membros do Conselho Deliberativo.

2ª - A Diretoria poderá nomear assessoras, por tempo determinado ou não, para o exercício de funções ou execução de trabalhos que serão especificados no ato da nomeação.

3ª - A Diretoria reunir-se-á semanalmente, em dia e hora previamente estabelecidos.

São atribuições da Diretoria:

- a) Administrar a Sociedade;
- b) organizar comissões com finalidades específicas, cujos mandatos terminam com a Diretoria;
- c) nomear os integrantes de Conselho que, eventualmente venha a ser criado;
- d) acompanhar o movimento e a administração do Hospital Sírio Libanês e das obras que mantiver;
- e) elaborar o Regimento Interno do Hospital e das obras que mantiver ouvidos os órgãos técnicos respectivos;

Folha n.º	17	de proc.
n.º	733	de 1995

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Direto
SGM/ATL

f) ordenar a execução de serviços e contratos;

g) nomear o Diretor Clínico do Hospital e os Diretores das obras que mantiver, cujos mandatos, destes últimos coincidem com os da Diretoria;

h) nomear, com a aprovação das Diretoras o Administrador Hospitalar e os administradores das obras que mantiver.

São atribuições da Presidente:

a) Representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele;

b) assinar correspondência e autorizar, conjuntamente com a tesoureira, os pagamentos e recebimentos, salvo os recibos de mensalidade, que poderão ser assinados pela tesoureira;

c) assinar com a tesoureira os contratos que importem em obrigações para a Sociedade, cheques ou ordens de pagamentos;

d) manter e movimentar com a tesoureira geral contas bancárias para controle financeiro da entrada e saída de dinheiro e outros valores; e

e) delegar atribuições, por documento hábil, a pessoa de sua escolha para a prática de atos necessários ao regular funcionamento do Hospital Sírio Libanês e das obras que mantiver.

São atribuições da 1ª Vice-Presidente:

a) Substituir a Presidente nas suas

ausências e impedimentos, participar de todas as reuniões da Diretoria, cabendo à 2ª Vice-Presidente substituí-la em suas ausências e impedimentos.

São atribuições da 2ª Vice-Presidente:

a) Substituir a 1ª Vice-Presidente em suas ausências e impedimentos.

São atribuições da Secretária Geral:

a) Organizar e manter em ordem os livros e papéis da Secretaria;

b) redigir e assinar correspondência; e

c) redigir todas as Atas das Reuniões da Diretoria.

São atribuições da 1ª Secretária:

a) Auxiliar a Secretária Geral nos serviços gerais da Secretaria, substituindo-a nas suas ausências e impedimentos.

São atribuições da 2ª Secretária:

a) Auxiliar a 1ª Secretária nos serviços gerais da Secretaria, substituindo-a nas suas ausências e impedimentos.

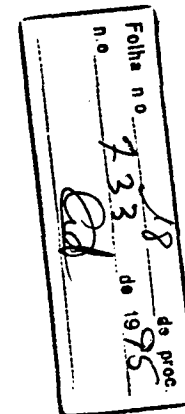
São atribuições da Tesoureira Geral:

a) Manter em dia e em ordem todos os serviços da tesouraria;

b) zelar pela guarda e conservação de todos os valores, sob sua responsabilidade;

c) manter em bancos todos os fundos em dinheiro e outros valores, assinando

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe
SGM/ATL



com a Presidente a documentação necessária a sua movimentação;

d) manter em dia toda a contabilidade da Sociedade, organizando balancetes semestrais, apresentando-os à Diretoria; e

e) assinar os recibos das contribuições periódicas dos sócios, de doações e donativos em geral.

São atribuições da 1ª Tesoureira:

a) Auxiliar a Tesoureira Geral nos trabalhos gerais da tesouraria, substituindo-a nas suas ausências e impedimentos.

São atribuições da 2ª Tesoureira:

a) Auxiliar a 1ª Tesoureira nos trabalhos gerais da Tesouraria, auxiliando-a e substituindo-a nas suas ausências e impedimentos.

São atribuições da Diretora de Patrimônio:

a) Compete à Diretora do Patrimônio zelar pelos bens patrimoniais, de qualquer natureza, da sociedade, nos seus aspectos físicos, materiais, documentais e legais, quantitativos e qualitativos.

São atribuições das Diretoras de Sede:

a) Compete às Diretoras de Sede, manter permanente supervisão de todas as áreas, no que concerne à sua apresentação, operacionalidade e eficiência no atendimento do público, do corpo médico e empregados.

São atribuições das Diretoras Sociais e de Eventos:

a) Compete às Diretoras Sociais e de Eventos, organizar, dirigir, supervisionar as realizações sociais da Sociedade, formando e orientando as comissões que constituir para a efetivação dos eventos, auxiliada, na publicidade ou na promoção pública, pela Diretora de Relações Públicas e Divulgação.

São atribuições da Diretora de Relações Públicas e Divulgação:

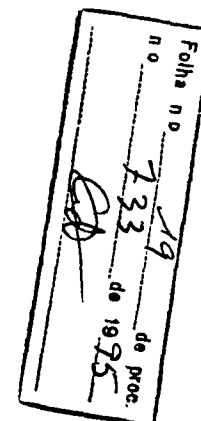
a) Compete à Diretora de Relações Públicas e Divulgação desenvolver e estimular a divulgação, por todos os meios de comunicação, das finalidades da Sociedade, promovendo a elevação do conceito sobre seus atos e fins sociais, auxiliando as Diretoras Sociais e de Eventos na promoção e divulgação de suas realizações.

São atribuições das Diretoras Superintendentes:

a) Compete às Diretoras Superintendentes, coordenada e concomitantemente, a supervisão geral do Hospital Sírio Libanês, e suas obras, mantendo contatos permanentes com o Administrador Hospitalar e demais encarregados de outras obras que mantiver, para o debate e colaboração dos assuntos de interesse geral e comum.

São atribuições da Diretora de Voluntárias:

a) Compete à Diretora de Voluntárias, aumentar, organizar, coordenar e instruir o corpo de voluntárias da Sociedade, na medida das necessidades e conveniências, para auxiliar no êxito das atividades caritativas, e contribuir



para que a Sociedade alcance os seus objetivos sociais.

São atribuições da Diretora:

- a) Compete a Diretora sem pasta, desenvolver atividades auxiliares das demais Diretoras, quando convocada e necessário para cumprimento de suas atribuições regulares ou extraordinárias.

Da eleição da Diretoria:

- a) A eleição para a Diretoria será realizada durante o mês de Abril, mediante escrutínio secreto, devendo a sua apuração ser procedida à vista das Conselheiras;
- b) a posse da Diretoria deverá ser realizada em seguida à proclamação das eleitas;
- c) em caso de empate na votação prevalecerá o critério de idade das candidatas, considerando-se eleita a mais idosa;
- d) os membros da diretoria poderão ser reeleitos;
- e) não haverá cargo de direção vitalício, na Sociedade.

4 - DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal se encarregará da fiscalização financeira da Sociedade.

- a) O Conselho Fiscal com mandato de 3 (três) anos, compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Deliberativo, juntamente com a

eleição da Diretoria;

- b) os suplentes serão convocados pela ordem decrescente de sua votação, quando ocorrerem vagas ou para a substituição dos efetivos em caso de licença ou impedimento;
- c) os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes deverão ser maiores de 30 (trinta) anos de idade e estar em pleno gozo de seus direitos estatutários, pertencendo ao quadro social há mais de 8 (oito) anos;
- d) o Conselho Fiscal examinará anualmente os livros, documentos e balancetes;
- e) apresentará ao Conselho Deliberativo parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo, podendo para isso, requisitar o concurso de Auditorias;
- f) dar parecer sobre o projeto de orçamento;
- g) fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Nacional de Serviço Social;
- h) o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por semestre e extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do Conselho Deliberativo, da Presidente da Sociedade ou dos sócios em número de 2/10, no mínimo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo XIII - Os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria, do Conselho fiscal e dos demais Diretores auxiliares exercerão suas funções sem qualquer remuneração.

Artigo XIV - A Sociedade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, nem benefícios aos seus membros em geral.

Artigo XV - No decurso do mês de Abril de 1995, a Assembléia Geral elegerá as Conselheiras, observado o disposto a respeito, neste Estatuto.

Parágrafo Único: Todos os sócios contribuintes, poderão votar e ser votados, observadas as disposições estatutárias.

Artigo XVI - O presente Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo, a sua publicação no Diário Oficial e o seu registro no órgão competente.

AURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora-Chefe
SGM/LATL

Folha n.º	21	de	Proc
n.º	733	de	1995

CD



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 22

do processo nº 733 de 1995 15.08.95 (a) Ed

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, nada consta:
Em 17-08-95

Ed
Cidade de São Paulo

À Com. de Const. e Justiça

18/08/95

LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 21/08/95 às 12:00 hs.

Ao Nobre Vereador
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
08 de 13.95

em 21 de

Presidência

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 23

Em 04.09.95

(a)



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	733	do total	95
n.º	733	de 19	95

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo:

Solicito os préstimos de V. Exa. no sentido de que seja oficiado ao Executivo, a fim de que o mesmo, em atenção ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, informe, com relação ao PL nº 733/95, de iniciativa do Sr. Prefeito, que concede isenção do IPTU incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, qual a estimativa de renúncia de receita que o projeto acarreta, bem como quais as despesas em idêntico montante que serão anuladas no orçamento.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 04/09/95

DÁRCIO ARRUDA
Presidente

DEFIRO


PRESIDENTE

A

LEG 3 - Senhora Chefe
Por solicitação do Sr. Presidente,
para providências.
SP., 11/09/95

CAETANO DEL CIOFFO
Chefe Gab. Presidência
Reg. 22.72

RECEBIDO EM LEG. 3

12/09/95

16:50

Sr. Paulo.

Oficiar ao Executivo, solicitando informações
para a comissão de Constituição e Justiça.

12/09/95

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

Sra. chefe.

Providenciado conforme o despacho de V.Sa..

12/09/95

PAULO M. A. DE PAULA
Oficial Legislativo

SEGUE W juntado 5 nesta data
documento 5 a papel da informação
rubricado 5 sob folha 5 nº 5 24-26

Em 21/09/95



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	24
nº	733
de	95

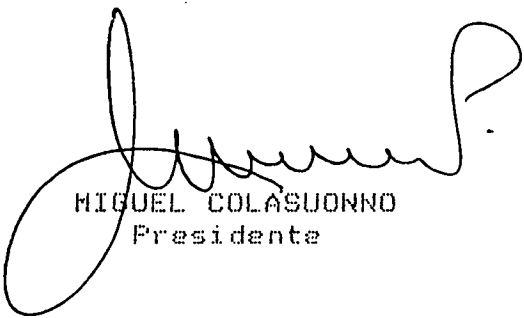
São Paulo, 18 de setembro de 1995.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0542/1995

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho da referida comissão sobre o Projeto de Lei nº 733/95 de autoria do desse Executivo - que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, e dá outras providências - solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido de que nos envie subsídios para que a referida comissão possa emitir parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MIGUEL COLASUONNO
Presidente

Anexo: cópia do despacho da comissão solicitante de fl. 23.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

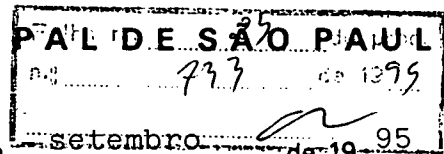
pmap



MEMORANDO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 18 de setembro de 1995



Recebi ofício DT.7/Leg.3 nº 542/95, de
18.09.95, solicitando ao Executivo informações referentes ao
Projeto de Lei nº 733/95, de autoria do Executivo.

Anexo: Cópia do despacho da Comissão de Constituição e Justiça.

19/09/95
Regina Lucia Pinheiro Teixeira
REGINA LUCIA PINHEIRO TEIXEIRA
CONSELHEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para Informação, rubricado como folha nº.....26.....

do processo nº.....733..... de 19.....99, 21, 09, 99..... (a).....

Folha n.º	26	do pros.
n.º	733	de 19
		99

À Comissão de
Constituição e Justiça.

Para as devidas providências.

21 / 09 / 95


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

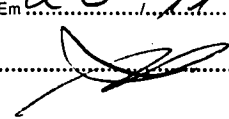
GU-M. juntados nesta data papel para informação documento rubricados sob

folhas de n^o 26 / 23 / 10 / 95 a) 80

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha n^o 297 à 89

Em 20.11.95

(a) 



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 37 do ac. n.º 08 de CONT. DE RTE

SEN REVISAO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Pres idente: Sr. Vereador Almir Guimarães

Membros : Srs. Vereadores

Nelson Guimarães Proença

Edson Simões

José Indio Ferreira do Nascimento

Hanna Gharib

Odilon Guedes

Zenas Pires

Vicente Viscome

Mohamad Said Mourad

Audiência Pública realizada na Auditório Ver. Antonio Sampaio da Câmara Municipal de São Paulo em 17 de outubro de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Almir Guimarães



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 26	do proc. 133
n.º	de 1998

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A18	1	Angela	Com.Fin.0.	17.10.95		

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães - PFL) - Vamos dar início à Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento desta data.

Inicialmente, agradecemos a presença e cumprimentamos o Dr. Celso Pitta, nosso Secretário das Finanças do Município; os Vereadores Zenas Pires, Odilon Guedes; o Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Secretário, Dr. Bean Voss (?); o Dr. Freitas, em quem saudamos toda a comitiva do Sr. Secretário.

No dia de hoje há até o acúmulo de uma pauta que, a nosso ver, não é muito produtiva, porque certamente haverá muitos debates, o que poderá atrapalhar. Mas deixaremos a segunda audiência com mais vagar, com mais espaço.

Contamos também com a presença do Vereador José Índio, que desta feita é o relator do nosso projeto da Peça Orçamentária e do IPTU.

Assim sendo, Dr. Pitta, para economia processual, passamos a palavra a V.Exa., para que disponha de tanto quanto for o tempo necessário para fazer a sua exposição, como de hábito.

Queremos registrar que o Dr. Celso Pitta, como sempre, ~~está~~ acompanhado de seus assessores, é sempre prestativo. Nunca



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO	29	do pro.
de	733	de 19 85
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A18	2	Angela	Com.Fin.O.	17.10.95		

S.Exa. faltou a uma convocação desta Casa para que prestasse as informações necessárias, pelo que a esta Comissão agradece. Esperamos que, através dos esclarecimentos de V.Exa., tenhamos subsídios para, daqui para frente, trabalharmos em nossa Peça Orçamentária.

Assim sendo, passo a palavra a S.Exa., o eminente Secretário do Município de São Paulo.

O SR. CELSO PITTA - Muito obrigado, Vereador Almir Guimarães, Exmo. Presidente desta Comissão de Finanças; Srs. Vereadores presentes, Zenas Pires, Odilon Guedes, José Índio, a quem cumprimentamos.

Eu, como de praxe, farei uma exposição geral da Peça Orçamentária, de acordo com a proposição enviada a esta Casa. Após essa exposição eu ficarei feliz em poder responder perguntas ou esclarecer eventuais dúvidas que a audiência possa suscitar.

Antes de entrar na ~~numeração~~ numerologia do Orçamento é bom fixarmos alguns conceitos em que ele está alicerçado. O primeiro deles é o conceito de equilíbrio entre receitas e despesas. Não haverá, no ano de 1996, um desequilíbrio orçamentário, assim



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ata n.º 30	do processo 733	de 1995
ORADO		CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADO	CONT. APARTE
A18	3	Angela	Com.Fin.0.	17.10.95		

como neste período de 1995 deveremos encerrar também com um equilíbrio entre receitas e despesas.

Essa é uma situação bastante benéfica e bastante favorável às finanças municipais, uma vez que saímos, no início da Administração, com um deficit herdado da ordem de 18,6%, correspondente ao exercício de 1992.

No ano passado esse deficit se reduziu a 8,6%. Este ano deveremos apresentar, se não um equilíbrio um ligeiro superavit entre receitas e despesas, o que demonstra a vitalidade da nossa situação financeira.

Outro ponto importante a se ponderar é que nesta Administração foi revertido um quadro bastante preocupante das finanças municipais, ^{que} em janeiro de 1993 basicamente se resumia num atraso de pagamentos correspondentes a dois meses e meio de arrecadação, uma dívida com o Governo Federal de 1 bilhão e 200 milhões de reais, cujo pagamento havia sido cessado desde setembro de 1991.

Tínhamos, também, um problema representado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTCC, que impunha um subsídio anualizado da ordem de 400 milhões de reais; tínhamos um problema de ~~um~~ subsídio descomunal ao setor operador, através de contratos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha	PAULO 31	do pr.
n.º	733	de 1995
OPERADOR	CONT. APARTE	

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OPERADOR	CONT. APARTE
Al8	4	Angela	Com.Fin.Org.	17.10p.95		

que davam uma remuneração aos operadores privados, não na base de passageiros transportados efetivamente, mas com base unicamente na distância percorrida, estando o ônibus cheio ou vazio. Isso era pago pela Municipalidade e representava outros 400 milhões de reais anualizados.

Herdamos, também, uma tarifa defasada em relação ao custo, propositadamente fechada à base de custo, que representava, aproximadamente, 200 milhões de reais.

Quer dizer, o Setor de Transportes, como um todo, projetava, de acordo com a própria Peça Orçamentária de 1993, 1 bilhão e 13 milhões de recursos da Municipalidade. Isso representava, na época, quase 50% da arrecadação.

O que ocorreu é que nós privatizamos a CMTc, repactuamos os contratos com os operadores privados agora remunerados com base no passageiro transportado e não mais na distância percorrida, reduzimos esse subsídio propositadamente deixado elevado em níveis compatíveis com as necessidades da população e com as possibilidades financeiras do Município.

Reduziu-se, então, esse rombo anualizado de 1 bilhão de reais e, com o produto dessa economia, dessa redução de despesas,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 32
733 do proc.
de 1995
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A18	5	Angela	Com. Fin. Org.	17.10.95		

conseguimos fazer um programa de investimentos bastante expressivo.

O meu boa tarde ao Vereador Hanna Gharib, que acaba de chegar.

~~... quero saber que no dia de 16 de 1995~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Fls. nº	33	do proc.	
n.º	733	de 19	95
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-10	1	emira	finanças	17.10.95		

Além disso, quero notar que no ano de 96 iremos ter um efetivo do funcionalismo, basicamente idêntico à posição atual. Ou seja, 126 mil funcionários na ativa, e 25 mil inativos. Quero Lembrar que ao assumirmos a prefeitura, tínhamos 166 mil funcionários. Esse é um efetivo 35 mil funcionários a mais do que de fato a administração de Jânio Quadros, encerrada em 88 levou à prefeitura. Em 88 tínhamos 130 mil funcionários. Em dezembro de 88. Em dezembro de 92, 166 mil. Hoje, estamos com 155 mil. Então, vejam que fizemos um esforço para reduzir o número de servidores daquele excesso que foi encontrado no ano de 93. Isso permite que hoje a municipalidade tenha uma despesa com pessoal aproximadamente de 44%, incluindo todos os encargos em relação à sua arrecadação. Esse é um dado bastante relevante, porque no momento se trata do âmbito federal de apóio a Estados e municípios, cujas indissolubilidades financeiras decorrem basicamente da existência de uma folha de pagamentos, que ocupe 80, 90, 100 e até mais de 100% das suas perspectivas de arrecadações. No final da última semana, a Caixa Econômica aprovou um crédito especial de 40 milhões a um Estado para fazer pagamentos da folha. Então, isso é um dado importantíssimo a considerar na peça de 96, o fato de nós estarmos com uma despesa de pessoal absolutamente compatível com a nossa capacidade financeira, permitindo com isso à municipalidade investir a maior parte da sua arrecadação em investimentos, em projeto,s em atividades, e não no custeio da máquina. A peça em si envolve um montante de 6.120.000.000, recursos esses advindos das receitas correntes, no valor de 4.776.000.000, e receitas de capital de umx 1.343 milhões. As receitas correntes estão compostas assim:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	34	do proc.	
n.º	733	de 19.	95

~~COM. APARTE~~

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
I-10	2	emira	finanças	17.10.95	

ICM com 1.355 milhões; ISS, 1.068 milhões; IPTU, 580 milhões; IPVA, 364 milhões; ITDI, 132 milhões; As taxas de conservação, Limpeza e Sinistro, 460 milhões; multas e resultados de aplicação financeira, 261 milhões; outros ítems de receita, 553 milhões. As receitas de capital, que totalizam 1.343 milhões, estão assim distribuídas: a colocação de títulos, 508 milhões de reais; empréstimos externos, 289; empréstimos internos, 290 milhões; vendas de ações de propriedades da municipalidade, 250 milhões; outros, 15 milhões de reais. Do lado das despesas, essas 6.120 milhões, estão assim distribuídos: a área social ficará com 2.336 milhões; o setor serviços, com 648 milhões; a infraestrutura, com 1.113 milhões; os encargos do município, 1.699 milhões; o legislativo, 109 milhões; o setor administrativo, 212 milhões. Da área social, que é a que mais ocupa as despesas do orçamento de 96, temos as seguintes distribuição: Secretaria da Educação ficará com 667 milhões; a da Saúde, com 772 milhões; a da Habitação, com 313 milhões; a do Bem Estar Social, com 294 milhões; a da Cultura, com 91 milhões; Abastecimento, 127 milhões, e Esportes, 54 milhões. O setor de infraestrutura, que é compreendido pela Secretaria de Vias Públicas, Transportes, Verde e Meio Ambiente, tem a seguinte distribuição: Vias Públicas, 728 milhões; Transportes, 325 milhões; Verde e Meio Ambiente, 60 milhões. Na área de Serviços, totalizando 648 milhões, temos as Administrações Regionais com 523 milhões, e Serviços e Obras com 125 milhões. Eu quero destacar a importância do setor social nessa peça orçamentária. Tenho aqui informações correspondentes a gastos com educação, habitação, saúde, esportes, bem estar, cultura e abastecimento, respectivamente, nos últimos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	35	do ano	1995
n.º	733	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
I-10	3	emira	finanças	18.10.95	pitta	

anos das Administrações Jânio Quadros, Erundina e a nossa proposta para o ano que vem, que será o último ano da administração Maluf. Quero citar explicitamente a área da saúde, ~~que tem uma história de 111 anos~~

~~o tempo, durante o qual a saúde pública tem sido uma preocupação constante da população~~



MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	1	ant.	aud.pub.	17.10.95		

que tem uma dotação de 772 milhões de reais. Este valor, em reais, correspondente ao último ano da gestão da Prefeita Luíza Erundina, foi de 571 milhões e do Prefeito Jânio Quadros, 292 milhões. Na área da Educação vamos gastar 678 milhões, enquanto o ex-Prefeito no último ano gastou 413 e o Prefeito Jânio Quadros 289. Na área da Habitação 319 milhões em 96, contra os 149 gastos em 92, e 27 gastos em 88. Na área do Bem-Estar Social 295 em 96; 163 em 92 e 106 em 88. Esses dados comprovam o esforço que essa administração está fazendo no sentido de minimizar esse problema social da população carente da nossa cidade.

Quero esclarecer no que diz respeito à arrecadação, está implícita nessa arrecadação a seguinte hipótese de aumento dos seguintes impostos: ISS, 6,71%; Taxas de Conservação e Limpeza, 19,5%; IPTU, 9,2%; transferências do ICMS, 8,4%; Operações de Crédito terão uma redução de 39,2%. As razões pelas quais assumimos essas hipóteses de arrecadação vou explicitar mais adiante.

Quero citar algumas referências feitas na imprensa a respeito dessa proposta encaminhada à Câmara Municipal e que de acordo com críticas da Oposição não guardaria uma sintonia com a realidade. Numa matéria publicada hoje no Diário Popular diz que o governo Maluf faria obras que se repetem nos orçamentos, mas que não saem do papel. Nesse sentido queria esclarecer o seguinte. Temos uns dados relativos à execução orçamentária para o ano 95, para o período de janeiro a setembro de 96 e janeiro a setembro de 96. Isso mostra o que foi gasto nesse período de 96, relativamente ao que foi gasto no mesmo período anterior. O setor social que é composto pelas Secretarias da Habitação, Educação, Saúde, Esporte, Bem-Estar Social, Cultura e Abastecimento, tiveram um acréscimo de des-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	37	do proc
n.º	733	de 19 98

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	2	ant.	aud. pub	17.10		

pessa de 55%. Foram gastos, exceto pessoal. no ano de 95, cerca de 363,3 milhões; em 94, 234 milhões; em 96, ~~2,336~~ 2,336. Temos, então, em relação ao ano anterior um expressivo aumento nessa área social. Isso são dados do sistema SEOs, de execução orçamentária. Outro dado diz respeito ao que está empenhado no ano de 96 por setor. Empenhamos no período de janeiro a setembro 1.182 bilhão nesses setores sociais, isso em comparação ao que foi gasto, por exemplo, na área de vias públicas que foi 721 milhões. O mesmo sistema de execução orçamentária de 30.9.96. Um outro dado importantíssimo diz respeito à questão de gastos com creches e outros projetos da área social e que não estariam sendo executados. Tenho a relação da situação das 50 creches propostas no orçamento de 95 e como elas se encontram no presente momento. Temos 10 creches já contratadas em fase de execução que são as seguintes: Vila Califórnia, Jd. Nordeste, Jd. dos Reis, Jd. Fujihara, Jd. Miragaia, N.S. do Caminho, Novo Horizonte, V. Califórnia Interlagos, Pq. Ipê e V. Remo. Temos em licitação 7 creches. a da COHAB Educandário, Pq. Dorotéia, Jd. Antártica, Jd. Castelo, Pq. Cruzeiro do Sul, Pq. Anhanquera e V. Piauí. Temos recursos assegurados que foram transferidos para a Edif e que estão aguardando licitação 8 creches. A parte residencial do Grajaú, o Jd. do Centro, Jd. Maracanã; Jd. Tereza, Lajeado, Jd. São Jorge, Pq. Cruzeiro do Sul, Jd. Tremembé, Jd. Ana Rosa. ~~Temos 8 creches em fase de execução: Vila Califórnia, Jd. do Nordeste, Jd. dos Reis, Jd. Fujihara, Jd. Miragaia, N.S. do Caminho, Novo Horizonte, V. Califórnia Interlagos, Pq. Ipê e V. Remo.~~

~~atuação~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	38	do proc.	
n.º	733	de 19	98
ORADOR	CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	1	Marcelo	Com. Fin. Orga.	17.10.95		

Fizemos oito creches em elaboração e orçamento, são Jardim Eliane, Jardim da Conquista, Jardim Sapopemba, Cohab, Sítio Conceição, Jardim Bandeirantes, Vila Sabrina, Jardim São Francisco, Americanópolis, Jardim São Carlos. Temos projetos especiais de sete outras creches que são Vila Jaquari, Jardim Apurá, Jardim Presidente, Vila Paulicéia, Vila Guilherme, Vila Ânglo, Jardim Dulce. E temos pendentes de orçamento dez creches que são Vila Central Carolina Jabui, Jardim Cliper e São José, Jardim Marilda, Barro Blando, Vila Gumerindo, ~~Engenheiro~~ Engenheiro Trindade, Jardim Umuarama, Parque das Nações, Vila ~~Paraisópolis~~ Terera Cerca, Vila Primavera e Jardim Oriental.

Independente dessas creches, que se encontram em situação que eu citei, eu quero lembrar ao s senhores que as creches municipais diretas, são suplementadas no atendimento às necessidades da população pela rede conveniada. Isso quer dizer que enquanto essas creches não estão concluídas a necessidade de abrigo da população infantil é suprida por convênios que a Prefeitura estabelece com entidades privadas.

Para os senhores terem uma idéia, no ano de 92 haviam 658 creches entre as diretas, num número de 317 e indiretas, totalizando 658. Em 1995 nós temos 681 creches, 302 diretas e 299 particulares e mais 80 indiretas. Isso quer dizer que a população infantil não deixou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	39	do pro.
n.º	733	de 1995

Ordem	Folha	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
112	2	Marcelo	Con. Fin. Org.	17.10.95		

de ter atendimento por conta da não ~~x~~ conclusão dessas obras de ~~xxxxx~~ novas creches, muito pelo contrário, eu tenho aqui a informação de que, inclusive foi divulgada na imprensa no dia 06.10, a notícia do Diário Popular, de que: "Prefeito Paulo Maluf aumentou em 701 o número de vagas das creches municipais, ao todo 20 creches foram beneficiadas com mais de 25 à 80 novas colocações. Ainda de acordo com a Secretaria de Família e Bem-Estar Social, a ampliação do número de vagas foi possível graças a ampliações e reformas das creches que fazem parte do Projeto Criança Feliz. ~~Nx~~

Na ~~xx~~ avaliação dos Vereadores da Oposição a reforma e ampliação não ~~xx~~ conta. Conta unicamente a parte da construção de novas creches, não conta também a existência de creches conveniadas.

Então o objetivo é criar mais oito mil vagas, que representa 20% a mais de crianças matriculadas atualmente." Isso foi publicado no Diário Popular do dia seis deste mês.

Com relação a escolas existe a crítica de que também as escolas não se saem do papel. Então, ~~paramx~~ não ~~x~~ enumerar as 96 escolas que se encontram e onde está cada uma delas, está aqui um resumo que depois poderá ser explicitado especificamente em cada projeto.

Das 96 escolas ~~xxx~~ propostas, as EMEIS nós temos 46 projetos em licitação, aliás, com orçamentação concluída, em processo licita-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	40	do pro.
n.º	33	de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ASSINANTE
112	3	Marcelo	Com. Fin. Orça.	17.10.95		

tório se dará no início de 96. Vinte estão em vias de assinatura de contrato, cujo prosseguimento e conclusão se darão no ano de 96. Duas estão em fase final de conclusão e 13 estão com valores no orçamento para ~~elaboração~~ elaboração de projetos. As EMPGs nós temos 16 projetos orçamentário concluídos, que a licitação se dará no início de 96. Cinco em fase de assinatura de contrato, nove somente com valores de projeto.

Outro ponto muito enfatizado é que ~~x~~ não se fez em um ano e esse mesmo projeto é representado sucessivamente nos orçamentos seguintes. Por proposta do próprio partido da Oposição incluída ~~x~~ na peça ~~orçamentária~~ orçamentária de 94, um dispositivo pelo qual não se poderia dar início a qualquer projeto que estivesse com recursos vinculados a financiamentos que não tinham ~~contratos~~ contratos ainda assinados. Então os projetos que dependiam de recursos do Banco Mundial, que dependiam do Banco Interamericano não poderiam ser dado partida sem que antes os contratos respectivos fossem assinados. Nesse caso estão 20 escolas que deveriam ser financiadas pelo ~~BIR~~ BIRD, cujo financiamento não se concretizou e que passaram para o ano da proposta de 96. Ainda uma correspondente no Jardim Paranapanema, no ~~X~~ Jardim Vila Alba, cujo terreno foi invadido.

No que diz respeito à saúde eu quero esclarecer que ~~tx~~ é listada nessa crítica que ~~xx~~ é feita pela Oposição que algumas obras



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	41	do pt.	
n.º	733	de 19	95

MODIZIO	FOLIA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
112	4	Marcelo	Com. Fin. Orga.	17.10.95	

propostas não foram feitas e que essas obras passam ano a ano. Então temos aqui o caso da maternidade Julio Tupi, cujo processo executivo está em elaboração e deverá ser licitado até o final do ano. Quero lembrar que existe um decreto do Executivo, do ano passado, em que qualquer licitação para ser publicada, para ser colocada, tem que ~~sempre~~ ser precedida por um projeto executivo. Anteriormente tinha-se um esquema geral da obra, com base nesse esquema geral da obra era feita licitação. Resultava daí valores insuficientes, ou irrealis para a realização de ~~aquele~~ daquele projeto, que eram sempre suplementados por termos aditivos. Então não se tinha nunca no início do processo uma idéia clara de quanto seria o valor final daquela obra. Em razão desse decreto do Executivo, ~~qualquer licitação tem que ser precedida por um projeto executivo~~ ~~o detalhamento dos valores do projeto executivo, de forma que se tenha um preço~~ ~~seja maior no custo final...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	42	do proc.	
n.º	733	de 19	8

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
X25	1	Raimundo	Com.Finanças	17-10-95	

... qualquer licitação ela tem que ser precedida de um projeto executivo, com detalhamento a nível de custo unitário, de forma a se ter uma precisão maior do custo final dessa obra. Nós temos projetos executivos em fase final de conclusão das unidades básicas de saúde do Jardim Elian e Vila Ema. A Maternidade Itaquera também está com projeto executivo em fase final, e as obras deverão ser iniciadas em 96. Essas obras que não foram iniciadas em 95 e que constam do Orçamento de 96. Aconte o seguinte: não foram iniciadas, não foram concluídas essas, mas foram feitas outras que a oposição esquece, propositadamente, de citar na sua crítica. Tem aqui a relação delas: o Hospital Infantil Menino Jesus, o Posto de Saúde Alvaro Dino (?) de Almeida, o Posto de Saúde da Lapa, Unidade Básica de Saúde Jardim São Roque, Jardim de D'Abril, Campos Elísios, Bandeirante, Ambulatório de Especialidades do Ipiranga, Sapopemba, São Savério, Parque São Lucas, Vila Prudente, Eduardo Refinhan(?), Artur Ribeiro de Saboia, Jardim da Saúde, Hospital Municipal Carmino Garicho (?), Tatuapé - Almoxarifado, Emilio Santiago de Oliveira, Vila Nova Manchester, Waldomiro de Paula; o próprio Hospital Maternidade Julio Tupi(?), que está com a dotação correspondente ao projeto executivo; o hospital municipal Tide Setubal, Escola Vila Nova Cachoeirinhak, Hospital Vila Maria, Hospital Chora Menino (?) José Hun-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	43	do proc.	
n.º	733	de 19	98

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X25	2	Raimundo	Com.Finanças	17-10-95		

gria, Parque Residencial Cocaia, Independente, Santo Amaro, Jardim São Bento, Jardim ~~Guarujá~~ Guarujá, Vila Formosa,, Conjunto Habitacional Garagem, Conjunto Inácio Monteiro, Ambulatório Tito Lopes (?), Hospital São Miguel, Conjunto Habitacional Citty Jaraguá, Maternidade Campo Limpo.

Essas são as realizações, quer dizer, e não se entenda de forma alguma que a não conclusão dessas obras antes citadas e que estão na Peça de 96 e que estavam constando da Peça de 95, foram simplesmente deixadas de lado numa desatenção ao setor saúde. Muito pelo contrário, essas estão na situação que descrevi e além delas nós fizemos essa outra relação que acabei de citar.

Essas são, portanto, as considerações que queria deixar com os senhores, deixando, portanto, agora, aberta a palavra do Sr. Presidente e demais componentes da Comissão ou da audiência aqui presentes, para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE Cx(Almir Guimarães) - Queremos agradecer a exposição do Dr. Pitta e ao mesmo tempo alguns Vereadores nos pedem se o senhor poderia fornecer esses elementos, especialmente o Hanna Gharib. Pedimos a V.Exa. que nos passe e vamos tirar xerox e devolveremos os originais ao senhor. Todo material nós vamos tirar cópia, se o senhor nos permitir e no correr da sessão o senhor terá de volta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	44	do proc.	
n.º	733	de 19	78

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
X25	3	Raimundo	Com. Finanças	17-10-95		

Registramos aqui a presença dos Membros da Comissão, Vereadores Hanna ~~Sar~~ Gharib, Vicente Viscome. O Vereador Mo^hamad Mourad nos encaminha um ofício dizendo que está em missão em Brasília recebendo o líder Arafat. Registramos também a presença dos Vereadores Sergio Rosa, Lídia Correa e Zarattini. Agradecemos a presença de todos os Srs. Vereadores.

Passamos a palavra ao nobre Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Boa tarde, Sr. Secretário, é um prazer recebê-lo aqui em nossa Casa, boa tarde a todos. Antes de fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário, como S.Exa. fez considerações gerais abordando inclusive o Governo anterior da Ex-Prefeita Luiza Erundina, também gostaria de fazer rapidamente algumas considerações.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário falou sobre a questão dos transportes, falando sobre o subsídio que havia no ~~xxx~~ transporte na época do Governo do PT. O PT considera o transporte uma área social e fundamental, porque à medida que o trabalhador não precisa pagar uma tarifa elevada como acontece hoje ele tem um aumento indireto da renda. Então, o Partido dos Trabalhadores nesse sentido, subsidiava o transporte porque conseguia ter uma tarifa baixa e hoje nós sabemos que a tarifa do transporte é uma das mais elevadas da história de São Paulo, e

Além do que o Poder Executivo contínuo continua subsidiando a SP Transpor-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

45	do pro...
733	de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X25	4	Raimundo	Com. Finanças	17-10		

tes e as empresas e segundom os últimos dados que temos este ano aqui foi mais de 100 milhões de reais de reais já de subsídios. Então, continua se subsidiando, não nas mesmas proporções do Governo anterior, apesar da privatização da CMTC e da tarifa está elevadíssima. Então, era uma primeira consideração que queria fazer e inegavelmente o transporte coletivo era bem melhor na época do Partido dos Trabalhadores do que hoje em dia.

Uma segunda questão que o Secretário levanta é a respeito do equilíbrio das receitas e das ~~despesas~~ despesas. O que queria abordar nesse sentido é que o Secretário deveria abordar a questão do endividamento da Prefeitura, que tem aumentado. Isso precisa ser abordado e gostaria que S.Exa. vinculasse essa ao equilíbrio das contas.

Uma outra questão que o Secretário abordou é que houve uma contratação maior de pessoal na época do Partido dos Trabalhadores. Quero lembrar ao Sr. Secretário que o Estado está aí para oferecer serviços à população. E a ex-prefeita Luiza Erundina fez muitas contratações, principalmente na área da Saúde - onde foram inaugurados 6 hospitais na época do PT, então logicamente teria que contratar mais gente. E era uma situação bem melhor para o atendimento público, não como acontece agora, para dá um exemplo, estive recentemente já diversas vezes no Hospital Saboia e ali centenas de funcionários já pediram demissão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	46	do proc.	
n.º	133	de 19	95
CONT. APARTE			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
X25	5	raimundo	Com.Finanças	17-10		

por causa dos baixos ~~salários~~ salários, Tenho visitado dezenas de escolas públicas e faltam professores em quase todas elas. E muitos professores não querem, hoje, assumir seus cargos por causa dos baixos salários. Então, temos que levar em consideração que o Estado não está aí para dá lucro. ~~O Estado está aí para atender a população, principalmente a da baixa renda.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	47	de	95
n.º	733	de	19
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
126	1	Norma	Com. Finanças	17.10.95		

O Estado está aí para atender a população, principalmente a de baixa renda. Então por isso que houve aumento de contratação de pessoal na época do Partido dos Trabalhadores, o que é extremamente justificado, porque se qualquer cidadão que estiver hoje presente aqui for fazer uma visita em creches, hospitais, escolas e perguntar como é que era na época do Partido dos Trabalhadores e como é hoje, quer dizer, vocês vão ter um parâmetro de que era muito melhor anteriormente, porque havia essa preocupação em pagar bem ao funcionalismo e havia a preocupação em ter um número suficiente de pessoas admitidas.

Então eu queria fazer primeiro essas considerações gerais. Agora, eu queria fazer algumas perguntas ao Secretário: primeiro, do ponto de vista das receitas, está se prevendo arrecadar 250 milhões de reais com venda de ações. Eu gostaria que o Secretário nos informasse quais as companhias da Prefeitura que vão ser vendidas no ano que vem, e como é que está sendo esse processo executado na Prefeitura, e se está vinculada, essa vendas ~~de~~ das ações ~~a~~ a pagamento de dívidas, como eu falei está aumentando muito, ou ~~a~~ a vinculação a investimentos em projetos sociais.

E isso porque, por exemplo, nós acompanhamos no Governo Federal, e em relação a essa instância de poder a justificativa apresentada para as privatizações é a de que é para pagar dívidas, então eu gostaria de saber se existe uma vinculação, porque no Orçamento nós não vimos nenhuma. Essa é uma primeira pergunta, do ponto de vista das receitas.

Outra questão, do ponto de vista das receitas, é em relação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ordem n.º	48	do	19
n.º	732	de	19
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X26	2	Norma	Com.Finanças	17.10.95		

ao IPTU . Eu queria lembrá-los de que na época da campanha eleitoral o atual Prefeito da Cidade de São Paulo fez uma campanha, com outdoors, onde havia uma frase que dizia: "Votou no PT, tomou no IPTU." - e o que nós vemos agora é que o Governo também, o IPTU é uma receita importante para o Município, está aumentando o IPTU, inclusive nós fizemos um estudo, agora, para 1996, em que existe uma coisa que eu gostaria de que o Secretário analisasse, que é no mínimo estranha. Nós fizemos uma avaliação e chegamos à seguinte conclusão: nós dividimos a Cidade em cinco zonas, por exemplo, em 1995, os Jardins receberam 58, 67% dos investimentos da Cidade, e para 1994 é a quarta região, está classificada em quarto lugar sobre o aumento do IPTU, vai ter um aumento médio de 12,45%; em segundo lugar, vem a Zona Sul, com investimento de 305 milhões de reais - os Jardins têm um investimento de 809 milhões, agora, em 1995, a Zona Sul tem um investimento de 305 milhões, que significam 22,14% de todos os investimentos da Cidade, e terá um aumento médio de IPTU de 18,59%. A Zona Leste vai receber 135 milhões de investimento e vai ter um aumento de IPTU de 27,24% para 1996. A Zona Oeste vai ter 63 milhões de reais de investimentos, o que significa 4,61% - vai ter, não, teve, agora, nesses três anos de Governo Maluf - 4,61% do total de investimentos, e vai ter 7,53% de aumento de IPTU para 96. A Região Centro teve um investimento de 41 milhões, o que significam 4,75% dos investimentos na Cidade, e vai ter um aumento médio de 10,17% de IPTU. E, finalmente, a Zona Norte, que é a zona menos aquinhoadada com obras na Cidade, pois nesse período do Governo Maluf está tendo investimentos de 23 milhões de reais, 1,73% dos investimentos, em compensação vai ter mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	49	do proc.	
n.º	73	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
X26	3	Norma	Com. Finanças	17.10.95		

de 30% de aumento no IPTU.

Então, além de haver um aumento real no IPTU, está havendo um aumento ~~desproporcional~~ desproporcional, inclusive nas áreas dos Jardins, onde mora o Prefeito, porque é a região que tem mais investimentos, na Cidade, e é a que vai ter ~~menor~~ menor aumento de IPTU. E eu gostaria que isso fosse explicado; e a Zona Norte, em compensação, que é a que está tendo menos investimento, vai ter um aumento maior de IPTU.

Portanto, em relação às receitas, gostaria que o Sr. Secretário abordasse essa questão do IPTU, e dissesse o porquê de não ~~constar~~ constar a questão da progressividade, porque, por exemplo, o Túnel, recentemente inaugurado, aí onde se gastou barbaridade de dinheiro - e depois vou abordar essa questão também - fica nos Jardins, e o IPTU aumentou muito pouco lá, então eu gostaria de saber porque não há progressividade no aumento do IPTU.

Isso, com relação às receitas, receitas de capital e IPTU. Agora, com relação às despesas, primeiro, o seguinte, eu gostaria de reafirmar algumas declarações que tenho dado à Imprensa: o Governo Magalhães é um governo que faz muita figuração na área social, mas na prática não tem feito quase nada. Só para dar um exemplo - e aqui eu tenho as relações de creches que o Secretário leu, eu tenho todas elas e inclusive a posição de cada creche, o que está investido.

Por exemplo, neste ano de 1995 foi aprovada a construção de 54 creches, na prática uma só está sendo realizada, que é a do Jardim Laranjeiras, é a única em que se está gastando dinheiro, o resto são gastos de 2.000 reais, 1.500 reais, um valor de 400.000, quer di-

zer, então, não se está fazendo nada nessa área.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	50	do proc.	
n.º	73	de 19	98
CONT. APART.			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
X26	4	Norma	Com.Finanças	17.10.95		

Em relação às escolas, foram aprovadas, neste ano, 54 escolas, e na prática estão se fazendo quatro! Na área da Saúde foram aprovados dois hospitais, duas maternidades, um hospital geral, dois centros de saúde, e não se fez nada!

Quer dizer, então, esses são dados do nosso acompanhamento aqui através do CEO. Se nós pegarmos - que é outra questão que o Secretário abordou - existem inúmeras obras que estamos denominando de laranja, porque elas apareceram em 94, 95 e 96, e não se fez nada, e nós temos aqui esses dados.

Só para informá-lo, Secretário, nesses três anos temos 88 creches aprovadas, na prática, três foram concluídas; 40 NPGs, quatro concluídas, na prática. Entre unidades básicas de saúde e hospitais há 16 aprovados, e nada foi feito! Perdão, duas foram concluídas. E de creches, de 78 aprovadas, duas foram concluídas, que são repetidas.

O Secretário apresenta a argumentação de que estão em licitações, etc.

~~Assinatura do Secretário Municipal de Saúde, Dr. João de Deus~~

~~Assinatura~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	51	do pri.
n.º	733	de 1995

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
X27	1	morg.	aud.pública	17.10.95		

Nunca vi uma licitação tão demorada de dois três anos, enquanto que o dinheiro para o túnel do Ibirapuera sai num piscar de olhos. Queria saber por que esse tratamento diferente, quando se discute a questão de investimento em grandes obras e quando se discute a área social e se demora dois ou três anos para se fazer uma licitação. Então, quero reafirmar essa questão que esse governo faz propaganda na área social e não está fazendo nada. Só mais um exemplo, projeto Cingapura. Estou muito bem lembrado que na campanha eleitoral e quando da posse do Secretário João Melão, ele informou que ia fazer 200 mil casas populares e segundo informações do próprio Secretário Celso Pita até agora foram entregues 800 apartamentos do projeto Cingapura, quer dizer, só faltam 19.200 casas populares para cumprir a promessa, faltando um ano e dois meses para terminar o governo. Em dois anos e dez meses foram feitas 800 casas populares e mais nada isso é uma prova cabal que é um governo do Sr. Salim Maluf que faz propaganda na televisão e não realiza isso em relação a área social e com relação aos investimentos, Sr. Secretário, desculpa, mas por exemplo o túnel, e não sou contra grande obras, agora o túnel do ^{Ibirapuera} ~~Rio Pinheiros~~ e esse complexo de ~~túnel~~ obras que foi feito na região sul não têm o mínimo interesse para a cidade de São Paulo do ponto de vista de transportes, com esse dinheiro dava prá construir e foram gastos 800 milhões nos Jardins, como falei nesses anos de governo Maluf, dava prá construir cerca de dez quilômetros de metrô. O exemplo que tenho dado é pegar o Metrô do Hospital das Clínicas e levar até bem prá lá da Vila Sônia, desafogaria o trânsito da região da Av. Rebouças, das Pontes sobre o Rio Pinheiros, diminuiria a população, e atenderia centenas de milhares de pessoas por dia, aumentaria indireta-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X27	2	morg.	aud.públ.	17.10.95		

Folha n.º	52	do proc.	
n.º	733	de 19	95
<i>[Assinatura]</i>			

mente a renda dessas pessoas que deixariam o carro em casa e não gastariam com combustível ~~quaxax~~, com estacionamento, manutenção do carro, diminuiria o stress dessa população no trânsito, uma coisa que não entendi até hoje e mais um detalhe o governo Maluf que faz uma propaganda que faz grandes obras para criar empregos, o Metrô também cria só que com uma vantagem adicional o túnel acabou aqueles trabalhadores perderam o emprego ou foram deslocados de lá aquele túnel não gerou mais nada, o Metrô quando concluído cria centenas de empregos diretos desde pessoas que dirigem os trens, vendedores de bilhetes, manutenção das estações, do pátio de manobras, todo esse complexo que o Metrô exige de empregos diretos. Então, mesmo quando faz grandes investimentos faz de uma forma que não atende os interesses da cidade. Precisamos de uma cidade que tenha investimentos mas para melhorar a qualidade de vida da população e não do jeito que está sendo feito. Então gostaria que o senhor abordasse essas questões mais uma questão importante o orçamento deste ano continua ainda colocando os 15% de remanejamento para o Poder Executivo isso significa e já falei para os vereadores que apoiam o Sr. Paulo Maluf aqui nesta Casa, tenho falado insistentemente que a Câmara ao aprovar esses 15% é perder o seu poder de fiscalização do Executivo, independente se o Prefeito tem maioria aqui isso é um poder independente e nós temos que fiscalizar o Poder Executivo, queria lembrar que na época do PT essa possibilidade de remanejamento de verbas era de 1%, e que temos de dar 3% ou 4%, tudo bem, mas 15% é um dinheiro brutal tanto que a Câmara não discutiu uma vez sequer no último ano qualquer tipo de remanejamento, qualquer projeto de lei que o Executivo mandou para cá para remanejar verbas e uma das justificativas do Executivo relativas a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
X27	4	morg.	aud.pública	17.10.95

Folha n.º	53	do proc.	
n.º	123	CONT. APARTES	19 95

mas colocações com relação ao pronunciamento do Vereador Odilon Guedes. Um deles diz respeito à progressividade, que não pode ser aplicada este ano uma vez que não foi prevista na LDO, não sendo prevista não tem como ser aplicada. Acho que o vereador concorda plenamente com a situação, mesmo porque ela também ainda continua "sub júdice", ainda que tivéssemos previsto ~~na LDO a possibilidade de aplicação da progressividade~~
~~na LDO a possibilidade de aplicação da progressividade~~
~~na LDO a possibilidade de aplicação da progressividade~~
do DM.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	54	de 19	98
n.º	133		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COPIA
X27	3	morg.	aud.públ.	17.10.95		

isso é porque a inflação é muito elevada. Agora, nós estamos com a inflação controlada a níveis baixíssimos para o padrão brasileiro e continua a proposta de 15%. Isso significa que o Executivo vai continuar fazendo o que ele quer e o que não quer, vai continuar tirando dinheiro de creches, hospitais, escolas, para colocar em grandes obras sem consultar a Câmara. Isso é uma realidade que está ocorrendo e queria que o Secretário também abordasse essa questão.

Finalmente, tenho mais uma questão importante, Sr. Presidente, o art. 20, § único define que em relação a Secretaria da Saúde pode se remanejar verba pessoal para qualquer outra área da própria Secretaria sem que essa verba esteja incluída nos 15%. A pergunta que faço para o Secretário é a seguinte: isso significa arrocho salarial para o funcionalismo público da Secretaria da Saúde ou significa demissões para a Saúde, significa esse artigo pelo que entendi que o Executivo pode tirar dinheiro do pessoal da Saúde e colocar em qualquer área., deslocar para qualquer outra área, então gostaria que o Secretário abordasse essa questão, se está se prevendo demissões na área da saúde ou o arrocho salarial do funcionalismo da saúde, São essas as questões básicas que ~~exsere~~ gostaria que o Secretário respondesse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - O Vereador José Índio deseja fazer uma pergunta rápida. Gostaria de registrar a presença do Vereador efetivo da Comissão de Finanças, Edson Simões e a presença do Vereador Adriano Diogo, que nos honra nesta tarde.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Quero fazer algu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	55	de prov.	
n.º	733	de 19	98

MODULO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X28	1	ANA	Apd. Pub.	17.10.95		

Na LDO, nós teríamos, talvez, não se sabe, qualquer tipo de dificuldade lá na frente. Com relação ao transporte público, que V.Exa. disse que na época do PT, apesar do subsídio, ter tido uma interferência altíssima no orçamento do Município, nós tínhamos, realmente o pagamento através do cálculo feito por Km corrido. E o que acontecia? Eu presenciei e tenho testemunhas até hoje que muitos ~~ônibus~~ ônibus eram colocados sobre cavaletes e rodavam e a Prefeitura pagava; a prefeitura não, o povo. Então eu concordo plenamente que tem que ser por passageiro transportado.*

Com relação aos seis hospitais que V.Exa. disse que sua administração concluiu, eu diria o seguinte: em primeiro lugar, houve uma precipitação na entrega desses hospitais, porque nós vivíamos um conflito de situação justamente em função da remoção zerada que foi realmente que complicou toda a área de saúde no Município de São Paulo, você não tem nenhuma dúvida, porque nós tínhamos uma situação não das melhores mas não era tão pior do que acontece hoje, mesmo porque hoje flete e também iniciou-se a partir da remoção zerada. Nós não tínhamos na época o mesmo problema que temos hoje: não tínhamos médicos porque eles eram também mal remunerados; nós tivemos uma administração passada que deixou um a defasagem de quase 300% no funcionalismo público; nós tivemos um aumento enorme em termos de funcionários, e eles tiveram naturalmente uma grande interferência dentro do orçamento. E mais, e eu diria com plena convicção porque tive oportunidade de muitas vezes receber esse tipo de reclamação: que os concursos eram feitos de forma subjetiva, os sujeitos eram submetidos depois do concurso a um critério ideológico-partidário, porque senão não tinha sua nomeação executada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	56	do proc.	
n.º	733	de 19	95
<i>[Signature]</i>			

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTA PARTE
X28	2	ANA	Aud.Pub.	17.10.95		

Com relação ao IPTU eu estranho que V.Exa. reclame da interferência do IPTU no orçamento, porque na época da administração Luiza Erundina, ela queria que esse IPTU representasse no mínimo 17% do orçamento, que era previsão da administração passada. E nós conseguimos na época mantê-lo em termos de 5 a 7%; hoje, essa repercussão é menor ainda.

Ainda com relação aos hospitais é bom lembrar a V.Exa também, que vocês tiveram o fechamento de um hospital, sendo substituído por um que não tinha condições nenhuma de suprir a demanda que na ocasião era necessária, inclusive esse hospital até hoje além de não suprir essa demanda ele continua sem ~~na~~ condições de funcionamento, que foi o Hospital Menino de Preença, transferido para o João XXIII, por uma cessão do governo federal. Infelizmente até hoje esse hospital continua na mesma situação.

Quero fazer coro com V.Exa. com relação às áreas sociais, principalmente com as escolas e creches. Também acho que o governo atual tem figurado muito mais do que usado a prática. E nesse ponto eu sou totalmente favorável à colocação feita pelo Vereador Odilon Guedes. Faço votos e vamos brigar para isso, para que tenhamos no próximo ano o orçamento cumprido, principalmente com relação à área social, dentro do mais sério vigor. Mas também faço uma observação quanto ao setor de creche, na época da Prefeita Erundina, com relação principalmente às creches conveniadas que na ocasião o que se entendia com relação a creche conveniada era o fechamento delas, era a extinção das creches conveniadas. Por posição da Câmara Municipal é que graças a Deus nós mantivemos as creches conveniadas, é quem hoje tem um trabalho bom, um trabalho que cumpre sua função, e eu diria que até muitas vezes melhor do que o setor



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
X28	3	ANA	Aud. Pub.	17.10.95

Folha n.º	51	do proc.
n.º	732	de 19 95
ORADOR	CONT. APARTE	

público.

Com relação ao Metrô é que achei a colocação de V.Exa inoportuna. Em primeiro lugar porque na administração Luiza Brundina o que se pretendia fazer com o Metrô era vender a participação que tínhamos em termos de Metrô para não ter qualquer tipo de influência ^{nha} no setor de transporte em relação aos trens do Metrô. Hoje, estramente V.Exa. diz que a Prefeitura deveria ter uma participação maior, na medida que V.Exa. pede para que a Prefeitura vai se fazer túneis, fizesse, talvez, naturalmente, isso seria o mais natural, em convênio com o Estado e naturalmente com os órgãos internacionais, o aumento seria... Eu até concordo que seria talvez até o mais correto, mas não era o discurso da administração do PT na ocasião. Essas algumas colocações que gostaria de fazer com relação ao pronunciamento de V.Exa.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Tem a palavra o Sr. Secretário para responder ao Vereador Odilon Guedes.

O SR. SECRETÁRIO - Muito bem, eu fiz algumas anotações aqui, alguns pontos que foram abordados pelo Vereador Odilon já tinha citado anteriormente, mas não me importo em repetir em ~~uma~~ razão inclusive de muitas pessoas não estarem presentes no início de minha exposição. A primeira observação do Vereador diz respeito ao subsídio ao setor transporte que ele defende arduamente como sendo uma necessidade para atender, vamos dizer assim, um reclamo do setor social.

~~Está assinado pelo Vereador João~~
~~Indio em 17/10/95~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	58	do proc.
n.º	733	de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
X291	1	ant.	ad.	17.10.95		

Está abordado pelo Vereador José Índio essa disparidade que era a remuneração das empresas, distância percorrida ao invés de ser o passageiro transportado. Tenho um relatório da SPT S/A, que é a gerenciadora do sistema de transporte e que informa o seguinte. Em 1993, estava se projetando um gasto de 462 milhões com a operação da própria CMTC e 549 milhões com operação do sistema levando dos cofres municipais 1.011 bilhão. Este ano de 94, encerrado agora, gastamos 191 milhões, ou seja, uma economia do que havia sido legado de 820 milhões só nesses dois itens, operação da CMTC e subsídio ao sistema privado de operação de ônibus. No ano de 95, deveremos encerrar com um subsídio da ordem de 219 milhões, assim distribuídos: para a operadora que hoje ainda tem uma folha de ativos com estabilidade e inativos que é de responsabilidade da operadora, ainda tem despesa financeira de compromissos assumidos anteriormente, 115 milhões são despesas incomprimíveis e temos o subsídio ao sistema representado pela gratuidade a pessoas idosas, estudantes e todas as facilidades que a prefeitura oferece por lei, 113 milhões. Deveremos gastar, portanto, 219 contra um orçamento legado em 93 de 1.011 bilhão. Temos, de fato, uma economia de 800 milhões de reais só entre esses dois itens que é a operação do sistema e o subsídio à extinta CMTC que deixou de haver. Se somar isso ainda àquela defasagem de tarifa, a conta vai para mais de 1 bilhão. A segunda observação do vereador diz respeito à questão do endividamento que não foi abordada na minha exposição e que deveria fazer parte dessa apreciação geral da peça orçamentária. Tenho a posição em 31.8 deste ano do endividamento da Prefeitura. Temos um total de 3,7 bilhões em valores assim distribuídos: títulos, 2,5; dívida contratada, 1.2. Significa que essa divi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	59	do prop.
n.º	733	de 13

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DEPUTADO
S29	2	ant.	aud.	17.10		

da contratada tanto a externa quanto a interna. O que o vereador deixou de mencionar é que essa dívida é herança do próprio PT. Ele não pagou durante os últimos anos da sua gestão toda a dívida contratada com o governo federal. Essa dívida começou a ser paga pela nossa Administração. Vai aí outra resposta ~~em~~ a outro quesito formulada pelo vereador no que diz respeito à habitação. Diz ele que havíamos, no início do mandato, previsto a entrega de 200 mil unidades e que, efetivamente, o projeto Cingapura, só entregou 300. Para início de conversa essa é uma comparação errada. A concepção do projeto Cingapura não é beneficiar unicamente os ocupantes dos novos ~~em~~ apartamento. A concepção é beneficiar toda uma comunidade sendo ela representada por arruamentos, serviços de coleta de lixo, abastecimento d'água, coisa que não se tinha anteriormente e para cada unidade construída, cada família beneficiada corresponde outra 4 da mesma comunidade que são beneficiadas. A relação de beneficiários pelo projeto Cingapura é 4 vezes mais do que a citada por essa estatística. Outra coisa é que essa despesa habitacional inclui o pagamento de uma dívida de 800 milhões, contratada pela COHAB, na época do PT e que não foi paga, corresponde a financiamentos que não foram honrados e que estão sendo honrados nessa Administração. A se somar a despesa de habitação, some-se também o pagamento dessa dívida anteriormente contratada e que não foi paga na época do PT e que está sendo paga agora. Isso é importante porque isso drena recursos. Essa parte toda de dívida herdada todo mundo esquece, vamos olhar para a frente, mas temos que pagar o que foi contratado também. Além do mais essa dívida cresce em relação ao que foi herdado pela Administração do PT em 47,92% unicamente em razão do aumento das taxas de juros que incidem sobre o saldo devedor. Não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 60
n.º 733 do livro
do livro 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ASS. PARTE
X29	3	ant.	aud.	18.10		

houve uma emissão desse conjunto que não fosse para pagamento ou rolagem de débitos anteriores, ou pagamento de precatória, pagamentos esses, inclusive, que foram solicitados pela própria administração do PT em setembro de 92. Essa dívida sobe, em termos de saldo devedor, em 47% por uma razão simples. Apesar de estar sendo amortizada a incidência de juros sobre o saldo devedor supera essa amortização, Isto não compromete as finanças do município por uma razão é que a arrecadação elevou-se em 127% nesse período de 92 a 95. Então, a relação entre o endividamento da Cidade e a sua arrecadação, hoje, é menor. Hoje esta relação é de 0,88. Anteriormente, em 92, era de 1,22. Isso quer dizer, em 92 precisávamos de mais de um ano de arrecadação, 22% a mais do que 1 ano de arrecadação para pagar a dívida. Hoje precisamos de menos 12%, 0,88 dessa arrecadação para quitar a dívida.

~~Assinatura do Sr. Vereador~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	61	do proc.	
n.º	733	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
X30	1	emira	fin.orçam.	17.10.95	pitta	

Isso significa que a capacidade financeira da cidade melhorou. Evidentemente, quem ganha mais, pode pagar mais financiamentos. É isso que a relação mostra. Outra coisa também importante a citar, nós temos todos os pagamentos, tanto de dívida contratada, como de dívida mobiliária, rigorosamente em dia. Não estamos como os Estados da Federação em situação de pedinte ao fundo do governo federal, para refinanciamento, para subsídio, etc. Muito pelo contrário, estamos nos debatendo que devemos ter, por parte do Governo federal, um tratamento isonômico ao que está sendo dado a outros Estados, independentemente da nossa situação financeira. Eles entendem que já que temos uma situação econômica-financeira muito confortável, não precisamos dos favorecimentos, das benesses que eles estão dando a outros Estados. E nós entendemos ao contrário, ~~exatamente o contrário~~ que nosso esforço foi à custa de muita austeridade na área de custeio, de muita responsabilidade no trato da despesa, e também deve ser objeto de toda e qualquer favor a nível de alongamento da dívida, ou de redução de juros incidentes sobre ela, como os Estados em situação financeira delicada. Então, com relação ao endividamento, a resposta é: não cabe nenhuma crítica à situação da dívida da prefeitura, por que lamentavelmente é falsa a afirmação de que elevamos a dívida da prefeitura. Essa dívida está no patamar em que está por herança de administração anterior, e por força da taxa de juros que é praticada nesta economia. Estamos pagando exatamente aquilo que foi tratado.

Fala o ilustre Vereador, defendendo a contratação de funcionários da Administração petista. Isso é indefensável. Para inf-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

folha n.º	62	do	95
n.º	733	de	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X30	2	emira	gfin.org.	27.10.95	pitta	

cio de conversa, os funcionários que foram contratados na área da saúde foram em proporção maior do que os funcionários da área administrativa, porque efetivamente é um pessoal de atendimento à saúde. Quer dizer, nós temos provas disso, porque como chegamos aqui, havia um excesso de funcionários administrativos no setor saúde, e uma carência do setor médico e do setor de enfermagem. Então, a admissão desses funcionários, na realidade, se verificou uma atenção à política partidária, como o Vereador José Índio bem citou. Temos aqui provas estatísticas do que estou citando.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - O Vereador Adriano Diogo aguarda o momento da sua interferência na tribuna.

V.Exa. está inscrito, e esta Presidência não permite interrupção;

O SR. CELSO PITTA - V.Exa. terá oportunidade de falar, mas basta pegar qualquer acidentado, que tenha recorrido a um posto de saúde, e ele terá uma assistência social muito boa, terá um funcionário administrativo para fazer a sua ficha, mas não terá um médico para fazer a sutura do seu ferimento.

Esta é a colocação com relação à contratação. É indefensável a contratação de 35 mil funcionários do PT. Foi uma irresponsabilidade que prejudicou todo o quadro do funcionalismo da prefeitura, Por força do excesso desses 35 mil a mais, é que o Vereador se refere aos baixos salários. Evidentemente, se temos um total a dividir entre 130 mil e entre 165 mil, é evidente que vai sobrar para cada um muito menos que sobrava antes. A responsabilidade é do PT, e não se pode fu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	63	do proc.	
n.º	733	de 19	95

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X30	3	emira	fin. org.	17.10.95	pitta	

gir dela.

Continuando com a exposição do Vereador Odilon, ele fala da questão "receitas". Temos, então, uma sugestão do que é esses 250 milhões da venda de ações, que está no orçamento. Essa venda de ações foi autorizada pela Câmara Municipal, em lei específica do ano passado, e se refere às ações da Eletropaulo e da Comgás, de propriedade da prefeitura. Como é que está sendo feita, ou como está sendo programada essa venda para o ano de 96? Ela segue toda a legislação vigente, que prevê uma avaliação por uma auditoria independente, a auditoria independente é essa que já foi contratada, e que vai elaborar um laudo no valor de mercado dessas ações, do valor patrimonial dessas ações, e fazer uma recomendação para um valor mínimo de venda a ser colocado em leilão em hasta pública. O procedimento da venda é este, e está sendo observado ~~rigor~~ rigorosamente.

Quanto à vinculação de receitas, a própria lei que autorizou a venda dessas ações, não estabeleceu a vinculação da receita. É uma lei específica, promulgada pela Câmara Municipal, e aí está à disposição dos senhores.

Quero falar agora sobre o IPTU. A afirmação de que ocorreu um aumento menor do IPTU na área dos Jardins, em relação a outras áreas da cidade, como Zona Norte, ou outras áreas que não me lembra da ~~citada~~ citação do Vereador. Quero explicar que a ~~recomendação~~ recomendação para 96 do IPTU aumenta por força de uma atualização da Planta Genérica de Valores, que é a base de cálculo da incidência do IPTU.

E por que que existe essa atualização da Planta Genérica



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 64 de 19 95
do proc. 733

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X30	4	emira	fin.org.	17.10.95	pitta	

de Valores? N Não é moto próprio do Executivo, não é vontade própria do Executivo. Existe uma legislação específica para isso, que é o art. 144, do Código Tributário Nacional. Ele diz textualmente o seguinte: "O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação". Não se pode, com isso, pegar o fato gerador da obrigação em 1º de janeiro do ano anterior e repetir. Isso é contra a lei do Código Tributário Nacional. É explícito, é uma obrigação do executivo fazer atualização desse valor venal. Agora, vamos fazer um parênteses: por que que o PTx fez na realidade em 1992? Ele não fez nada disso, e ainda deu um desconto de 30% sobre um valor pretensamente atualizado com correção monetária. Nos deixou em 93 com uma defasagem de 40%, porque para você repor os 30, tem que dar 40 em cima de 70, para chegar aos 100 anteriormente, ainda mais de dois anos. Então, tivemos que ter, durante os 3 primeiros anos desta Administração um cuidadoso trabalho ~~para atualizar os valores venais~~
~~para atualizar os valores venais~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	65	do proc.	
n.º	733	de 19	98

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A19	1	valéria	fin.orç.	17.10.95		

de recompor os valores venais adotados para cobrança do IPTU guardando uma relação não superior a 70% do valor do mercado que propositadamente foram deixados defasados. Agora, por que no ano de 96 aumentou mais algumas áreas e aumentou menos nos Jardins? Por uma razão simples: os valores venais da área dos Jardins já estavam no valor de mercado. Etenho aqui, você tem a planta? Tenho aqui uma distribuição geográfica dos valores venais na cidade de São Paulo. Esta área vermelha, a área dos Jardins e a área central é a área que tem a maior valorização da cidade. comparação apresentada pelo Vereador, essa área subiu menos do que qualquer uma dessas de valor menor não quer dizer absolutamente nada, porque anteriormente essas áreas já estavam perto de seu valor de mercado; outras áreas não estavam no seu valor de mercado e, evidentemente, tiveram de ter uma correção maior. Agora, a comparação de números, percentuais é muito distorcida, por uma razão muito simples: aumentou 28% o valor venal da Zona Norte. OK, não se dá o valor absoluto. Podia ser que esse IPTU saiu de 100 reais para 128 reais, o que significaria por mês nada mais do que 4 reais ou qualquer coisa equivalente, ou 2,8 reais por prestação. O valor absoluto em relação à renda do cidadão é irrisório, o valor absoluto do IPTU já foi comprovado por pesquisa da Fipe ocupa menos de 1% da renda familiar. Não é um imposto que onera o proprietário, é um imposto bastante razoável que se compararmos o que é cobrado em outras municipalidades, a cidade mais rica do país está com um imposto bastante razoável. Está aqui à disposição da mesa e de quem queira consultar a distribuição espacial dos valores venais para cobrança do IPTU no ano de 96, onde se destacam os maiores valores na região central e nos Jardins, os menores valores na periferia.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Reunião n.º	66	de	95
n.º	733	da	19

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al9	2	valéria	fin. org.	17.10.95		

cópia.

O SR. ~~SECRETÁRIO~~ SECRETÁRIO - Pois não, fica à disposição. Um outro dado importantíssimo também é relativo a isenções. Propositadamente não foi citado. As isenções dos 500 mil proprietários que não vão pagar o IPTU no ano de 96 estão exatamente nessa área periférica, área de baixa renda. A população de baixa renda não está sendo onerada com o pagamento do IPTU. Temos também uma distribuição geográfica das isenções que comprova exatamente que é a população carente que está sendo objeto de isenções.

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Sr. Secretário, porquê que diminuiu o número de isenções?

O SR. SECRETÁRIO - O número de isenções não foi reduzido. O número de isenções proposto para o ano de 96 é exatamente o que ocorreu no ano de 95. Nós, inclusive, tivemos o cuidado de estabelecer um parâmetro de 18 mil reais como valor venal limite para a isenção, justamente para beneficiar o mesmo número de proprietários e os mesmos proprietários que já estavam isentos no ano de 95. Ninguém que está isento no ano de 95 deverá deixar de estar no ano de 96, a exceção, é claro, aquela propriedades que tiveram aumento do seu valor por força de ampliações ou benefícios que foram feitos pelo próprio proprietário. Também o caso dos aposentados, estarão isentos, dentro daquela premissa legal de renda até 3 salários mínimos e que tenha um único imóvel e que residam nesse imóvel, também estarão isentos. Não houve redução no número de isenções do IPTU de 96. A outra questão é sobre a progressividade. Insiste o Vereador na tese do PT da progressividade. A nossa Administração já se posicionou desde o início contrariamente à adoção da progressividade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	67	do livro	98
	733		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
119	3	valeria fin.orç.		17.10.95		

por entender ser isso um sobreônus, um encargo absurdo sobre a propriedade, sobre o cidadão. Na realidade, o que se pretende não é onerar o cidadão que tenha, onerar desnecessariamente, exageradamente, o proprietário que tem uma propriedade de valor maior, porque ele já paga mais. Uma propriedade de valor maior, evidentemente, tendo um valor venal proporcional a esse valor, está pagando mais. O que se quer com a proporcionalidade é que além desse cidadão pagar mais, ele pague muito mais, ou seja, progressivamente, geometricamente. Isso nós estamos contrários desde o início da nossa Administração. Entendemos que isso é um despropósito, entendemos, inclusive, para aqueles que vivem de renda, de aluguel, é facilmente tornável, o cidadão tem uma propriedade de grande valor, ele ~~transformar~~ a transforma em pequenas propriedades e escapa dessa progressividade que não tem, do nosso ponto de vista, uma sustentação. Isso é nossa posição desde o início da nossa Administração. Há também o seguinte detalhe que não foi citado na minha exposição e não foi chamada a atenção pelo Vereador, com relação a essa tendência do ano de 92. Existe uma pendência relativa ao IPTU cobrado no ano de 92 cuja receita não está incluída nessa Peça Orçamentária de 96. Não está incluída na Peça Orçamentária de 96 porque ainda está tramitando no âmbito do Judiciário. Não se tem ainda uma decisão em caráter definitivo e em havendo a decisão de caráter definitivo que obrigue a essa cobrança, deverá ser remetido à Câmara Municipal um projeto de lei complementar com a destinação desses recursos daí advindos. Bem, a questão... é uma situação que vamos ter de examinar na época própria. Quanto a despesas, o Vereador insiste na questão da realização de despesas com creches, escolas e saúde, dizendo, inclusive, que não se fez nada na área



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	68	do proc.	
n.º	733	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	4	valéria	fin. org.	17.10.95		

de saúde, o que é uma inverdade que foi rebatida aqui ~~com o relatório de~~
~~toda a comissão que fez o relatório de saúde e que mostra a importância~~
~~da importância que tem o saneamento básico, a importância~~
~~da importância que tem o saneamento básico, a importância~~
~~da importância que tem o saneamento básico, a importância~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	69	do proc.	
n.º	733	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A20	1	morg.	aud.pública	17.10.95		

com o relatório de todas obras que foram feitas no setor de saúde e que mostram, de fato, a importância que estamos dando a esse setor. Aliás, importância que é descartada pelo PT desde o começo da idéia da implantação do plano PAS, que se manifestou contrário e agora nós estamos implementando esse plano PAS. Agora, veja, creches, volto a insistir, não há uma desassistência à população infantil, porque existem creches conveniadas que estão suprimindo as necessidades anteriormente previstas por creches da administração direta. Dois, aumentamos o número de vagas nas creches municipais. Nas escolas existe toda aquela relação que eu já citei que faz parte da gravação e que passei à Mesa, das escolas, da construção de cada uma dessas escolas e das reformas que foram feitas. Esquecem de falar de que essas escolas são permanentemente depredadas, e permanentemente estamos consertando, estamos investindo, reformando, ampliando. Ele fala da licitação para essas obras que é uma licitação demorada, isso também foi respondido na minha exposição, anteriormente se fazia licitação com base num esquema geral de projetos sem uma especificação de materiais, especificação de serviços que pudesse dar uma segurança do valor empenhado, e licitado. Hoje, toda e qualquer licitação de obras tem que ser precedido por um projeto do Executivo, que tem que determinar os custos unitários, é um processo mais demorado. Agora, por que o túnel do complexo Airton Sena foi rápido? Muito simples, porque eles pararam, o PT parou a obra na gestão deles, quatro anos ficaram paradas as obras do complexo viário Airton Sena, esquece-se de dizer o seguinte, qual foi o prejuízo imposto à comunidade pela paralização dessas obras quanto dinheiro do contribuinte ficou lá dormindo debaixo da terra, ficou servindo de palco para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	70	do pro.	35
n.º	733	de 19	35

NÚMERO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
120	2	morg.	aud.pública	17.10.95		

peça de teatro, ficou em desuso total e nós pagando os encargos financeiros disso decorrentes. Isso foi a maior irresponsabilidade dentre muitas que foram deixadas pelo PT, essa foi a maior das irresponsabilidades, parar uma obra iniciada, nós concluímos, e inclusive, obras iniciadas pelo próprio PTX ~~EM~~ concluímos e todas as obras que nós iniciamos ou estão concluídas ou estarão concluídas no exercício de 96, excessão àqueles projetos de longa duração que é canalização de córregos, que é o projeto Cingapura que prevê uma continuidade mais ou menos de caráter permanente.

Com relação aos 15% do remanejamento, volto a colocar a mesma situação que falamos no ano anterior. Toda peça orçamentária quer do Estado, quer do governo federal, estabelece um grau de remanejamento que representa a flexibilidade necessária que o Executivo precisa ter para a condução dos nossos, do seu proposta, do seu próprio mandato. Esse percentual de 15% nada tem de exagerado, acho que do Estado é de 20%, o governo federal é algo assemelhado e não vejo razão pela qual devemos alterar isso.

Creio que cobri todos os pontos abordados ~~por~~ ou existe um dispositivo que pediria ao Freitas para esclarecer, que é o artigo 20 § único, alguma coisa relacionada à área da saúde, programa PAS.

O Sr. Freitas - O § único do artigo 20 diz o seguinte: ~~Exclusão~~ Em função da implantação do Plano de Atendimento à Saúde - PAS, as transposições de dotações de pessoal para outras dotações da Secretaria Municipal de Saúde ficam também excluídas dos limites fixados nos artigos 18 e 19 desta lei.

O Sr. Odilon Guedes - Isso daí eu entendi. Queria saber se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

71
733
do 1998

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A20	3	morg.	aud. pública	17.10.95		

significa demissão de pessoal, arrocho salarial para o pessoal da saúde. Isso que eu quero saber.

O Sr. Freitas - De maneira alguma. É a implantação do PAS vai possibilitar a transposição de recursos de pessoal para a prestação de serviços relacionada ao PAS.

O Sr. Celso Pitta - A resposta foi dada. Não haverá redução de salários.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - Daqui prá frente cada perguntador terá cinco minutos e o Vereador Zenas Pires é o próximo.

O SR. ZENAS PIRES - Em primeiro lugar quero parabenizar o Secretário Pitta por estar conosco e este ano com bastante mais informações que no ano passado. Queria colocar o seguinte, acho que seria realmente interessante que para o ano que vem, apesar de ser o último ano do Prefeito, ele realmente demonstrasse algum desapego de ordem mais político partidária e chamasse o Estado pra discutir a questão do transporte de massa, não só limitado ao transporte coletivo, ônibus, corredores, mas o Metrô. Sabemos que a única solução para o transporte de massa é pelo sistema metrôviário e vemos hoje que a Prefeitura com a administração está tendo até as condições de discutir isso abertamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	12	do proc.	
A.º	733	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	1	Marcelo	Com.Fin.Orç.	17.10.95		

sistema metroviário. E a gente vê que hoje a Prefeitura, com a administração que está tendo, ela está em condição de discutir isso abertamente. Nós ~~até~~ até provocamos, de certa forma, reuniões ou conversas entre o Governo do Estado e o Governo Municipal, quando eu estive com o Secretário de Planejamento ~~xxxx~~ tanto estadual quando municipal, quando eu estive com o Secretário Estadual de Transportes, o Dr. Frederico, quando eu estive com o Secretário de Governo, no sentido de se iniciar as conversações no sentido de que a Prefeitura voltasse a retomar sua condição de interessada no problema de transporte coletivo na Cidade de São Paulo.

Eu acho que a Prefeitura hoje ~~está~~ está numa situação boa, acho que a Prefeitura tem condição, o Executivo Municipal tem condição de sentar hoje com o Executivo Estadual e discutir de forma mais abrangente, de forma mais aberta essa questão do transporte coletivo, do transporte metroviário, do transporte de massa. O Prefeito, certamente, não perderia oportunidade de trazer à tona, ou sentar realmente para procurar solução desse caminho.

Outra coisa que eu queria citar aqui, Secretário, era com relação à dívida. Mas me parece que o senhor tem um relatório que nos esclareceu quase tudo. Gostaria de pedir ao Presidente uma ~~xx~~ cópia, que o senhor cedesse uma cópia para a gente analisar essas questões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 13
de 133 de 19 95
do pr.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
A21	2	Marcelo	Com. Fin. Org.	17.10.95		

Gostaria de pedir também, porque parece que não tem neste ~~relatório~~ relatório, a ~~uma~~ progressividade de tempo para tempo em cada Governo. Acho que a gente precisa disso.

Uma outra questão que quero ~~me~~ colocar aqui, isso a gente já formalizou, mas ~~o~~ quero deixar ratificado para o senhor, ~~o~~ para a Mesa e para todos os presentes, é ~~o~~ que existe um projeto do Prefeito para a região do Butantã, de um ~~pequeno~~ pequeno ~~em~~ complexo viário. Nós apresentamos uma proposta para correção desse complexo. O problema do Butantã, a nossa região, é tirar os caminhões que estão atravessando pelo Butantã. Esse complexo que está no orçamento para o ano que vem e que já está em discussão técnica, inclusive, não vou resolver o problema. Eu já apresentei para o Prefeito, já oficial, já fiz indicação também, a forma de solução mais adequada para isso. Gostaria que a próxima reunião de secretariado que o senhor tivesse com o Prefeito isso fosse colocado e fosse ~~uma~~ estudada a nossa proposta. Está aqui o Vereador Zarattini, que tem conversado com a ~~gente~~ gente sobre isso e nesse ~~aspecto~~ aspecto temos alguma coisa em comum. Eu ficaria muito grato se o senhor pudesse ~~fazer~~ fazer essa avaliação para nós.

Tem mais um detalhe. Quando o senhor fala em 44% o custo municipal com pessoal, é sobre a receita corrente total?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	14	do proc.	
n.º	133	de 19	98
ORADOR		COM. APARTE	

PROBIZO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
A21	3	Marcelo	Com. Fin. Orça.	17.10.95		

O SR. SECRETÁRIO - Esse dado, inclusive, já foi transmitido para o Tribunal de Contas e diz respeito àquela Lei 11.722, aprovada em fevereiro, que estabeleceu um limite de 40% para despesas de pessoal e encargos em relação a arrecadação. Nós aferimos isso para efeito de aplicação dessa lei e o percentual encontrado foi de 44% com encargos. A discriminação dessas despesas todas já foram passadas para o ~~TRT~~ Tribunal de Contas do Município.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - V.Exa. tem mais alguma coisa a acrescentar ao que pergunta o Vereador Zenas Pires?

O SR. SECRETÁRIO - Eu gostaria de comentar unicamente a proposição do Vereador no que diz respeito a transporte de massa, ...

x x x x

- Manifestação longe do microfone. Trecho inaudível.

x x x x

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência responde ao Vereador Adriano Diogo informando que às 15 horas tem início o Pequeno Expediente e certamente essa é a primeira audiência pública, outras nós teremos. Dai porque nós gostaríamos que se abreviasse, que todos fizessem sinteticamente as suas perguntas e o Sr. Secretário, por sua vez, assim deveria se conduzir para que nós pudéssemos, mesmo que adentrasse um pouco no Pequeno Expediente, continuar nossos traba-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	75	do proc.	
n.º	733	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - PARTE
121	4	Marcelo	Com. Fin. Orga.	17.10.95		

lhos.

O SR. JOSÉ ÍNDIO KERE FERREIRA DO NASCIMENTO - Vou dar uma sugestão. Os Vereadores que estão inscritos para falar falariam, fariam suas indagações e o Secretário, na outra audiência, daria a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência acolhe todas as sugestões, desde que os demais membros da Comissão assim entendam.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, se me permite, eu pediria o direito de dar ~~uma~~ resposta na mesma sessão. Poderia haver uma audiência extra, se for o caso.

O SR. ODILON GUEDES - Sr. ~~Presidente~~ Presidente, poderia fazer a chamada do Pequeno Expediente e suspende a sessão até terminar esta sessão. Seria interessante outros Vereadores verem este debate.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência não vai ferir o Regimento da Casa. Assim sendo, esta Presidência vai considerar o seguinte, está inscrito como primeiro debatedor o nome Vereador Adriano Diogo, o segundo é o Vereador Carlos Zarattini, terceiro Vereador Odilon Guedes, o quarto Vereador Sérgio Rosa, quinta Vereadora Lídia Correa e o sexto o Vereador Edson Simões. Nós vamos

con. ouvir a resposta do Sr. Secretário e damos por encerrados nossos tra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	76	do proc.	
n.º	733	de 19	95

PROZIO	FOLIA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A21	5	Marcelo	Con.Fin.Org.	17.10.95		

balhos no dia de hoje. ~~Exatidão Taquigráfica~~

Tem a palavra o Sr. Secretário, para concluir as respostas ao Vereador Zenas Pires, se ainda não concluiu.

O SR. SECRETÁRIO - Esta administração já tem entendimentos com o Governo do Estado para, conjuntamente, participar do projeto da quarta linha do metrô. Na oportunidade em que interinamente ocupei a Secretaria de Planejamento, no ano passado, nós demos início a esses entendimentos com o Governo do Estado, para que a Prefeitura também participasse disso. Então deveremos participar da quarta linha do metrô.

AO SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Srs. Vereadores, de acordo com a manifestação do Sr. Secretário, S.Exa. virá numa outra audiência extraordinária, independente da ~~segunda~~ ~~audiência~~ ~~capitula~~ ~~inicialmente~~ ~~como~~ ~~uma~~ ~~deliberação~~ ~~consultar~~ ~~o~~ ~~...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	77	do total
n.º	133	de 1995

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. SEGRETE
Bl	1	regina	Fin.Orq.	17.10.95		

audiência pública, tendo inicialmente como debatedores inscritos, o Vereador Adriano Diogo...

O SR. ODILON GUEDES - Sr.Presidente, o senhor não vai continuar...

O SR.PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Nós encerramos os nossos trabalhos.

O SR.ODILON GUEDES - Sr.Presidente, com licença.

O SR.PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Permita-me concluir.

Continuando, os Vereadores são Adriano Diogo, Carlos Zaratinni, Odilon Guedes, Sérgio Rosa, Lúcia Correa e Édson Simões. E antes de encerrar, concedo a palavra a V.Exa., Vereador Odilon Guedes, para depois ouvirmos as considerações finais.

O SR.ODILON GUEDES - Muito obrigado, Sr.Presidente. Em primeiro lugar, eu acho ruim terminar agora, porque o Secretário inclusive, eu fiz uma série de críticas ao atual Governo mas não fiz julgamento moral. E o Secretário falou que o governo do PT era irresponsável, e isso nós não podemos deixar simplesmente dessa forma. Porque eu gostaria, já que ele entrou nesse campo, de dizer que o Governo Maluf é um governo de hipócritas e fariseus, isso se pegamos somente a questão do IPTU. Porque o Sr. Paulo Maluf na campanha eleitoral fez aquela placa dizendo: "votou no PT tomou no IPTU". Agora, o Sr. Secretário vem nos dizer aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	78	de 100.
no	137	de 1995

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B1	2	regina	Fin,Orç,	17.10.95		

que o IPTU não tem problema nenhum. Inclusive cai em contradição pelo seguinte motivo... Eu queria também responder ao Vereador José Índio que nós não somos contra o aumento do IPTU, mas o IPTU tem que ser aumentado progressivamente. Era isso que o governo do PT queria fazer porque isso significa justiça social, porque qualquer país capitalista desenvolvido do mundo faz quem tem mais dinheiro pagar mais. Quem mora no Morumbi e nos Jardins tem que pagar mais IPTU progressivamente. Quer dizer, eu queria colocar primeiramente essa questão, porque eu acho grave a acusação contra o governo do PT.

O Secretário fala também sobre o funcionalismo público, que é irresponsabilidade. Não houve nenhuma irresponsabilidade, mas concepções completamente diferentes de governo. Esse é o problema. Inclusive o Sr. Paulo Maluf é coerente com a contradição dele, ele foi Prefeito em 1970 e que infelizmente o senhor não morava nesta cidade, e depois foi governador do Estado, e ele só fazia grandes obras. Quero lembrar a Paulipetro, é que o senhor não morava aqui. Ele enterrou 500 milhões de dólares e não achou uma gota de petróleo. Esse é o tipo de Prefeito que nós temos, o Sr. Paulo Maluf é coerente: faz obras, grandes obras para interesses que não são os da população. É um governo anti-social e antipopular.

Está aqui, o senhor fez uma série de enumerações sobre hos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	79	do proc.	
n.º	733	de 19	95

INDÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Bl.	3	regina	pt fin.org.	17.10.95		

pitais, o Hospital Sabóia eu conheço muito bem, não foi feito nada; no Hospital Manino Jesus também não foi feito nada. Eu tenho a lista aqui se o senhor precisar, das obras aprovadas em 1994/1995 e 1993.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Quero dizer ao Vereador Odilon Guedes que o seu discurso paralelo é descabido.

Dou a palavra ao Sr. Secretário...

O SR. ODILON GUEDES - Não é descabido não, não é descabido em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - ... para encerrar a sua passagem por aqui no dia de hoje. Ele voltará oportunamente numa sessão extraordinária, quando V.Exa., no seu tempo, Vereador Odilon Guedes, fará o discurso que bem entender.

Tem S.Exa. a palavra, Sr. Secretário, para concluir.

O SR. ODILON GUEDES - Tudo bem, mas não é descabido.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - V.Exa. extrapolou no momento em que deu a palavra a V.Exa. para que V.Exa. fizesse um discurso paralelo.

Sr. Secretário, esta Presidência agradece a presença de V.Exa., bem como de todos os seus assessores, agradeço aos Srs. Vereadores, membros desta Comissão. E tem V.Exa., Sr. Secretário, o tempo necessário para sua despedidas e conclusões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	80	do proc.	
n.º	137	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPORTE
B1	4	regina	com.fin.org.	17.10.95		

O SR. SECRETÁRIO - Mais uma vez agradeço a atenção da Comissão de Finanças, ao Sr. Presidente, o Vereador Almir Guimarães e aos demais participantes desta audiência. Coloco-me à disposição para a continuidade do debate porque acho muito positivo para todos nós.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Voltaremos em nova data para mais uma audiência extraordinária com o Sr. Secretário, porque S. Exa. se prontificou a voltar a esta Casa.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

* * *

* *

*



Prefeitura do Município de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

São Paulo, 16 de outubro de 1995

Ofício A. J. L. n.º

281/95

15 - DDCREC
15-0258/1995

Folha n.º	84	do proc.
n.º	733	de 1995
o funcionário	<i>m</i>	

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas aos Projetos de Lei constantes da relação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor Miguel Colasuonno
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

LMBN/

A Douta Comissão de
Constituição e Justiça
Em, 18/10/95

AB
ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 18/10/95 às 11:00hs.

201

RELAÇÃO ANEXA AO OFÍCIO A.T.L. Nº 201/95 DAS INFORMAÇÕES
RELATIVAS AOS PROJETOS DE LEI RELACIONADOS A SEGUIR:

Folha n.º 82	do proc.
n.º 433	de 1995
o funcionário <i>m</i>	

01. P.L. nº 195/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0476/95 - Vereador Jooji Hato - Altera o parágrafo 10 do artigo 19 da Lei nº 7.805, de 01 de novembro de 1972.

02. P.L. nº 321/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0516/95 - Vereador Osvaldo Sanches - Modifica o uso e a ocupação do solo urbano, cujos perímetros estão estabelecidos no Quadro nº 8A, anexo à Lei nº 8.001/73 e no Quadro nº 8B, anexo à Lei nº 8.328/75, relativos às zonas Z3-039; Z3-040; Z3-041 e Zona Z3-037, respectivamente.

03. P.L. nº 463/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0327/95 - Vereador Mário Noda - Denomina Rua Armando Violante a viela sem denominação, localizada na Rua Maria Marcolina, entre a Rua Paraíba e a Praça República da Coréia, no distrito do Pari.

04. P.L. nº 496/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0551/95 - Vereador José Eduardo Martins Cardozo - Altera a redação do artigo 8º da Lei nº 10.508, de 4 de maio de 1988, e dá outras providências.

Forma n.º	83	de 19	95
n.º	733	de 19	95
o funcionário	<i>M</i>		

05. P.L. nº 733/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0542/95 -
Executivo - Concede isenção do Imposto sobre a
Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre
imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficiante
de Senhoras Hospital Sírio Libanês, e dá outras
providências.

IR/sffs



Folha n.º	84	do proc.
n.º	733	de 19 95
o funcionário	<i>m</i>	

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE
LEI Nº 733/95, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 18/Leg.3/0542/95, REME
TIDO A CÂMARA MUNICIPAL COM OFÍCIO ATL. Nº. 261/95



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º 75 do proc. 733 de 19 95
o funcionário m

Folha de informação nº

d.o processo nº 59-001.086-95*68 em 21 / 09 / 95 (a)

Elizete C. Pinha
Oficial de Gabinete
SGM/ATL

INTERESSADA: Câmara Municipal

ASSUNTO : Informações sobre o Projeto de Lei nº 733 /95 ,
de autoria do Executivo.

S.F.

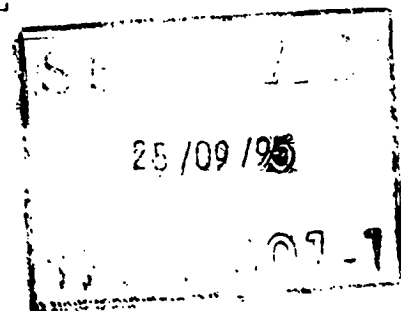
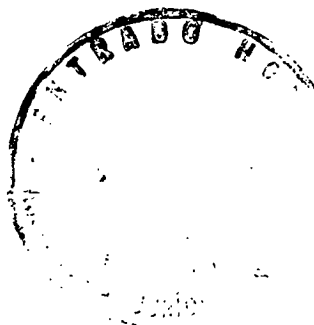
Senhor Chefe de Gabinete

Solicito manifestação sobre o Projeto de Lei nº 733/95 , consoante quesitos de fls. 52 , apresentados pela Comissão de Constituição e Justiça.

Tratando-se de matéria com prazo legal para resposta, peço devolução até o próximo dia 04/10/95.

São Paulo, 21 de setembro de 1995

Ingrid Ragdaj
INGRID RAGDAJ
Assessora - ATL



ecp.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n. 863 do proc. 933 de 1995
o funcionário m

Folha de informação nº 55

do Processo nº 59.001.086-95*68 em 25/09/95 (a)

AMARILLO DA SILVA CUNHA
Assessoria Jurídica - SFG

REF: Processo nº 59.001.086-95*68
INT: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ASS: Projeto de Lei nº 733/95

RI.G. - Senhor Diretor

De ordem do Senhor Chefe do Gabinete, enviamos o presente a Vossa Senhoria para atendimento da solicitação de fls. 54.

A.J., em de setembro de 1995

NEIDE RODRIGUES GEURGAS
Assessor Técnico
Assessoria Jurídica - SFG

NRG/asc

A. R. J. Ass DRº Arlete

26.09.95

GApsilva

APARECIDA POZZI SILVA
Carregada do Setor Exatidão
R.I. 8.812

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Departamento de Rendas Imobiliárias

Folha n. 87 do proc.
n. 733 de 19 95
o funcionário M

fls de inf. n. 58 do Proc. n. 59-001.086-95*68, em 28.09.95 Lauro

Ref.: Processo n. 59-001.086-95*68
Int.: Câmara Municipal de São Paulo
Ass.: Projeto de Lei n. 733/95
Cte.: 010.061.0009-1

S.F.G. - Senhor Chefe de Gabinete,

Em atendimento à solicitação de fls. 54, cabe-nos informar que a estimativa de renúncia de receita que o projeto em epígrafe acarreta é da ordem de R\$ 330.433,00 (trezentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e três reais), assim discriminada:

1 - débitos inscritos na dívida ativa, em fase de execução (1.991) e cobrança amigável (1.993 e 1.994), incluídos os acréscimos legais e já corrigidos monetariamente, no valor total de R\$ 194.974,00 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais), aproximadamente (fls. 56);

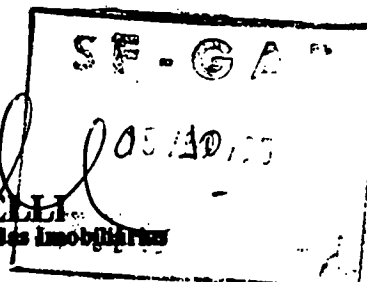
2 - débito referente ao exercício de 1.992 no valor de R\$ 127.011,00 (cento e vinte e sete mil e onze reais), por aproximação (fls. 57).

3 - débito referente ao exercício de 1.995 no valor de R\$ 8.448,00 (oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), aproximadamente (fls. 57).

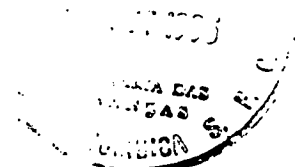
Salientamos que dos valores acima mencionados foram excluídos aqueles correspondentes às Taxas Remuneratórias.

R.I.G., em 28 de setembro de 1.995.


SERGIO GHIRELLI
Diretor do Departamento de Rendas Imobiliárias



ASS/AC/bz





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º 88 do proc.
n.º 733 de 1995
funcionário *m*

Folha de informação n.º - 59 -

o processo n.º 59-001.086-95*68 em 09 / 10 / 95 (a) *Pin*

Assistente Técnico I
Assessoria Jurídica - SFG

REF.: Processo n.º 59-001.086-95*68

INT.: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASS.: Projeto de Lei n.º 733/95, referente à concessão de isenção do IPTU ao imóvel do patrimônio da SOCIEDADE BENEFICIENTE DE SENHORAS HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS. Quesitos da Comissão de Constituição e Justiça.

SGM/ATL - Senhora Assessora

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria e em face dos quesitos formulados pela D. Comissão de Constituição e Justiça da E. Câmara Municipal de São Paulo, restituímos-lhe este expediente com as informações prestadas pelo Departamento de Rendas Imobiliárias - RI, bem assim pela Assessoria Geral do Orçamento - AGO desta Pasta, lançadas às fls. 58 e 58vº, endossadas por este Gabinete.

S.F.G., em 09 de outubro de 1995.

Gilberto
GILBERTO BIM ROSSI

Respondendo pelo Cargo de
Secretário das Finanças

DRS
DRS/avnp



17 - RELCOM
17-1877/1995

Folha n.º 89 do proc.
N.º 733 de 1995
O Funcionário

16 - PAR

16-1779/1995

Município de São Paulo

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 733/95.

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, encaminhou a esta Casa projeto de lei que objetiva conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, incidente sobre o imóvel situado na Rua Peixoto Gomide nº 469, integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, enquanto a renda dele decorrente for destinada exclusivamente às atividades da entidade.

Ao lado da isenção concedida, o projeto remite os débitos relativos ao IPTU incidentes sobre o imóvel e anistia as penalidades correspondentes, vedada a restituição de qualquer importância a tal título recolhida.

Esta Comissão solicitou o envio de ofício ao Executivo, a fim de que o mesmo, em atenção ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, informasse qual a estimativa de renúncia de receita que o projeto acarreta.

As informações solicitadas foram prestadas, restando atendidos, portanto, os requisitos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sob o ponto de vista estritamente legal a matéria não esbarra em qualquer óbice, encontrando amparo nos artigos 13, I e III, e 131, §6º, da Lei Orgânica do Município.

Por se tratar de projeto que versa sobre matéria tributária, deverão ser convocadas pelo menos duas audiências públicas durante a sua tramitação, conforme determina o artigo 41, inciso V, da Lei Orgânica.

Pela Legalidade.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça,

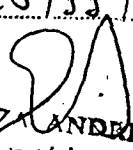
13/11/95

[Handwritten signatures and initials]

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Dia 17 / 11 / 19 95
Página 60 Coluna 2ª

À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em 23/11/95


RITA ALANDE
Secretária

Recebido na Comissão de Pol. Urbana.

Em 24/11/95 às 12:00 hs.

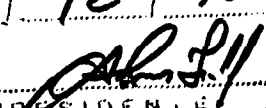
AO NOBRE VEREADOR

Bruno Gider

PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

5 / 12 / 95


PRESIDENTE



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	90	do Prec.
N.º	733	de 1995
O Funcionário	<i>[Signature]</i>	

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria, prorrogo o prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63 "caput", do Regimento Interno.

Em, 12/12/95 .

[Signature]
Ver. Antonio Paiva Monteiro Filho
Presidente



Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-2250/1995

BF
PARECER Nº COMISSÃO DE
POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E
MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE
LEI Nº 733/95

Folha n.º	01	do proc.
n.º	733	de 19 95

Visa o presente Projeto de Lei nº 733/95, oriundo do Executivo, conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês enquanto a renda deste (que é oriunda da utilização do imóvel por um estacionamento do próprio hospital), for destinada exclusivamente às atividades da entidade. O referido imóvel está situado na Rua Peixoto Gomide nº 469.

Segundo o projeto a referida isenção dependerá de requerimento anual, a ser apresentado na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria das Finanças.

Ainda segundo a propositura ficam cancelados os débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e territorial Urbana incidentes sobre o imóvel de que trata o projeto bem como anistiadas as penalidades correspondentes, existentes à data de início de vigência da lei.

De acordo com a Justificativa a entidade vem utilizando o imóvel, que se quer isentar, para estacionamento de veículos de médicos, funcionários e usuários em geral.

É indiscutível a necessidade de dotar-se um hospital do porte do ora tratado de estacionamento de veículos de modo a servir, como já descrito, seus funcionários e sua clientela.

Trata-se de uma instituição de cunho benemérito, voltada à assistência médica, sendo certo que o oferecimento de vagas de estacionamento para veículos apresenta-se, não como mera comodidade, mas como necessidade.

Na Justificativa se alega que é justo amparar-se a instituição em causa com a isenção já que a mesma vem complementando a atuação do Estado numa área tão carente de recursos.



Câmara Municipal de São Paulo

Esta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente analisando a propositura julgou-a de alto interesse público tendo em vista os inestimáveis serviços prestados pela entidade.

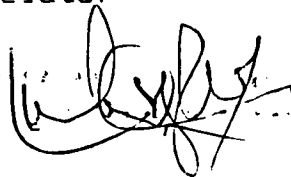
Favorável, portanto, nosso parecer.

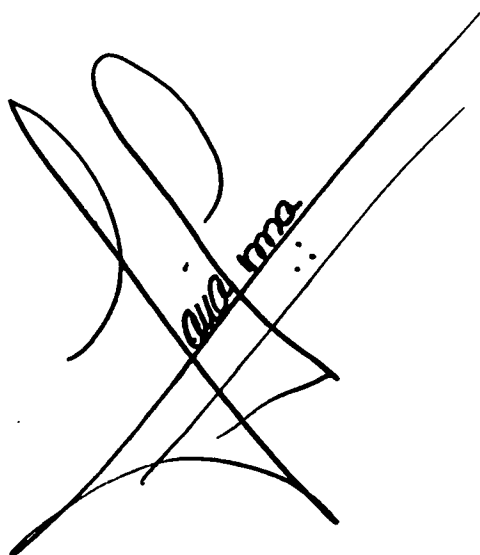
Folha n.º 92 do proc.
n.º 733 de 1995

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente em


Presidente


Relator







Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 02 / II , 1996

pagina 44 coluna 1º

conferido: 

A Doute Comissão de
Finanças e Orçamento

Em 2 / II / 96


LUIS FERNANDO BRAZ DE ARAUJO
Chefe de Seção Técnica I

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento

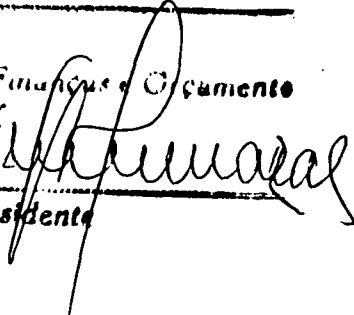
Em 02/02/96 as 18:00 h.


MARGARETE NUNES SILVA
Secretária

Ao nobre Vereador
para relatar.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento

02/02/1996


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 93 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário 48

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
					SEN	REVISAO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente: Sr. Vereador Almir Guimarães

Membros : Srs. Vereadores

Nelson Guimarães Proença

Edson Simões

José Indio Ferreira do Nascimento

Hanna Gharib

Odilon Guedes

Zenas Pires

Vicente Viscome

Mohamad Said Mourad

Audiência Pública sobre os PIs. do Executivo de N.ºs: 971/95, 269/95, 970/95, 733/95, 824/95, 923/95 e 973/95 realizada no Auditório Ver. Antonio Sampaio da Câmara Municipal de São Paulo, em 23 de outubro de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Almir Guimarães

(Memo. CFO. n.º: 71/95)

Secretaria: Margarete Nunes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 94 do proc.
n.º 733 de 1995
funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N13	1	morg.	Aud. Pública Com. Fin. Orç.	23.10.95		

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Vamos iniciar mais uma reunião da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo, em audiência pública. Registramos a presença dos Srs. Vereadores Odilon Guedes, Zenas Pires, Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria de Finanças, Dr. Benrossi, Dr. José Antonio de Freitas, assessor, Dr. Reinaldo Santino Bueno de Souza, Dra. Liliâne Benedetti, Dr. Carlos Ferreira Augusto, Diretor de Rendas Imobiliárias, Dr. Sérgio Guilherme, Dra. Nádia Roselli, assessora supervisora, Dr. Francisco de Assis Leme Franco, assessor e demais convidados. Vamos dar início à reunião.

Antes dos debates com o Sr. Secretário de Finanças, Dr. Celso Pitta, vamos começar pela audiência pública, 17a. da Comissão de Finanças, sobre os projetos de lei 269/95, que concede remissão de créditos tributários aos imóveis identificados pelos contribuintes que especifica; 270/95, que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis integrantes do patrimônio de São Paulo Transportes S/A.; 733/95, que concede isenção do IPTU incidente sobre imóveis integrantes do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sirio Libanês; 824/95, que concede isenção de tributos municipais a empresas instaladas ou que venham a se instalar na zona de uso ZB-001; 923/95, que fixa as alíquotas a serem utilizadas no cálculo do imposto sobre transmissão "inter vivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis exceto os de garantia; 973/95, que altera a legislação relativa ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - e as Taxas de Limpeza Pública e de Conservação de Vias e Logradouros públicos e extingue, a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 45 do proc.
n. 733 de 1945
o. funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N13	2	morg.	aud.pública	23.10.95		

partir de primeiro de janeiro de 1996, a Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo - UFM.

Todos estes projetos são de autoria do Executivo e esta é a primeira audiência para tratarmos destas matérias. Certamente, são projetos que terão algumas discussões e assim sendo abrimos o debate perguntando ao Vereador Zenas Pires se tem alguma manifestação a fazer .(Pausa.) Ficará para se manifestar na segunda audiência. Vereador Odilon Guedes.

O Sr. Odilon Guedes - Prefiro, como é continuidade da primeira audiência pública, quer analisar com ~~uma~~ mais detalhes esses processos e me pronunciarei na segunda audiência.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - Não havendo mais manifestação damos por concluída a primeira audiência pública pertinente a esses projetos aqui reportados e vamos aguardar mais um pouco a presença do Dr. Celso Pitta, para dar início dos nossos debates.

Está suspensa a nossa audiência, com o encerramento desta audiência, até a volta do Sr. Secretário.

* * *

- É suspensa a reunião.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 96 do proc.
n.º 933 de 1996
o funcionário *W*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N13	3	morg.	aud.pública	23.10.95		

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Srs. Vereadores, com a chegada do Dr. Celso Pitta, Sr. Secretário de Finanças do Município de São Paulo, como sempre muito prestativo às nossas reuniões e o exemplo de S.Exa. deveria ser seguido pelos demais secretários, o que nós não estamos registrando em outras audiências, o que certamente, no correr dessas discussões poderá criar uma celeuma, mas agradecemos a presença do Sr. Secretário, com toda a sua assessoria, e registramos além dos Srs. Vereadores já citados, a presença do Vereador Carlos Zarattini.

Daremos a palavra ao Sr. Secretário para fazer as suas considerações e a seguir iniciaremos os nossos debates. De ante-mão informo aos presentes que no correr desta audiência o nobre Vereador Zenas Pires dará continuidade à reunião presidindo a mesma. Tem a palavra S.Exa., o Dr. Celso Pitta.

O SR. CELSO PITTA - Muito obrigado Sr. Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Almir Guimarães, Srs. Vereadores integrantes da Mesa, Zenas Pires, Odilon Guedes, Zarattini, e senhoras e senhores.

Essa audiência entendo seja continuação da anterior que teve que ser interrompida por força do início das sessões de plenário. De forma que vou ser breve nesta minha apresentação do tema uma vez que isso já foi feito na reunião anterior. Quero destacar unicamente pontos relevantes dessa peça orçamentária que servirão para esclarecimentos por parte do público. O primeiro deles é que o orçamento está estabelecendo o equilíbrio entre as receitas e despesas, não está previsto déficit quer na parte de contas correntes, que aliás deverá ocorrer um superávit,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 97 do proc.
n.º 733 de 19 95
funcionário w
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N14	1	morg.	com.finanças	23.10.95		

quer em relação à totalidade de receitas e despesas. É uma situação bastante diferente da que encontramos em dezembro de 92, quando o déficit era de 18,6%. No ano passado o Município de São Paulo encerrou o exercício com déficit da ordem de 8,6%. Este ano de 95 se não ocorrer o equilíbrio haverá um ligeiro superávit orçamentário o que demonstra a situação segura em que se encontra as finanças do Município de São Paulo.

Outro aspecto importante a destacar é que essa peça orçamentária no que diz respeito a despesas ela privilegia a área social, destaca para a área social uma importância ao redor de dois bilhões e 400 milhões de reais de um total de 6 bilhões e 120 milhões de reais. Com relação às despesas de custeio nós atemos aos níveis atuais. As previsões que dizem respeito ao funcionalismo elas seguem o que está estabelecido na Lei 11.722 de correção quadrimestral dos salários desde que a relação entre as despesas de pessoal e encargos e arrecadação não ultrapasse os 40%. É também uma situação bastante importante a se destacar porque enquanto a maior parte das administrações públicas estaduais está se debatendo com esse problema de vinculação de parte ou quase totalidade da sua arrecadação com a folha de pagamento e a Prefeitura de São Paulo tem unicamente um percentual de 44% da sua arrecadação vinculada à folha de pagamento, diferente do que é publicado ~~ex~~ rotineiramente agora pela imprensa com percentuais que vão de 80 a 100% e até mais de 100% e em alguns casos ~~mesmo~~ necessitando de socorro das entidades governamentais federais tipo Caixa Econômica Federal, que liberou na semana passada empréstimos para socorrer os Estados que estavam mais em situação delicada em relação as suas folhas de pagamento. De forma que temos com isso a tranquilidade de poder fazer um programa de investimentos, programa esse que será da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n° 48 do proc.
n° 733 de 1995
o funcionário wj

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N14	2	morg.	Com.Finanças	23.10.95		

ordem de um bilhão e 700 milhões de reais unicamente com os recursos advindos da arrecadação, é produto da economia das despesas de custeio, associado ao aumento da arrecadação. Isso aí nos dá o que chamamos de superávit primário no ano de 94 foi de 700 milhões de reais, neste ano deverá bater cerca de um bilhão de reais. Então, é exatamente com a poupança pública que estamos fazendo essa proposta orçamentária de investimentos para o ano de 96. É um programa vigoroso de investimentos e que deverá gerar empregos, deverá gerar renda, deverá gerar atividade, deverá gerar riqueza para a nossa Cidade de São Paulo.

Essas são as considerações que julgo convenientes estar presentes nesta audiência pública, que agora deixo a palavra para eventuais perguntas e esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência registra a presença do Vereador José Índio e como havia combinado vou passar a Presidência ao Vereador Zenas Pires, dando a palavra a seguir ao Vereador Odilon Guedes.

- Assume a Presidência o Sr. Zenas Pires.

O SR. ODILON GUEDES - Boa tarde Sr. Secretário e demais presentes. Na audiência que houve na semana passada nós fizemos uma série de argumentações que o Secretário respondeu e inclusive tivemos acesso ao que foi transcrito e quero recolocar algumas questões que fizemos, para que o Secretário nos respondesse.

Primeiro, o Sr. Secretário fez uma observação sobre o funcionalismo público, mas queria dizer que a cidade de São Paulo nunca teve grande parte do seu orçamento comprometido em pagamento do funcionalismo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 99 do proc.

n.º 133 de 1945

o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N14	3	morg.	com.finanças	23.10.95		

porque havia lei aprovada pelo ex-Prefeito Jânio Quadros, que definia o montante a ser gasto pelo funcionalismo público, tinha um mínimo de 47% o mínimo de despesas e o máximo de 58%, já prevendo a possibilidade que se não se controlasse isso poderia se comprometer grande parte das despesas com pagamento de funcionalismo. Então, já havia alguns parâmetros estabelecidos por lei aqui na cidade de São Paulo. Acontece que o governo Maluf mudou a lei salarial em fevereiro deste ano e segundo a análise que fizemos aqui na Câmara Municipal, com uma pequena correção que queria falar ao Sr. Secretário, que ele fala que o pessoal hoje, o município gasta cerca de 44% das receitas correntes com pessoal. Segundo dados que nós levantamos essa despesa é de 39% e o que queria reafirmar aqui é que o funcionalismo público é muito importante para a cidade porque grande parte do funcionalismo público são professores e se eles recebem um bom salário, logicamente a qualidade do ensino cai. Então precisamos ressaltar que despesa com funcionalismo, como aliás hoje é uma propaganda generalizada em nosso país, como se o problema do Brasil fosse funcionalismo público, quando acho que o funcionalismo tem que receber bem porque se o funcionário público professor recebe bem logicamente ele vai desempenhar bem as suas atividades como professor, que é fundamental não só para a cidade de São Paulo como para a sociedade brasileira. A mesma coisa em relação ao médico, aos enfermeiros. Então, queria ressaltar essa questão que aqui na cidade de São Paulo o funcionalismo nunca comprometeu a questão de aumentos salariais porque havia essa lei que foi aprovada pelo ex-Prefeito Jânio Quadros. E uma segunda questão que é a seguinte, em relação ao IPTU, o Secretário na última audiência nos informou e nós sabemos disso que o IPTU não é um imposto que onera de forma extremamente pesada



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n° 100 do proc.
n° 233 de 1945
o funcionário V8

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N15	1	morg.	com. finanças	23.10.95		

o bolso do cidadão , ele é um imposto que em outros municípios do Brasil taxam muito mais. E uma questão que eu indaguei ao Secretário e volto a indagar, que é a seguinte: eu tenho dito que o governo Maluf fez uma campanha na época eleitoral de desinformação em relação à opinião pública, inclusive, se vocês lembrarem, tinha outro door colocado pela cidade que ela votou no PT e tomou no IPTU. Quer dizer, insinuando que o PT tinha aumentado muito o imposto , o IPTU. E como nós sabemos, como o próprio Secretário falou, o IPTU não é um imposto extremamente oneroso. E mais, o aumento que o PT queria dar para o IPTU, a ex-Prefeita Luíza Erundina, era um aumento progressivo para penalizar quem tinha maiores propriedades com melhor construção, do que as propriedades mais humildes, como eu já me referi aqui na semana passada, acho que é extremamente justo que numa sociedade como a nossa nós precisamos taxar mais a riqueza, taxar mais a propriedade, para que a gente possa fazer justiça social. O Secretário argumentou que não era correto isso e aí eu reafirmo que realmente são concepções completamente diferentes de governo. O PT tem concepção de que precisamos taxar mais a riqueza, para que se possa fazer justiça social, aliás é que se faz nos países capitalistas avançados como Itália, França, etc., o problema é que a concepção do Sr. Paulo Maluf privilegia os ricos em detrimento da população de baixa renda.

Uma outra questão que eu levantei com relação ao IPTU é que fizemos um estudo e mostramos que os Jardins, que é a região que recebe mais investimentos na cidade de São Paulo, mais de 50% no governo Maluf, em compensação é a quarta que vai ser aumentada em IPTU no ano que vem. A argumentação do Secretário na semana passada era de que em relação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 101 do proc.
n. 933 de 1995
o funcionário u

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N15	2	morg.	Com. Finanças	23.10.95		

à planta genérica de valores havia uma correção em relação aos imóveis dos Jardins e a pergunta que faça para o Secretário é a seguinte: a conclusão agora da canalização da Av. do Córrego das Águas Espraiadas, do túnel do Ibirapuera, agora a inauguração da duplicação da Av. Maria Lima, e isso no meu entender vai valorizar em muito os imóveis da região para o ano que vem o que temos acompanhado na imprensa e o Secretário, em sua argumentação em relação ao ano que vem dizendo que nesses locais já existe uma valorização. Queria lembrar que eu e o Vereador José Eduardo Martins Cardozo entramos na Justiça para impedir a construção de uma praça próximo à residência do Prefeito, que infelizmente o Prefeito conseguiu cassar a liminar, vamos recorrer na Justiça, mas essa praça sendo executada vai valorizar aquela região também.

Então, gostaria que o Secretário respondesse essas questões em relação ao IPTU. Em relação à dívida da cidade, o Secretário fez uma argumentação na semana passada dizendo que as contas da ex-Prefeita Luiza Erundina não havia um controle, que o Prefeito Paulo Maluf que colocou no dia essas contas do município. Queria lembrar uma questão importantes. Assim que o Prefeito Paulo Maluf tomou posse, se os senhores estão lembrados, ele falou que ia nomear o atual deputado federal Delfim Neto e o ex-Presidente do Banco Central, Celso Pastore como seus embaixadores no exterior, para tomar dinheiro emprestado, porque o governo do PT nem sabia tomar dinheiro emprestado. Isso significa que o PT como são os dados que temos acompanhado não endividou a cidade como o atual Prefeito Paulo Maluf vem fazendo endividando de uma forma extremamente onerosa, e tenho dados que depois vou passar as mãos do Secretário, que são dados à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, em que anali-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT APARTE
N15	3	morg,	Com.Finanças	23.10.95		

sa a execução orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais entre 85 e 94, e, por exemplo, só para os senhores terem uma idéia, a dívida entre 92, último ano do governo PT, para 1994, que são os dados abordados aqui neste relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, aumentou a preços de dezembro de 94, de um um bilhão, 882 milhões, 851 mil reais, para dois bilhões, 871 milhões, 720 mil reais, houve um aumento real de 51,74% da dívida, quer dizer, eu gostaria que o Secretário abordasse essa questão, porque este debate tem se tornado intenso e sempre há números diferentes e aqui é um órgão insuspeito que é do Ministério da Fazenda.

E mais um detalhe, em relação a arrecadação houve um aumento de 3 bilhões e 75 milhões de reais, para 3 bilhões e 685 milhões, um aumento de 19,85% em relação à receita. Então, enquanto a receita aumentou nem 20%, a dívida aumentou mais de 51%. São dados que eu gostaria de explicação e vou até passar às mãos do Sr. Secretário para que possa examinar com mais profundidade.

Então, primeiro isso, a atual administração vem endividando a cidade muito mais do que a administração da ex-Prefeita Luiza Brundina. Mais um detalhe, o Prefeito falava que ia nomear o Delfim e o Celso Pastorem, só que o Prefeito desconhece hoje o que acontece no mercado internacional, por isso que ele falou isso, ele é mal informado, de que se conseguiria pegar dinheiro emprestado para investimento e o que acontece hoje que a grande soma de investimentos que vem para o Brasil e hoje tem um artigo bastante extenso no jornal "O Estado de São Paulo" sobre isso, que tem entrado muitos bilhões de dólares no Brasil, mas fundamentalmente é dinheiro especulativo, são capitais voláteis e não capitais de investimento, inclusive o dinheiro que vai entrar na Prefeitura agora para cana-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 103 do proc.
n.º 733 de 1995
n.º funcionário 4)
CONT. APARTE -)

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
N16	1	morg.	Com.Finanças	23.10.95		

lização de córregos, que é um dinheiro do BIRD, se não estou equivocado, quem começou essas negociações foi a ex-Prefeita Luíza Erundina. O que queria lembrar é que a Prefeitura, o Srl Paulo Maluf está endividando em muito a cidade. E mais um detalhe, o Secretário na última audiência ~~me~~ argumentou que o problema do endividamento principalmente é baseado em LFTM, que são baseadas em juros do mercado e que o governo federal tem praticado esses juros. Queria lembrar que relatórios já discutimos em outra ocasião que a Prefeitura de São Paulo é a que mais está se endividando no Brasil e os juros que a Prefeitura de outros municípios se baseiam eles ~~me~~ também estão baseados em juros de mercado, quer dizer, no meu entender não há justificativa para isso.

Finalmente, uma outra questão que queria fazer para o Sr. Secretário é a respeito de investimentos, o que nos acompanhamos e isso é interessante, a propaganda do Governo Paulo Maluf, que é o governo que investe, que faz obras, etc., nesse mesmo relatório da Secretaria do Tesouro Nacional tem um ~~me~~ dado bastante importante que nós precisamos informar a todos, que é o seguinte, numa série histórica, se pegarmos de 89, o primeiro ano do governo Luíza Erundina, até 94, que é o último ano dos dados do Tesouro Nacional, o ano que houve mais investimentos foi em 90, da ex-Prefeita Luíza Erundina, 966 milhões, 902 mil reais, enquanto o governo Maluf, em 1994, investiu 866 milhões, 299 mil reais. São dados extremamente relevantes para este debate. O governo do PT é o que mais investiu na cidade, dados do Tesouro Nacional, que é importante passar isso na imprensa. Isso mostra que nós investimos mais que o governo Maluf, o problema é que governo Maluf faz propaganda na mídia de uma coisa que ela não está fazendo e só para dar o exemplo, quero lembrar que o projeto

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 104 do proc.
n.º 733 de 1945
o funcionário V.º

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
NLE	2	morg.	Com. Finanças	23.10.95		

Cingapura que se fala tanto, como já coloquei aqui na semana passada, de uma promessa de 200 mil casas populares foram entregues 800 até agora, em dois anos e dez meses de governo. Falta um ano e dois meses pra se fazer as outras 199.200 casas, enquanto que no governo do PT foram feitas 42 mil casas. Quanto a creches, este ano está se fazendo uma, no ano passado não se fez nenhuma, escolas de 108 estão fazendo 4, enquanto que no governo do PT fizeram dezenas de creches, dezenas de escolas, se asfaltou mais 800 quilômetros de novas ruas e recapeou mais de mil quilômetros e se fez seis hospitais, e se pagava bem o funcionalismo público. O que quero reafirmar é que são concepções completamente diferentes de governar a cidade, enquanto o Sr. Paulo Maluf governa ligado aos interesses das camadas mais abastadas da população paulistana, investindo nos Jardins, arrojando o funcionalismo público, não investindo em creches e em educação, o governo do PT, investiu mais, endividou menos a cidade e investiu onde mora a população de menos renda na cidade de São Paulo. Essa é uma outra questão que estou levantando e gostaria que o Secretário abordasse essas questões: funcionalismo, IPTU, dívida e investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - Antes das ponderações do Sr. Secretário, tem a palavra o Vereador José Índio Ferreira do Nascimento.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Em primeiro lugar gostaria de lembrar ao Vereador Odilon Guedes que em 1990 a Prefeita nos enviou aqui uma proposta orçamentária que aumentava o IPTU em torno de 450%, em relação ao ano anterior, sem se falar na época em progressividade. Eu me recordo muito bem que depois de muita briga, 450% reais, depois de muito briga aquiescemos em ceder 125% de aumento, de 450% conseguimos descer para 125% e isso em função de acordo que fazemos em relação ao



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 105 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N16	3	morg.	Com. Finanças	23.10.95		

IPBI, que na época ela queria aumentar para 6%.

Com relação ao funcionalismo é mais uma vez lamentável o que o Vereador Odilon Guedes coloque em questão o problema do funcionalismo, porque em diversos momentos a Sra. Prefeita desobedeceu a própria lei do Jânio Quadros, quando chegou a dar 0,1% e a inflação do mês chegou a 40%.

~~Desde lá, quando tivemos a greve da Prefeitura nos tivemos um acordo~~

~~...~~

•

•



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 106 do proc.
n.º 733 de 1945
o funcionário WJ

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N17	1	ANA	Aud.Pub.	23.10.95		

Prova disso, é que quando terminou a gestão da Prefeita nós tínhamos uma defasagem em torno do salário do funcionalismo público de quase 300%. Então, não entendo: vocês têm um discurso teórico que não se aplica à prática. Pode ser que esse entusiasmo que V.Exa. tem, deverá ser para um próximo governo, que se Deus quiser não deverá acontecer.

Quanto ao problema do empréstimo, ~~hoje~~ Hoje se aprova um empréstimo tanto interno como externo com muito mais facilidade. Por que? Porque a grande verdade é que a Administração do PT não tinha credibilidade. Isso são palavras da própria administração do PT, que não conseguia os empréstimo para a Cidade de São Paulo em função de a administração ser petista.

O SR. ODILON GUEDES - Se V.Exa. me der um aparte eu explico onde está se endividando o Governo Paulo Maluf.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Depois V.Exa fala. Então, a impressão que eu tenho é que vocês continuam com o discurso o mais lindo possível, mas infelizmente, pelo menos no decorrer de essa administração não aconteceu nada. Quando você fala em 42.000 casas, em primeiro lugar não foram 42.000 casas. Isso não existe. Eu quero ver onde você vai me provar que vocês fizeram 42.000 casas. Vocês tiveram a complementação de quase 25.000 unidades, que eu saiba do governo Jânio Quadros que estavam semi-prontas. Então, vocês em termo de moradia, não teve um mutirão concluído, na época da Administração Brundina. É estranho. Quando vocês falam em recapeamento de mil metros de asfalto, mil quilômetros de recapeamento, de 400 quilômetros de asfaltamento, eu queria saber onde é que você foi buscar esses dados. Porque eu desconheço

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 107 do proc.
733 de 1995
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N17	2	ANA	Aud. Pub.	23.10.95		

totalmente. Lamentavelmente, a gente tentar participar de uma audiência técnica para discutir o que vai ser feito com os recursos dentro do próximo ano; aceito até uma situação de contraposição, agora discutir um problema eminentemente técnico ideologicamente, fica difícil.

Acho que essas reuniões técnicas que temos com as Secretarias, elas deveriam se abster a detalhes técnicos do orçamento, ao que vai-se fazer, se realmente vai ser feito. Agora, a gente vem todas as vezes aqui para assistir uma audiência técnica, e eles partem para o campo ideológico-partidário, fica difícil. Isso que gostaria de colocar. E pedir para quem sabe, se dermos um azar e vocês ganharem a eleição, vocês saiam do teórico e vão para o prático. Ai eu quero ver. Porque infelizmente não foi isso que aconteceu na administração do PT.

O SR. CELSO ROBERTO PITTA - Essas questões colocadas pelo Vereador Odilon Guedes já foram devidamente respondidas na semana passada, mas eu de forma alguma me importo em tornar a responder nesta audiência.

Ele fala, inicialmente que os dados com relação à despesa do funcionalismo em relação à arrecadação são da ordem de 39% e não de 44. Os 44% citados são oriundos da aplicação da Lei 11.722, do último quadrimestre encerrado em junho. E esses dados já estão a disposição, já foram apresentados ao Tribunal de Contas do Município para devida verificação. Quanto aos 39% do Vereador Odilon, nós desconhecemos. De qualquer forma o funcionalismo se está com o salário baixo ou relativamente baixo, é da responsabilidade do PT, que na sua administração aumentou o quadro de funcionários em cerca de 35.000 servidores. Isso também já foi dito na oportunidade anterior e eu torno a afirmar aqui trata-se de uma irres-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 108 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário vs

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N17	3	ANA	Aud.Pub.	23.10.95		

ponsabilidade de gestão, uma vez que os serviços públicos melhoraram, ao contrário, deterioram-se nesse período da gestão PT. Então, houve uma aumento de funcionalismo que como resultado prático reduziu o salário médio do servidor municipal. Apesar disso, essa administração introduziu planos de carreira, reintroduziu diferenças de faixas de 5% que havia sido suprimida na administração anterior, inclusive de forma ilegal, irregular, que estava dando motivo a ações contra a municipalidade, com possibilidade quase certa de perda de todos eles; restabelecemos esse nível hierárquico; reestruturamos a carreira do ensino da educação, carreiras da administração também; o quadro da administração foi reestruturado. Nesta semana estamos enviando para a Câmara Municipal o plano da área de cultura, lazer e esportes. Estamos mantendo o atual abono de 40 reais, e o diferenciado de 50 ~~para~~ a 700 reais para carreiras não reestruturadas, até fevereiro. Toda atenção está sendo dada ao funcionalismo.

Eu lembro, igualmente que em janeiro de 93 a folha de pagamentos da Prefeitura sem encargos representava 50 milhões de reais. Este mês de outubro ela está em 101 milhões de reais, e com um efetivo de pessoal menor em 15.000 servidores. Isso quer dizer que está havendo um aumento do salário médio do servidor, que anteriormente era na faixa de 300 a 350 reais e hoje está na faixa de 700 reais. A Administração atual está atenta a questão do funcionalismo e de forma alguma está negligenciando, muito menos a área da educação que é uma área prioritária para todos nós.

quanto à afirmação de que a lei anterior do Prefeito Jânio Quadros, a 10.888, que estabelecia uma faixa de variação de 47 a 58%, já era conveniente, é uma afirmação inverídica, porque se essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 109 do proc.
n. 933 de 1995
o funcionario W

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N18	1	ANA	Aud.Pub	23.10.95		

lei fosse aplicada no início do ano, ela simplesmente quebriaria os cofres municipais. Ela apresentaria como resultado um aumento percentual incompatível com as possibilidades financeiras da municipalidade, razão pela qual ela foi revogada e substituída pela 11.722, atual.

A seguir o Vereador tece comentários e críticas com relação à proposta do IPTU para o ano de 96. Inicialmente quero lembrar que o IPTU ocupa menos de 10% da receita corrente projetada para o ano de 96. A maior parte dos recursos da municipalidade advem das transferências da quarta parte do ICMS, que a Cidade tem direito, da cobrança do ISS e das taxas e IPTU. O IPTU, portanto, vem em terceiro plano com 380 milhões, enquanto o ICMS representa um bilhão e trezentos milhões. Quero lembrar também que a arrecadação do IPTU foi negligenciada no último ano da Administração do PT que ao estabelecer valores-base da cobrança para o ano seguinte de 93, aplicou um redutor na base do valor venal de 30%; ou seja, o valor cobrado no ano de 93 já tinha um desconto de 30%. E com isso, esse valor venal médio ficou a 25% do valor de mercado. Essa distorção é que nesses anos da Administração do Prefeito Maluf foi corrigida. Nós mantivemos a mesma alíquota de 0,6 e as taxas, e o IPTU que passaram a ser cobrados em 94, 95 e agora em 96 estão incidindo sobre um valor venal da ordem de 60 a 70% do valor de mercado. Essa atualização do valor venal, eu volto a citar, o Art.144, do Código Tributário Nacional, que estabelece rígidos procedimentos para o lançamento de tributos. O lançamento de tributos não pode ser negligenciado, não pode ser defasado. É uma obrigação do Executivo, uma obrigação do administrador mantê-los atualizados.

Quanto a críticas do aumento da área dos Jardins é per-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 110 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário VJ

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N18	2	ANA	Aud. Pub	23.10.95		

centualmente menor que outras áreas da Cidade, sendo que a área dos Jardins é a que está sendo beneficiada com as obras recentemente entregues à população, eu quero lembrar aqui ^{isso} que está assim refletido na Planta Genérica de Valores proposta para o ano de 96. Estará também para o exercício de 96 projetado para o ano de 97, quando outras obras também nessa mesma área passarão a provocar um aumento de valorização de imóveis. Agora mesmo inauguramos o trecho do Largo da Batata até Pedroso de Morais, que não era obra do PT, nem iniciada pelo PT, que era contrário, do ponto de vista do PT, mas que já vai provocar uma valorização crescente, uma geração de atividades naquela área. Quanto a túneis, outras obras viárias, tudo que se refere a aumentos imobiliário é captado por esse processo de atualização da Planta Genérica de Valores.

A questão da progressividade. Eu volto a lembrar aos senhores que o IPTU - é um imposto que incide proporcionalmente à riqueza, de acordo com o que é estabelecido inclusive na própria Constituição Federal, que diz que os tributos têm que guardar uma relação direta com a capacidade contributiva do cidadão. Isso acontece com o IPTU, embora mantendo-se uma alíquota única, ela é aplicada em cima de um valor diferenciado. À medida que existem imóveis com maiores valores, o valor absoluto do IPTU é maior. O que nós discordamos insistentemente é a cobrança de uma sobretaxa de um sobrepreço, representados por uma taxa geométrica das alíquotas incidentes sobre aquelas propriedades de maior valor. O que se pretende não é desestimular a formação de ~~uma~~ riqueza, não é desestimular a formação de patrimônios. O Vereador afirma que justiça social se faz taxando os ricos para distribuir para os pobres; a justiça social se faz com um programa de governo consistente, com investimen-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 111 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário Vg

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N18	3	ANA	Aud. Pub.	23.10.95		

tos direcionados para a área social, com uma política tributária onde todos pagam, todos pagam menos e não uma pequena percentagem da cidade, uma pequena percentagem da população arque com a totalidade do ônus tributário. Essa é uma visão equivocada, uma visão socialista que felizmente está sendo ultrapassada.

Vamos falar da questão do endividamento e da afirmação de que as contas da ex-Prefeita Luiza Erundina foram passadas em ~~absoluto~~ absoluto equilíbrio. Já não vou repetir o fato de que em 92 a execução orçamentária foi fechada com déficit de 18,6%, um dos maiores da Cidade. ~~Repetição de fatos que ocorreram no mesmo ano. Reto.~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 112 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionario *vs*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N4	1	bnsh	Aud. públ.	23.10.95		

Eu vou citar também que nesse ano havia em déficit em conta corrente de 290 milhões de reais. Hoje estamos com um superávit de 700 milhões de reais. Eu cito, como já falei na reunião anterior, que a arrecadação da Cidade está em grande declínio, quer propositadamente, como foi feito EX no caso do IPTU, quer por negligência administrativa quando se deixou que a participação da Cidade no bolo da arrecadação do ICMS caísse de um percentual de 32% para 24%. Isso foi obra da administração do PT, um descaso total com relação às finanças do município de São Paulo. Assumimos aqui em janeiro de 1993 e havia dívidas acumuladas correspondentes a dois meses e meio de arrecadação. Havia uma dívida junto ao Governo Federal cujo pagamento havia sido interrompido desde setembro de 1991. Tivemos que repactuar essa conta e reiniciar o pagamento sendo que a maior parte desse pagamento é justamente da área habitacional, produto da má administração de financiamentos a pessoas que não tinham condições de arcar com o mesmo mas que foram ~~XXXX~~ ~~XXXXXXXXXX~~ beneficiadas politicamente por esse programa da administração anterior e que está sendo pago por toda a sociedade agora. Eles não repagaram e a Prefeitura, para honrar o seu compromisso com a Caixa Econômica Federal está repagando aproximadamente 850 milhões de reais que foi esse débito da COHAB. Isso não é levando em conta quando se diz que nós estamos fazendo investimento. Isso é conta da administração anterior. Não é verdadeira, não é procedente essa história de que as contas estavam em ordem no final do governo PT. Quanto à questão do relatório da Secretaria do Tesouro Nacional eu quero parabenizar o vereador porque de fato os dados que dizem respeito ao endividamento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 113 do proc.
n.º 933 de 1995
funcionário *uj*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N4	2	beth	aud. públ.	23.10		

coincidem com a questão de aproximação com que eu ~~me~~ já havia informa-
do aqui a semana passada e que está registrado nos Anais da Câmara
Municipal. Ele informou que, de acordo com o relatório que se usou a
dívida entre o ano de 92 e a presente data evoluiu 51%. Os nossos dados
da Secretaria de Finanças apontam para 47,92%. O que o Vereador Anão
cita e que está aqui, no Relatório é que no período PT essa dívida au-
mentou 98%, desculpem, 99,3%. Na época do Governo Jânio Quadros, em
1988, último ano da gestão Jânio Quadros, o débito total da Prefeitura
era de 1 bilhão, 271, em termos de reais, atuais. Quando nos foi pas-
sado o Governo esse débito era de 2 bilhões, 534 milhões de reais. Es-
tão aqui os dados, á disposição, não me importo de repetir. O único
dado que eu contesto, não sei qual é a ~~XXXXX~~ fonte é o dado relativo
à receita. É informado que a receita aumentou 20%. Ora, todos sabem
que o orçamento da Prefeitura hoje está em torno de 4 bilhões. Só o
receita corrente está em torno de 4 bilhões, 250 conforme o informado
pela secretaria de finanças à Câmara Municipal e com realização até
o mês de setembro. No final do governo PT essa ~~XX~~ arrecadação era em
torno de 2 milhões e cem. Quer dizer, qualquer funcionário da Câmara,
qualquer iniciado da Prefeitura está sabendo desse dado. Na realida-
de, o aumento foi superior a 100%. O dado que eu tenho aqui e que es-
tá registrado também é 127%. Há um equívoco em relação ao aumento da
arrecadação. Não aumentou 20%. Aumentou 127%. E por conta disso a re-
lação entre o endividamento e a arrecadação é hoje muito mais favorá-
vel do que era na época do PT. Em 1992 essa relação entre o total da
dívida era de 1,22. Agora essa relação caiu para 0,28. Esses dados
já foram apresentados ~~XXXXX~~ aqui ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 114 do proc.
733 de 1975
o funcionário vj

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N4	3	betg	aud. públ.	23.10X		

já foram apresentados aqui na semana passada. Outra informação que eu preciso contestar mais uma vez é de que a Prefeitura embora tenha anunciado no início da gestão esforços no sentido de captar recursos no exterior não o tenha ~~EXE~~ conseguido não é procedente porque nós assinamos no início do ano um contrato com o Banco Interamericano no valor de 550 milhões de dólares no qual a Prefeitura participa com 45% e o Banco Interamericano com 55% para a canalização de córregos e Fase II. Não é verdadeira a afirmação de que foi iniciado pelo Governo do PT. Não! O processo já estava até extinto, arquivado na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento. Foi a época que assumimos. Tivemos que restabelecer todo esse processo de financiamento. Hoje estamos em fase final de discussão para outro financiamento para o Projeto Cingapura de 250 milhões de dólares dos quais a Prefeitura participará com 100 e o Banco Interamericano com 150. O propósito do Projeto Cingapura - volto a lembrar o que havia dito anteriormente - o número de unidades entregues ~~EXE~~ pelo projeto Cingapura é um dos dados relevantes do projeto pois trata-se de iniciativa de melhoria de qualidade de vida e da situação das populações faveladas. A média estatística comprovada é de que para cada habitação entregue ~~XXXXXXXX~~ ou contruída existem outras 4 igualmente beneficiada por arruamentos, por serviços de coleta de lixo, abastecimento de água e outros serviços públicos de interesse da comunidade. Então, na realidade é uma concepção diferente daquela que ~~XXXXXX~~ simplesmente pegava o cidadão numa determinada vizinhança e o deslocava para 40, 50 km daquele local originalmente do que ele se encontrava com prejuízo de

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

- TAQUIGRAFIA -

Folha n° 115 do proc.
n° 733 de 1995
o funcionário 5

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N4	4	beth	aud. públ.	23.10		

geração de renda, de emprego, etc. Esse projeto Cingapura tem no seu bojo de concepção a integração do cidadão à comunidade e não simplesmente aliená-lo a uma distância a que ele não mais será capaz de trabalhar dentro da sua periferia. Insiste o Vereador ao afirmar que nós endividamos a cidade. Evidentemente que basta uma consulta aos Anais das contas da Prefeitura para verificar que os títulos que nessa época que foram - estou falando da dívida fundada, da dívida mobiliária, uma vez que a dívida contratual já me referi e que é a parte de contra

• à externos, de bancos interamericanos e contratos internos, basicamente esses da COHAB com o Governo Federal que não foi honrado pela administração anterior. Mas com relação à dívida mobiliária os títulos que foram emitidos nessa administração foram solicitados pelo próprio PT em setembro de 92 para o exercício seguinte. Foi uma solicitação do próprio partido dos trabalhadores que originou a emissão de novos títulos que, aliás, não têm nada de mais pois são títulos destinados a pagamento de precatório judiciário. É uma emissão prevista de acordo com o

• Art. 33 da Constituição Federal e amplamente fundamentado. Outra crítica que não foi dessa vez citada pelo Vereador mas eu faço questão de enfatizar é que o produto da venda desses títulos estaria sendo direcionado para outras finalidades que não o pagamento dos próprios precatórios. Inclusive isso já foi objeto de exame pelo Tribunal de Contas do município que manifestou-se contrariamente a uma noção de protesto do PT. Isso foi levado a ministro público que cassou uma liminar nesse sentido. Enfim, o Banco Central e o Senado Federal que são as entidades XE oficiais, atentas e responsáveis por essa questão de endividamento a cada semestre examinam as contas da Prefeitura



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 116 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário *WJ*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N4	5	beth	aud. públ.	23.10.		

e a cada semestre atestam a veracidade dessa minha afirmação.

Evidentemente que a questão de juros que incide sobre o saldo devedor é fácil de se entender. À medida em que nós temos na economia um juro que incida na base de 30% sobre o saldo devedor, mesmo que ou o Município, ou a pessoa física, ou a empresa amortize algo como 11%, 12% ou 15% essa dívida cresce por força da incidência desse saldo devedor. Aliás não é essa outra a razão pela qual estão reunidos os Estados em Brasília para ~~REPACTUAR~~ repactuar essas dívidas que foram desmesuradamente acrescidas por conta da política dos juros altos do Governo Federal. Inclusive isso deverá beneficiar a própria Cidade de São Paulo pois eles não podem dar um tratamento diferenciado a estados e outro a município. Esses são os esclarecimentos que gostaria de deixar mais uma vez registrados.

O SR. ALMIR GUIMARAES - Se porventura houver mais alguém interessado em questionar com o Secretário das Finanças pode-se inscrever com o Gilberto que está ali atrás. Vereador Odilon Guedes, quer V.Exa. fazer mais alguma colocação?

O SR. ODILON GUEDES - Só para esclarecer algumas questões. O Vereador José Índio falou que os mutirões não foram concluídos. Grande parte dos mutirões estavam para ser concluídos. Só que numa atitude política e contra os interesses da Cidade o Sr. Paulo Maluf cortou as verbas do mutirão. Houve dois problemas nos mutirões com relação à idoneidade e o próprio PT fez um Boletim de ocorrência na época que administrava, contra pessoas que estavam administrando mal. Dois mutirões onde eram dezenas. Então, precisa ser esclarecido isso porque o que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n. 117 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário 11

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N29	I	beth	aud. públ.	23.10		

nós temos notado no debate político da Cidade e o que tem marcado o Governo Maluf é que se fala uma coisa e se faz outra. Quero esclarecer ao Vereador José Índio que com os mutirões a realidade é essa. Não adianta vir aqui falar outras coisas porque não são realidade. Quem parou com os mutirões foi o Governo Maluf que, aliás, ficava muito mais barato do que outro tipo de construção. Essa é a primeira questão. Nós questionamos o Projeto Cingapura é nisso. Vamos prestar atenção. O atual governo diz que são 200 mil casas populares e construiu 800 até agora. Esse é o problema. Dinheiro para fazer grandes obras não faltou. Agora, para construção de casas populares essa é a realidade, inclusive afirmada pelo próprio secretário. Foram 800 apartamentos entregues. Esse é o problema. Não estou nem discutindo o mérito do projeto. O que estou discutindo é que se fala muito e se faz muito pouco. Com relação ao funcionário público o Sr. Secretário fez uma argumentação e o Vereador José Índio também dizendo que houve uma deterioração. Ora, vão visitar creches, hospitais e escolas e perguntem como era na época da Prefeita Luíza Erundina e como é que é hoje, a merenda, o atendimento. Vão lá e perguntem. Nem foi responder. Para saber o que é a deterioração do serviço público que eu já canso de escrever relatório para o secretário da ~~MUNICIPA~~ educação, saúde, para mostrar a deterioração total que está havendo. Só queria mostrar que essa visão minha de IPTU progressivo não é socialista. Socialismo é acabar com a propriedade privada. Estou defendendo aqui o que já se cansou de fazer nos países mais desenvolvidos, capitalistas. Você tem que taxar progressivamente a riqueza e ~~XXXXX~~ percentualmente tem que pagar mais do quem paga menos. Não é do ponto de ix

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n° 118 do proc.
n° 733 de 1995
o funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N19 2	-	beth	aud. públ.	aud. publ.		

de vista absoluto. Lógico que um cidadão que tem uma casa que vale 10 mil reais tem que pagar muito menos, proporcionalmente do que aquele que tem uma que vale um milhão de reais. Não é do ponto de vista absoluto. ~~RETA~~ Proporcionalmente tem que pagar mais para que se faça justiça social, para investir em educação, saúde, etc. Isso é do ponto de vista do esclarecimento.

~~para duas questões que eu acho importantes~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 119 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N5	1	regina	Com.Fin.Or.	23.10.95		

E só para duas questões que eu acho que sejam importantes, que são as seguintes: o Secretário afirmou, com relação à dívida e à arrecadação. São dados, pessoal, que eu passei ao Secretário e que são do Tesouro Nacional, da Secretaria do Tesouro Nacional. E aqui é claro que a arrecadação... Primeiro, o Secretário falou que as receitas do Governo da ex-Prefeita Luiza Erundina estavam se deteriorando. Os dados do Tesouro Nacional são os seguintes: 1988, o último ano do Jânio, a arrecadação foi 2 bilhões 426 milhões; primeiro ano da Luiza Erundina, 2 bilhões 691 milhões; segundo ano, 2 bilhões 700 milhões; terceiro, 3 bilhões 450 milhões. Houve um acréscimo contínuo, depois houve queda em 1992 por conta do IPTU, caiu para 3 bilhões e 75 milhões, e em 1993 houve queda novamente para 2 bilhões 976 milhões. E depois houve crescimento relativamente no mesmo patamar de 91. Quer dizer, não houve essa deterioração desde o início do Governo, houve por contingências, porque a Câmara vetou o aumento do IPTU, que no fundo, no meu entender, era uma questão política porque como o PT estava indo muito bem na Administração Municipal, a Câmara resolveu cortar o aumento de arrecadação porque queria impedir o PT de fazer mais investimentos. Enquanto a arrecadação entre o Governo do Jânio e da Luiza Erundina, de 1988 até 1992, que foi o último ano da Luiza Erundina, aumentou de 26,75%, a dívida contrariamente ao que o Secretário falou, nesses dois anos, no último ano do Jânio para o último ano da Luiza Erundina, aumentou 21,99%. Eu não vou ficar mais aqui contestando o número do Secretário, porque são dados do Ministério da Fazenda e quem quiser, estão na minha mão, não vou mais ficar discutindo números, porque não vou ficar discutindo a fonte porque é digna, não vou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 120 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionario w)

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N5	2	regina	com.fin.	23.10.95		

discutir mais os números. Acho que esta fonte é digna de confiança e não discutirei mais sobre isso. Quer dizer, o problema que nós temos, para resumir, é o seguinte: o Governo Paulo Maluf faz propaganda na televisão de uma forma, como por exemplo, este ano aqui, volto a falar, foram aprovadas 54 creches, estão se fazendo uma; 108 escolas, estão fazendo quatro. Esses são os números reais e não adianta apresentar mais meia-dúzia de creches que cada uma gastou mil reais, dois mil, que isso daí deve ser a placa porque não começou até hoje. Essas questões quero deixar claras.

● E o Vereador José Índio precisa conhecer melhor a cidade, precisaria visitar escolas, hospitais para saber o grau de deterioração que estão acometendo esses aparelhos públicos. Essa é a grande questão.

E os dados que tenho aqui, do que o PT asfaltou de ruas novas, se V.Exa. for na periferia irá ver quanto que o PT asfaltou.

O SR.ZENAS PIRES - O Sr. Secretário vai fazer um esclarecimento, Vereador José Índio. (Pausa).

Tem a palavra o Vereador José Índio e depois o Secretário Pitta.

● O SR.ODILON GUEDES - Com licença, por favor, para uma última questão.

Sobre a questão do indvidamento, no fim do ano passado entrei no Ministério Público Federal com representação porque nós dizíamos que a Prefeitura emitiu títulos precatórios, em vez de pagar indenização estava usando em obras. E aí o Ministério Público Federal nos informou que deveria ter entrado na esfera estadual e posteriormente, eu e o Vereador José Eduardo, entramos. O que eu queria que o Secretário me informasse é o seguinte: estou aqui com uma relação que foram emitidos 628 milhões, 116 mil 692 reais de títulos precatórios. Os pagamentos foram 227 milhões,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 121 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N5	3	regina	com.fin.	23.10.95		

216 mil 630. Deveria haver saldo em caixa de 400 milhões 899 mil. Só que segundo o balanço do Diário Oficial do Município, do dia 31 de dezembro, o saldo em caixa era de 100 milhões, quando deveria ser de 400 milhões pelos dados que nós temos aqui, do que foi emitido, e do que foi pago. Então ~~isso~~ procede, inclusive o Ministério Público, e não está arquivado, eu queria só informar ao Secretário, quer dizer, a representação continua no Ministério Público, e eu não entendo essa questão. Como é que pode ser isso: se foram emitidos 628 milhões, foram pagos 227 milhões, tinham de ter saldo de caixa de 400 milhões 899 mil 861 reais, e tinha dia 31 de dezembro, segundo dados do Diário Oficial do Município, um saldo de 100 milhões? Quer dizer, está faltando 300 milhões no saldo de caixa. Gostaria que o Secretário nos explicasse para que possamos nos informar melhor onde ~~XXXXXXXXXXXX~~ foi usado esse dinheiro do precatório judicial.

O SR.ZENAS PIRES - Primeiro fala o Vereador José Índio e depois o Sr. Secretário.

O SR.JOSÉ INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Com relação aos mutirões o Vereador Odilon Guedes simplesmente confirmou que, de fato, não concluíram nada. E no decorrer da Administração atual...

O SR.ODILON GUEDES - Isso é jogo de palavras, Vereador. Desculpe-me.

O SR.JOSÉ INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - O senhor vai deixar eu falar? Porque as palavras são de V.Exa., Vereador Odilon Gudes, pois realmente não concluíram.Deixaram quase concluídos, essas foram as palavras textuais de V.Exa., e, de fato, não concluíram nada. Como também não começaram nada, essa é a grande verdade. Quanto às creches, posso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 122 do proc.
n.º 733 de 1945
o funcionário ul

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N5	4	regina	com.fin.	23.10.95		

dizer a V.Exa. que fui por diversas vezes em muitas creches, na época da Administração Brundina e continuo indo as creches, hospitais porque faz parte do meu trabalho como Vereador. Eu cansei de receber milhares de reclamações, eu cansei de escutar falar por parte da própria administração da extinção das creches conveniadas, e hoje vocês fazem uma política totalmente diferente; eu cansei de fazer apelos ao Secretário de Finanças Amir Khair, na época para reajustar ou contemplar um pouco principalmente as creches conveniadas, que a administração anterior queria extinguir. Eu gostaria de falar, eu esqueci, e o Secretário falou corretamente, que esses 5% que vocês deduziram no pagamento do funcionalismo público, esse amor que vocês têm ao funcionalismo público, está provado também que os 5% que vocês deduziram, de auto-recreação, contrariando a legislação, quer dizer, de uma forma totalmente irregular que alguém lá na frente vai ter de pagar, porque eles já ganharam inclusive em primeira instância e alguém, lá na frente, vai ter de arcar com a irresponsabilidade da Administração Brundina. Enfim, eu não me lembro de alguma obra de porte, de vulto que a Administração passada tenha concluído. Quer dizer, os mutirões estão aí, sem serem concluídos, ~~mas~~ estão. Por que? Porque houve um impedimento que foi aplicado pelo Tribunal de Contas e a prova é que até assassinatos já passaram a ocorrer. uma prova "in contesti" que a coisa é de uma desorganização total. Eu vi a prestação de conta dos mutirões em papel de padaria. Vocês deram 800 mil cruzeiros, na ocasião, que era dinheiro prá chuchu, para um elemento construir um Centro Comunitário no Rodolfo Pirani, e o cara simplesmente sumiu e até hoje ninguém respondeu por esses 800 mil! Eu não me lembro quanto era na época, mais era uma importância em torno de 800 milhões



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 123 do proc.
n.º 233 de 1995
o funcionário w

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G1	1	regina	com.orç.	23.10.95		

de cruzeiros. E até hoje ninguém respondeu pelas irregularidades que vocês fizeram através do MOVA! É disso que vocês precisam se lembrar. Agora, você insiste em levar uma discussão totalmente técnica para o lado ideológico. Então eu vou continuar respondendo para você ideologicamente também.

O SR.PRESIDENTE (Zenas Pires)- Tem a palavra o Secretário Celso Pitta. Registramos a presença do Vereador Mohamad Mourad. Em seguida, o Vereador Carlos Zarattini vai questionar algumas coisas.

O SR.SECRETÁRIO CELSO PITTA - Existe uma outra afirmação do Vereador Odilon Guedes, da sua primeira intervenção, eu havia anotado aqui e por lapso não citei na minha explicação anterior, e é com relação aos investimentos. O Vereador afirmou que se investiu mais na época do PT do que o que se investe hoje na Administração do Prefeito Maluf. Não é verdadeira a afirmação. Nós temos aqui os dados relativos ao desempenho de investimentos dos anos 89 a 92. Totalizaram o equivalente a 2 bilhões 38 milhões(?) de reais. O mesmo período de 93, com a proposta de 96, dará um total de 4 bilhões e 86 milhões de reais, ou seja, 100% mais do que o PT investiu. Se quisermos trabalhar só com dados realizados, nos três primeiros anos da administração do PT, foram aplicados 1 bilhão 461 milhões em projetos; e na nossa administração 2 bilhões 735. Novamente estamos na vizinhança dos 100%. Então, se investiu no Governo Maluf mais do que o dobro do que se investiu no Governo do PT. A taxa de investimento, e eu volto ao tema da nossa audiência pública, que é a proposta orçamentária do ano de 96, a taxa de investimento da Prefeitura é de 26,4%, 1bilhão 700 milhões de reais serão investidos. O orçamento da União, o orçamento federal irá gastar 5%, o que corresponde a 8 bilhões; e nós vamos ga



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 124 do proc.
n. 733 de 1945
o funcionario WJ

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G1	2	regina	com.org.	23.10.95		

tar 26,4, correspondete a 1,7 bilhões e isso com recursos próprios, não lançando mão de operações financeiras ou endividamento como prefere falar o Vereador.

Outra coisa também é a questão, em que insiste o Vereador, das contruções populares, da meta das 200 mil casas contra a realização das 800 casas do projeto Cingapura. Eu volto a lembrá-lo que as 800 unidades do Projeto Cingapura estão sendo executadas com recursos unicamente da municipalidade, não se tem aí um tostão de financiamento, quer da Caixa Econômica Federal, quer de qualquer entidade financiadora, são recursos orçamentários. O que não foi feito na época do PT, na época do PT, era cômoda, foram na Caixa Econômica Federal penduraram a Prefeitura e não pagaram e agora estamos pagando o que eles não pagaram. Soma-se aí a conta...

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Isso depois de uma Comissão de Vereadores se dirigir à Brasília para poder forçar a Caixa Econômica ceder porque eles não queriam ceder.

● O SR. SECRETÁRIO CELSO PITTA - Muito bem, tomaram o dinheiro e não pagaram. Hoje nos orgulhamos de manter as contas rigorosamente em dia, nós pagamos as nossas contas e as contas deles, porque afinal de contas a municipalidade é única. Mas essa conta do setor habitacional tem que ser levada em conta, essa conta financeira herdada do PT.

Bom, outra observação que o Vereador faz com bastante ~~veemên~~ veemência é que ele vem entrando na Justiça contra o Executivo com relação a endividamento, com relação a saldos de caixa, com relação a questões de ordem financeira. Toda vez que o PT entra na Justiça com relação a esse assunto ele perde. Tanto perde que está sendo processado por denúncia e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 125 do proc.
733 de 1995
o funcionário WJ

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G1	3	regina	com,fin.	23.10.95		

difamação em uma das ações que já foi extinta. Todas essas denúncias e acusações com relação ao uso indevido do produto da ~~REDA~~ venda de precatórios, foram submetidos ao Tribunal de Contas do Município, foram examinados e considerados improcedentes e objeto de elogios a nossa Administração Financeira. A mesma coisa foi feita com relação ao Banco Central, a mesma coisa foi feita com relação à Justiça. Insiste Vereador nessa tese sabendo que ela não é procedente de antemão.

Bom, era isso que eu gostaria de esclarecer.

O SR. CARLOS ZARATINI - Boa tarde Srs. Vereadores, boa tarde Sr. Secretário,

Eu gostaria de pegar aqui um aspecto da proposta de orçamento, que diz respeito ao FUNCOR. Está destinado no Orçamento cerca de 13 milhões de reais, pouco mais de 13 milhões de reais para o Fundo dos Corredores. ~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 126 do proc.
733 de 1995
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	1	raimundo	Finanças	23-10-95		

... A primeira questão que eu queria levantar é por que está sendo destinada essa verba ao FUNCOR (?), haja vista que pelo que foi acertado no Programa de Corredores da Prefeitura de São Paulo, as empresas contratadas, vencedoras das licitações, deveriam buscar créditos para financiar suas obras e a compra de veículos - os quais, pelo que estava se acertando ~~para~~ com o BNDES só começariam a ser ~~pagos~~ pagos dali a 2 anos, ou seja, no próximo Governo. Neste Governo não seria pago.

Portanto, o FUNCOR, não deveria haver nenhum ressarcimento da parte da Prefeitura a essas empresas nessa primeira etapa, na etapa de construção dos corredores. Então, o que ocorre é que estão sendo alocada uma verba de 13 milhões no FUNCOR, ou seja, ~~xx~~ não sabemos que finalidade tem.

Da mesma forma, por outro lado, na questão de corredores, existe a verba de um milhão e 400 para a racionalização, modernização de terminais; mais 500 reais mil reais para construção do terminal da Penha e 4 milhões e meio para manutenção de corredores e terminais, ou seja, o que deveria ser executado pelas empresas privadas, através de recursos obtidos no mercado, está sendo alocado com verba da própria Prefeitura, do próprio tesouro.

A outra questão que queria deixar aqui é em relação à questão do subsídio para o transporte, onde está prevista a verba de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 127 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	2	raimundo	Finanças	23-10-95		

62 milhões e alguma coisa. Esses 62 milhões, pelas nossas contas, representam um subsídio de ~~1~~ 3 centavos por passageiros, certo.

É interessante observar que a tarifa de ônibus sofreu um reajuste real, de janeiro de 93 até agora, de 161% e o valor pago às empresas, que era de 30 centavos no início do Governo Maluf, ~~hoje~~ de 30 centavos de dólar, passou a 72 centavos de dólar, no valor atual.

Ou seja, um reajuste de 140%, ~~e~~ isso ao mesmo tempo que houve um aumento da receita por conta do aumento de passageiros transportados em 17%, de 93 a 95, e um aumento de apenas 9% na quilometragem percorrida.

Então, o que nos parece é que há, da parte das empresas, um aumento de recursos bastante grande, um aumento de receita bastante grande pelo próprio aumento de tarifa. E o valor pago às empresas praticamente vem sendo pago ~~praticamente~~ a conta do aumento das tarifas.

Então, a minha pergunta é por que se coloca um subsídio a mais - na verdade, um subsídio às empresas - de mais 3 centavos por passageiro, que representa um custo ao tesouro de 62 milhões de reais para o ~~x~~ ano de 96.

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - Antes da resposta do Sr. Secretário, queremos registrar aqui a presença do Vereador Edison



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n° 128 do proc.
n° 733 de 1995
o funcionário W

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	3	raimundo	Finanças	23-10-95		

Simões. E para que a fique registrado, chegou aqui para nós Orçamento de 1996, evolução real de investimentos - em 1988, um bilhão e 80 milhões de reais; em 1992, 691 milhões; em 1995, um bilhão, 104 milhões e em 1996, um bilhão, 616 milhões de reais.

O SR. ODILON GUEDES - Qual é a fonte, poderia dizer ?

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - A fonte tem que ser oficial, essa é a fonte correta.

O SR; - São os balanços da Prefeitura.

O SR. ODILON GUEDES - Só queria esclarecer que em 1996 vai acontecer ainda, não dá para comparar o que aconteceu com o que vai acontecer ainda.

O SR. CELSO PITTA - Eu vou responder ao ilustrê Vereador Zarattini, na medida do meu conhecimento sobre o setor transporte. Eu já verifiquei aqui na Mesa, haverá uma audiência específica com o Secretário de Transportes, onde esses assuntos poderão ser recolocados e ter um detalhamento de informação maior do que eu possa esclarecer. Mas alguma coisa a nível conceitual eu tenho condições de informá-lo. Primeiro, com relação ao FUMCOR. Esse FUMCOR é produto de uma lei aprovada na Câmara Municipal, que estabelece um fundo orçamentário para a execução desses corredores de transporte; não é uma execução de des-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 129 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário WJ

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Gl7	4	Raimundo	Finanças	23-10-95		

pesa, ele não é um ressarcimento de despesas que serão feitas pela operadora particular no x ano de 96, é um fundo de reserva que é criado através dessa legislação que instituiu o FUNCOR, é um fundo reserva, não é um fundo para despesa.

Quando à existência de subsídios de 3 centavos por passageiros ela é x decorrente da gratuidade oferecida a idosos, a estudantes, a descontos de outra natureza e também prevista na legislação. É um resultado, digamos assim, oriundo da própria gratuidade que o poder público estabeleceu para determinadas categorias de passageiro.

Quando ao aumento da receita para as empresas, lembro unicamente que foi alterada a base de cálculo anteriormente existente no contrato das operadoras privadas; antes de 93 o pagamento era feito por distância percorrida, independentemente da existência de passageiros; hoje, esse pagamento é feito por passageiro efetivamente transportado. A tarifa vem sendo mantida e essa manutenção envolve, como eu disse, uma diferença entre o que efetivamente é pago pelo passageiro pagante e o que a Municipalidade oferece de gratuidade.

Subsídios ao setor de transporte são de 2 naturezas, primeiro, a própria herdeira da CMTc, a SP Transportes, que tem na sua
que
folha funcionários com estabilidade, x tem nas suas contas contratos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 130 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário *W*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Gl6	1	Raimundo	n.º Finanças	23-10-95		

já foi assinado ? E se já foi assinado, Secretário, em relação a implementação dessas obras aqui na Cidade, já tem alguma coisa em andamento ? É só.

O SR. CELSO PITTA - Bom, pela última, que é mais fácil.

O Banco Interamericano já liberou 10% do valor do financiamento. Esse valor se encontra numa conta do Banco do Brasil, em nome da Prefeitura, e ela é movimentada de acordo com a execução do próprio projeto. Várias licitações já foram feitas. Acredito que algumas das obras, inclusive, já foram inclusive iniciadas, por conta dessa fase II do projeto.

O complexo Jacu péssago vai ser concluído no ano de 96. O que está na ~~proporção~~ Proposta Orçamentária é para a sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - O Vereador Edson Simões quer questionar.

O SR. EDSON SIMÕES - Queria aproveitar a oportunidade, eu deixei aqui algumas perguntas pendentes, mas não trouxe a minha pasta aqui no final da última reunião, onde tinha anotado, mas uma delas que queria um esclarecimento técnico, por sinal, antes do esclarecimento técnico, quero colocar aqui uma observação que o depoimento do Secretário me surpreendeu, porque normalmente a gente está acostumado com economista, administrador e na hora de fazer a apresentação há deter-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 131 do proc.
n.º 233 de 1945
o funcionário 48

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G16	2	Raimundo	Finanças	23-10-95		

minadas dificuldades do técnico e o senhor se saiu muito bem, pelo menos naquela última reunião, porque nesta eu cheguei atrasado, infelizmente. Mas uma das perguntas que queria fazer é a seguinte: ficou aquele debate devido a antiga administração, atual administração, sobre obras incompletas, obras que não são concluídas. Eu queria fazer uma pergunta técnica para o Sr. Secretário, para ficar mais fácil. Uma obra do tipo dos túneis que ficaram parados na Gestão passada, que foi iniciada pelo Jânio Quadros, obras inclusive, na época, polêmicas quando Jânio Quadro resolveu fazer, devido ao problema do meio ambiente, do Parque Ipirapuera, etc. e outras discussões. Estou falando isso porque estava aqui na Câmara até 88 e essa discussão foi polêmica, mas no final ele iniciou a obra. Qual o prejuízo que traz para as finanças do Município, além dos prejuízos para a sociedade, obras paradas daquele tipo paradas durante 4 anos?

O SR. CELSO PITTA - Bem, muito obrigado, Sr. Vereador Edison Simões, sobre sua observação com relação às nossas informações. Acredito que procuro sempre esclarecer numa linguagem a mais acessível possível essa matéria tão controversa e complexa, que Finanças, é uma questão muito árida, mas a gente se faz esforço por torná-la mais transparente, mais entendível cada vez mais.

Quanto ao prejuízo dessas obras paralisadas, nós temos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 132 do proc.
n.º 933 de 1995
o funcionário ul

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
616	3	Raimundo	Finanças	23-10-95		

que conceituark primeiro o que foi arrecadado do contribuinte, o que aplicado nessa obra, ou nas diversas obras que foram paralisadas e que não geraram benefícios. Então, temos um valor X reais, um valor bastante raazoável, sobre os quais incidirão juros e sobre os quais não se advém nenhum benefício de caráter social. Esse é o prejuízo de ordem social e financeiro.

Agora, sobre o ponto de vista financeiro, acresça-se a isso multas contratuais. Essas obras que foram retomadas, para serem retomadas, tiveram que ter seus pagamentos, que estavam suspensos, serem colocados em dia e para colocar esses pagamentos em dia a Prefeitura teve que pagar multa por atraso de pagamento. Então, foram juros, multa, correção ~~monetária~~ monetária, falta de geração de benefício que a cidade toda pagou. Então, é, de fato, uma má administração, uma postura irresponsável simplesmente a paralisação de obras iniciadas em Gestões anteriores e fazmos isso com muita segurança, porque na Gestão atual nós concluimos as obras iniciadas pela ex-prefeita Luiza Erundina, nem por isso a desmerecemos. Acho que o mérito tem que ser ao dinheiro do contribuinte, tem que haver um respeito ao dinheiro do cidadão e não desrespeito, como foi feito anteriormente.

OSR. JOSÉ INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO — É bom ~~se~~ acrescentar que a Lei Orgânica agora determina que as obras iniciadas ~~em~~ no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 133 do proc.
n. 733 de 1946
o funcionário W

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL6	4	raimundo	Finanças	23-10		

governo anterior sô serão paralisadas com autorização da Câmara Municipi-
pal.

~~o SR. PRESIDENTE (BOM) FALOU:~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 134 do proc.
733 de 1995
o funcionario W

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
017	5	Raimundo	Finanças	23-10-95		

financeiros que têm que ser honrados e que tem ainda como encargos todos os inativos da extinta CMTC, que recebe salário integral por tempo indeterminado. Essas 3 categorias de gasto impõem um repasse do tesouro municipal à CMTC e a outra parte é essa gratuidade. São as informações que posso oferecer. Acredito que o Secretário ~~Im~~ Toledo tenha um detalhe maior e acredito que seja conveniente a representação dessas questões na audiência sobre o setor de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - Para complementar o que o Secretário está dizendo, a audiência da Secretaria Municipal de Transporte vai ser dia 07 de novembro, às 10h da manhã.

E vai fazer aqui um questionamento também, para encerrar esta nossa Audiência, o Marcos Afonso Oliveira, Presidente do Sindicato dos Comerciantes.

O SR. MARCOS AFONSO OLIVEIRA - Vereador, Zenas, eu sou diretor de Relações Sindicais do Sindicato.

Secretário, para o Orçamento de 96, consta no nosso orçamento a previsão de conclusão das obras do Complexo Jacu Pessogo, uma indagação?

A outra indagação, Sr. Secretário, é no que se refere a esse financiamento do BIRD para a canalização desses 13 córregos e também para a implantação das avenidas de fundo de vale. Esse contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 135 do proc.
733 de 1995
o funcionário WJ

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
018	1	Monteiro	AP-C.F.O.	23.10.95		

O SR. MENAS PIRES - Ok, o Vereador Odilon Guedes vai fazer então as suas considerações, vamos chamar aqui de considerações finais, para a gente encerrar nossa audiência. Por favor, Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Quero fazer duas observações e mais uma pergunta para o Secretário. A primeira é a seguinte: o mês passado, se não estou equivocado mas o Secretário deve ter lido, o Tribunal de Contas do Município deu um parecer sobre as contas do Município, do atual Prefeito da cidade de São Paulo e fez críticas severas à administração da Cidade, nas mais diversas áreas inclusive a área financeira. O Secretário, se leu, já tomou conhecimento. Eu queria, inclusive reportar ao Tribunal de Contas, Vereador José Índio, porque o Tribunal de Contas glosou as contas da Prefeita Luiza Erundina por questões mínimas e a do Prefeito Paulo Maluf, se o senhor ler isso que estou falando, o parecer dos técnicos do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito Paulo Maluf, o senhor vai ver as conclusões que o Tribunal chegou e depois, num parecer político, aprovou.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Ele aprovou com ressalvas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 136 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
318	2	Monteiro	AP-COF	23.10.95		

O SR. ODILON GUEDES - Esse é o problema. Quer dizer, nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, é isso que eu quero primeiro ressaltar.

Uma segunda questão, é uma observação, depende de que obras você pára e quem vai ter benefícios com essas obras que se parou e você usar esse dinheiro para outros tipos de investimentos. Eu quero voltar a falar, são coisas relativas, depende da concepção. Isso aí que precisa ficar claro e que a sociedade precisa amadurecer. Quer dizer, você fazer um túnel em vez de fazer metrô são concepções para quem você vai atender.

Finalmente, eu gostaria que o Secretário, se possível, fizesse agora, senão ele me mandasse um documento explicando como é que ele chegou a essas 44%, baseado em que, do peso da ~~ampulha~~ folha do funcionalismo nas despesas correntes do Município porque pelas análises que nós fizemos, baseados nas informações técnicas, chegamos a 39. Então eu gostaria que o Secretário informasse quais são essas receitas em que se baseia para dizer que é 44% porque nós chegamos a números diferentes, e baseados em informações da Secretaria das Finanças.

O SR. ZENAS PIRES - O Vereador Edison Simões vai fazer umas colocações para que o Secretário responda as duas perguntas e depois

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 137 do proc.
n.º 133 de 1995
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
618	3	Monteiro	AP-CWO	25.10.95		

a gente encerres a audiência.

O SR. EDSON SIMÕES - É que chegou a outra observação da reunião passada, que pairou dúvidas para mim. Fora essa pergunta, que já foi respondida muito bem pelo Secretário e na medida em que eu moro na zona Sul e sou ligado, portanto, a divisa com a zona Oeste, aquela obra do Rio Pinheiros foi maravilhosa porque diminuiu profundamente, a do Rio Pinheiros que eu tenho usado há muito tempo com a população, ficou realmente melhor o trânsito. A gente escapa daquela balbúrdia maluca que tem na Cidade Jardim, saindo mais em frente ao Bosque do Morumbi, caindo fora para a Marginal pela retaguarda. Então, essa obra realmente melhorou para aquela área o setor de transportes. Isso é irrefutável. A outra eu não testei ainda, não posso opinar.

Imposto progressivo foi outro problema que eu percebi aqui na discussão da semana passada, em que o senhor era contra o imposto progressivo e o nobre Vereador e grande economista Odilon Guedes é favorável ao imposto progressivo. São duas administrações, e como o próprio Odilon falou, com pontos de vista diferentes. Mas me parece, e eu queria somente constatar isso com o Secretário, que o imposto progressivo, segundo uma corrente geral, onera a população. Por que onera a população? Porque a maior parte da população não tem imóveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 138 do proc.
733 do 1995
o funcionário *uf*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFARTE
G18	4	Monteiro	AP-CFO	23.10.95		

Não tendo imóveis, ela não especula. Além disso, ela paga aluguel e o IPTU está embutido no pagamento do aluguel, a pessoa que faz o aluguel é obrigada a pagar mensalmente durante o ano.

Então, só queria fazer a seguinte pergunta: o senhor é contra o imposto progressivo, e a atual Administração, porque onera a população? É essa a posição?

O SR. CELSO PITTA - Nós somos contra o imposto progressivo porque ele é injusto e tecnicamente indefensável. Ele representa um pensamento socialista que está ultrapassado. Isso inclusive foi respondido anteriormente nesta mesma audiência.

Eu queria aproveitar o ensejo, se me der a palavra o ilustre Vereador...

O SR. ZENAS PIRES - Por favor, Secretário, por favor.

O SR. CELSO PITTA - ... para fazer algumas considerações finais da nossa apresentação. A primeira delas é com relação à afirmação do Vereador Odilon Guedes, do parecer técnico do Tribunal de Contas das nossas contas relativas ao ano de 94. Qualquer leitor interessado poderá percorrer esse parecer técnico e verá que em nenhum momento existe recomendação contrária à aprovação das contas. Evidentemente, existem recomendações no sentido de aperfeiçoar controles no



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
618	5	Monteiro	AP-OPQ	23.10.95		

sentido de melhorar a gestão financeira, que é o papel do Tribunal de Contas. Em nenhum momento desse relatório está dito "recomendamos a não aprovação da conta."

Bom, fora isso, as contas desta Administração tem sido aprovadas seguidamente, o que não foi na Administração anterior. Então, me parece mais uma questão de "dor de cotovelo" do que qualquer outra base técnica de avaliação.

Quanto à questão do uso do dinheiro economizado com a paralisação de obras, a tentativa de justificar essa atitude, que me parece totalmente irresponsável, da Administração anterior é infrutífera e infundada por uma razão simples. A partir de 89, ano em que o PT assumiu a administração da Cidade, todos os municípios brasileiros foram beneficiados pela Constituição de 88, que elevou substancialmente a arrecadação. O que que o PT fez com o produto dessa arrecadação? Colocou funcionários públicos na folha de pagamento, não investiu. Está aqui a prova e eu deixei registrado aqui os valores de investimentos dos governos anteriores para verificação dos senhores.

Então, falar que faz bem parar obras porque o produto dessa economia será gastado em outras, não corresponde à verdade. O PT gas-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 140 do proc.
nº 733 de 1995
o funcionário W

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	6	Monteiro	AP-CFO	23.10.95		

tou o dinheiro da Cidade com o funcionalismo e, o pior, não atendeu as necessidades da Cidade.

O SR. ZENAS PIRES - Eu gostaria então de agradecer a presença de todos, a presença do Vereador José Índio, que já se retirou, do Vereador Carlos Zarattini, que já se retirou, do Vereador Edison Simões, do Vereador Mohamad Mourad, agradecer a presença do Vereador Odilon Guedes, e que o Sr. Secretário faça suas considerações finais e deixando aqui, Sr. Secretário, da Comissão de Finanças e da Câmara Municipal, um pedido: gostaríamos que no exercício de 1996 fosse tomado um cuidado especial com relação ao Orçamento da Secretaria de Promoção Social e da Secretaria da Educação. Nós gostaríamos do empenho do senhor, do empenho do Executivo todo para que se cumpra integralmente essas duas secretarias, todas é fundamental, mas essas duas secretarias que realmente são a parte mais carente hoje da nossa cidade de São Paulo. Muito obrigado, Secretário.

O SR. OLSON PITTA - Muito obrigado ao ilustre Vereador, muito obrigado a todos os presentes.

O SR. ZENAS PIRES - Está encerrada a reunião. Fica reconvenida para amanhã, dia 23.10, Secretaria de Habitação, Fundo Municipal de Habitação, Verde e Meio Ambiente, às 10 horas da manhã. Muito obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 141 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário 118

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.—PARTE

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente: Sr. Vereador Almir Guimarães

Membros : Srs. Vereadores

Nelson Guimarães Proença

Edson Simões

José Indio Ferreira do Nascimento

Hanna Gharib

Odilon Guedes

Zenas Pires

Vicente Viscome

Mohamad Said Mourad

Audiência Pública sobre os Pls. 269/95, 733/95, 824/95, 923/95, 973/95, 971/95 e 972/95, realizada no Salão Tiradentes da Câmara Municipal de São Paulo em 13 de dezembro de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Almir Guimarães

(Memo. nº 93/95/ CFO.)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 142 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário uj

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L1	1	Paula	AP-Com.Fin.	13.12.95		

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Estamos dando início a mais uma audiência pública. Quero agradecer a presença do Sr. Secretário das Finanças do Município, Dr. Celso Pitta; Dr. José Antonio de Freitas; Dr. Rossi; demais membros e suas assessorias; Vereador Odilon Guedes, membro efetivo desta Comissão; Vereadores Mohamad Said Mourad, Sérgio Rosa e demais pessoas aqui presentes.

Esta audiência tem como objetivo o exame dos Projetos 269/95, de autoria do Executivo, que concede remissão e crédito tributário aos imóveis indetificados pelos contribuintes que especifica.

Projeto de lei 733/95, de autoria do Executivo, que concede isenção do IPTU incidente sobre imóvel integrante de patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio Libanês.

Projeto de lei 1824/95, de autoria do Executivo, que concede isenção de tributos municipais a empresas instaladas ou que venham a se instalar em zonas de uso ZC001.

Projeto de lei 923/95, de autoria do Executivo, que fixa as alíquotas a serem utilizadas no cálculo do Imposto sobre Transmissão Intervivos de qualquer título por ato oneroso de bens

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 143 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário wj



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L1	2	Paula	AP-Com.Fim.	13.12.95	Pres	

imóveis por natureza ou cessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

Projeto de lei 1973/95, de autoria do Executivo, que altera legislação relativa ao Imposto ~~Territorial~~ Predial Territorial e Urbano, IPTU, e as taxas de limpeza pública e conservação de vias e logradouros públicos, e extingue a partir de 1º de janeiro de 1996 a Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo, UFM.

A seguir, Sr. Secretários, Srs. Vereadores, teremos mais uma audiência para tratar dos Projetos 971/95, de autoria do Executivo que dispõe sobre o Plano Plurianual de 1996/97 † e o 972/95, do Executivo, que estima receita e fixa a despesa da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo.

Assim, esta Presidência entende † por bem, e se não houver nenhuma manifestação contrária, que deveremos fazer concomitantemente as duas audiências ao mesmo tempo porque o assunto é pertinente. E, o Sr. Secretário poderá em sua dissertação fazer alusão a todos e, assim sendo, debateremos os mesmos assuntos na reunião.

Esta Presidência dá a palavra ao Sr. Secretário das Finanças, Dr. Celso Pitta, para que ele disponha de tanto



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 144 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário wj

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	3	Paula	AP-Com.Fin.	13.12.95	Pres.	

tempo quanto entenda necessário para fazer suas considerações iniciais e em seguida abriremos a palavra para todos aqueles que queiram se manifestar.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. CELSO PITTA - Bom dia, Sr. Presidente Admir Guimarães; Vereadores Odilon Guedes, Sérgio Rosa e Mohamad Said Mourad, senhoras e senhores. É, novamente, uma satisfação estar na Câmara Municipal para tentar esclarecer dúvidas que possam surgir em relação aos projetos de lei apresentados pelo Executivo e que hoje fazem parte da pauta desta reunião.

O primeiro deles, o Projeto 269/95, concede a remissão dos créditos tributários para os imóveis na divisa com o município de Diadema. É uma pendência antiga que a cidade de São Paulo tem com o município vizinho de um loteamento cuja área se confundiu no limite dos dois municípios. O que acontece é que a população vem sendo penalizada por ser cobrada tanto da cidade de São Paulo como pelo município vizinho.

A proposição, portanto, é a isenção da parte em que já é cobrada pelo município vizinho, cujo acordo de fronteiras, datado desde o Governo Jânio Quadros, foi estabelecido. Então, respeita-se



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L1	4	Paula	AP-Com, Pol. Urb. 13.12		Pitta	

esse acordo e propõe-se a isenção para essas propriedades.

O segundo, n.º 733/95, isenção sobre o imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente das Senhoras do Hospital Sírio Líbanês. Trata-se de uma entidade que vem prestando relevante serviços à população carente, inúmeros atendimentos médicos na sua especialidade cirúrgica que vem sendo dado a população sem ônus para a população carente.

Uma forma que a Prefeitura entende de poder contribuir para uma instituição sem fins lucrativos e de assistência médica poderia ser, exatamente, a isenção de parte do IPTU, uma vez que o prédio do hospital já está isento por força de lei.

Esse terreno é anexo ao hospital, tem alguns equipamentos hospitalares e serve também de suporte a unidade principal.

O Projeto 824/95, isenção de tributos municipais das empresas instaladas e que venham a se instalar na zona de uso Z7001. Creio que esse é da zona Leste... Dr. Gilberto irá esclarecer.

O SR. GILBERTO — Chefe de Gabinete da Se-

cretaria das Finanças. Esse projeto é o que concede isenção para as indústrias que já estão instaladas e que vierem a se instalar na zona Leste, inclusive empresas prestadoras de serviço. Foi apresentado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 146 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	5	Paula	AP-Com.Fin.	13.12.95	Gilberto	

um projeto na Câmara que foi aprovado. O Sr. Prefeito vetou porque é iniciativa exclusiva do Prefeito. Como a iniciativa era meritória, ele reencaminha o novo projeto para a Câmara para ser analisado.

O SR. CELSO PITTA - Voltando. O seguinte é o 923/95, que fixa alíquotas a serem utilizadas no cálculo de Transmissão Intervivos, ITPI, a qualquer título por ato oneroso de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

Aqui trata-se de uma proposição de redução de alíquota.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
L2	1	beth	com. fin.	13.12		

Hoje o IPTBI varia de 2 a 6% dependendo do valor do imóvel e isso ~~xx~~ tem ensejado diversas operações informais não registradas no mercado imobiliário. A prefeitura perde com a evasão desses contratos informais de gaveta e seria razoável ter uma alíquota compatível com o que é praticado no restante de grandes cidades e que também desestimule essas operações informais, esses contratos de gaveta e com isso trazendo para a formalidade aumentará, evidentemente a arrecadação do IPTBI.

O seguinte é o que trata do IPTU para o ano de 96. Aí temos alguns aspectos importantes a serem salientados. O primeiro deles diz respeito à compatibilização do projeto do IPTU com as diretrizes do plano real que prevêem a extinção de unidades de cota, fora o real a partir de 1º de janeiro de 96. Nesse sentido a proposição envolve a extinção da UFM - Unidade Fiscal do Município - a partir de 1º de janeiro de 96. Os valores do IPTU serão expressos em real, serão corrigidos pela unidade de conta UFIR que corrige os impostos federais. Aí vemos ter uma vantagem explícita para o contribuinte que até esse ano vem tendo correção mensal das suas parcelas uma vez que a UFM tem tido correção mensal. A partir do próximo ano essa correção, obedecendo o critério da UFIR deverá ser semestral. Nesse sentido haverá uma vantagem bastante razoável para o contribuinte que não terá a contribuição mensal. Além dessa questão da extinção da UFM ~~lem-~~bro que os demais condicionantes de cobrança do IPTU são mantidas. A alíquota única nós não adotamos alíquota progressiva. É a mesma do ano de 95 que, aliás, é a mesma desde o ano de 93, 0,3%. A quantida-



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.-APARTE
L2	2	beth	com. fin.	13.12		

de de imóveis isentas é exatamente a mesma que tem-se em 95, as condições para que a obtenção de isenção dos aposentados são mantidas. Não há alteração nessa regra também e foi feita uma atualização na planilha genérica de valores trazendo para uma média de 70% do valor de mercado aqueles imóveis que anteriormente estavam defasados.

A seguir nós temos o projeto 971 que trata do ~~plano~~ plano plurianual de orçamento 96-97 e o 972 que trata da despesa e receita, ou seja, o orçamento da prefeitura para o ano de 96. Relativamente a esses dois últimos que parecem ser os mais importantes da pauta eu vou fazer algumas considerações que já fiz na primeira audiência pública. Trata-se do terceiro maior orçamento do Poder público neste país. O valor é de R\$6.120.000.000,00. É um orçamento que não prevê déficit. É um orçamento que está em equilíbrio, ou seja, a arrecadação é exatamente igual à despesa e isso é de fato alcançável uma vez que neste ano de 95 vamos ter eliminação total do déficit orçamentário. A destacar também o valor dos gastos para a área social que é de aproximadamente R\$ 2.350.000.000,00 constituindo também um valor recorde de proposição para gastos nesse setor social com destaques para a saúde com 780 milhões de reais para a educação e para a habitação. Importante destacar também que o orçamento está prevendo investimentos de R\$1.700.000.000,00 que novamente é um novo recorde a nível de taxa de investimento neste país. ~~TAXA~~ Em todo o Poder Público do Brasil não existe uma taxa de investimento tão elevada. Isso corresponde a 26,4% de todo o orçamento. Se comparado, por exemplo, ao orçamento do governo Federal o mesmo reservou apenas 5% para os investimentos o que corresponde no caso do Governo Federal a 8 bi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 149 do proc.
733 do 1995
o funcionário 43

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L2	3	beth.	com. fin.	13.12		

lhões de reais. No caso da Prefeitura de São Paulo, 1 bilhão e setecentos reais. Essas são as considerações mais importantes que eu julgo serem pertinentes na abertura desse trabalho. Passo a palavra ao Sr. Presidente, para os debates.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Agradecemos as palavras do eminente secretário Celso Pita que jamais se ~~teve~~ furtou de comparecer a esta comissão. Todas as vezes que aqui foi pedida a presença de S.Era fomos atendidos. Queríamos dizer às pessoas que nos honram com a sua visita que estamos mandando providenciar as cadeiras. Aguardem que logo mais elas chegarão. ~~XXXXX~~ ABrindo o debate, como sempre, damos prioridade aos Srs. Vereadores presentes e depois faremos uma lista de inscrição para os que aqui queiram se manifestar. Certamente vamos limitar o tempo aos participantes a fim de que possamos ter um maior número de pessoas. Inicialmente damos a palavra ao Vereador Odilon Guedes, membro efetivo da Comissão e membro da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L3	1	Norma	Com.Finanças	13.12.95		

O SR. ODILON GUEDES - Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Sr. Secretário, é um prazer recebê-lo nesta Casa, e aos demais Vereadores e aos presentes.

Secretário, eu vou me ater, inicialmente, à questão do IPTU e do ITBI, e ao analisar o IPTU para 1996 e essa ~~proposta~~ proposta de mudança do ITBI, fica muito nítido para quem o Governo Maluf governa - inclusive eu tenho dito que o Governo Maluf é o Robin Hood ao contrário, ele toma ~~dinheiro~~ dinheiro dos pobres para investir nos ricos. E isso estou falando baseado em dados objetivos, da própria Secretaria das Finanças.

Então, em primeiro lugar, o IPTU é um imposto, hoje, regressivo que, pela amostragem, pelos dados, que fizemos, temos um aumento maior de IPTU nos bairros da zona leste, da zona norte, por exemplo, e um aumento menor nos Jardins.

Pela amostragem que fizemos, na ~~zona~~ zona leste, por exemplo, na média, o IPTU deve aumentar cerca de 27,24%; na zona norte, 30.75%, e nos Jardins, 12,45%. E o incrível disso é que enquanto nos Jardins haverá esse aumento de 12,45%, os investimentos na região foram de mais de 800 milhões de reais; na zona leste vai aumentar 27,24% e os investimentos, nos três anos do atual governo, foram de 135 milhões de reais; e na zona norte, com um aumento, na média, de 30,75%, os investimentos ~~foram~~ foram só de 23 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - Pediria um aparte ao nobre Vereador: V.Exa. não quer - eu darei o tempo necessário para V.Exa. continuar - mas para que o SR. Secretário não perca o racio-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 151 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L3	2	Norma	Com.Finanças	13.12.95		

raciocínio em responder a V.Exa., V.Exa. não quer ■ que ele se atenha à pergunta inicial ?

O SR. ODILON GUEDES - Muito bem, então ~~■~~ vamos primeiro à questão do IPTU, depois faço as outras perguntas.

Então, queria fazer uma pergunta muito objetiva ao Secretário: nós fizemos uma análise, e inclusive eu trouxe a Planta Genérica de Valores aqui, de 1995, e a proposta para 1996, nós podemos fazer até alguns exercícios aqui, se for o caso, eu queria que o senhor respondesse o seguinte: a Avenida Faria Lima, onde houve um investimento grande do Governo, e que não há dúvida que houve uma valorização da região, tanto que os jornais, logo após a duplicação da Avenida, trouxeram ■ notícias de que o aluguel aumentou muito na região, e também o preço dos terrenos, houve uma diminuição de ~~■~~ cerca de 11%, do ponto de vista real, do IPTU.

Quanto à
■ Avenida Luiz Carlos Berrini, uma das regiões mais valorizadas de São Paulo, e que inclusive vai ser valorizar mais ainda com os investimentos da canalização do Águas Espraiadas, houve uma diminuição real de 4% do IPTU.

Com relação à Avenida Oscar Americano, no Morumbi, onde ~~■~~ desemboca o túnel - e também, logicamente, aquela região foi altamente valorizada - houve uma diminuição de cerca de 1% no IPTU.

E mais, a rua onde mora o Prefeito, nos Jardins, ~~■~~ onde está sendo construída uma praça, ao lado, que custará cerca de nove milhões de reais para a Cidade, pelo menos, - e eu queria lembrar que com essa quantia dá para se construir 22 creches, ~~■~~ sofreu uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Processo n.º 152 do proc.
n.º 433 de 1995
o funcionário WJ

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L3	3	Norma	Com.Finanças	13.12.95		

diminuição de 8% no IPTU.

Agora, paralelamente, e isso que eu gostaria de que o senhor abordasse especificamente, em relação a essas ruas, e, por exemplo, na zona leste, na Avenida Amador Bueno da Veiga, vai haver um aumento real de mais de 100% de IPTU; na Rua Monsenhor Francisco de Paula, mais de 76%; na Rua Olga Artaxo, ~~mais~~ mais de 102%; isso na zona leste.

Na zona norte, dois exemplos; Rua Natalina Roque Stefani vai aumentar mais de 77%, e Rua Ziba, mais de 59%.

A argumentação que tenho ouvido do Secretário Celso Pitta é a de que nos Jardins já existe uma valorização, por isso que o IPTU lá vai aumentar menos do que na zona leste. Agora, a pergunta que faço é a seguinte: é lógico que na Faria Lima houve uma valorização, não há nem dúvida, todos nós podemos constatar, a olhos vistos; quanto à Luiz Carlos Berrini, também; a ~~rua~~ rua do Prefeito também, por causa da Praça; a Oscar Americano também, por causa dos túneis, quer dizer, e houve uma valorização imediata, que já poderia ser calculada.

Quer dizer, como é que o senhor explica isso? - Uma primeira questão sobre o IPTU. Eu gostaria que o senhor me respondesse, objetivamente a esses dados, para que a gente pudesse depois fazer a pergunta sobre ITBI, e as outras sobre o Orçamento.

Mas eu gostaria do seguinte, que o senhor me respondesse, especificamente, por que essas ruas, em que houve grandes investimentos, sofreram diminuição do IPTU, do ponto de vista real; e por que na zona leste aumentou, nas ruas citadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 153 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário *ul*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I4	1	Norma	Com.Finanças	13.12.95		

O SR. SECRETÁRIO - Obrigado, Vereador Odilon Guedes, pelas colocações. Vamos por partes.

A colocação inicial, de que a Prefeitura está fazendo uma proposta regressivamente social, uma vez que está tirando do pobre para dar ao rico, e que o pessoal da zona leste está sendo mais penalizado do que o pessoal dos Jardins, na cobrança desse IPTU.

Eu quero registrar os seguintes dados aqui relativos à distribuição do IPTU por bairro na Cidade de São Paulo: - a zona leste detém 28% dos imóveis da Cidade de São Paulo, e contribui com 16% da arrecadação do IPTU. Os Jardins detém 9% do total dos imóveis da Cidade de São Paulo, e respondem por 23% da arrecadação do IPTU. Isso prova que a maior parte da arrecadação do IPTU vem exatamente dos Jardins, não vem da zona leste.

Quanto aos valores específicos: nós fizemos um levantamento por bairro, de quanto está fixado o IPTU, de acordo com essa proposta para 96. Vamos tomar aqui um bairro expressivo da zona leste, que é a região de Itaquera. Nós temos, como um valor médio para 1996, 123 reais de IPTU. Isso significa que o proprietário vai pagar 12 reais e trinta centavos, por mês, de IPTU. Isso representa menos de 1% da renda média do cidadão residente em Itaquera.

Vamos tomar um outro bairro da zona leste, Guaianazes: esse morador de Guaianazes vai pagar, em média, 139 reais de IPTU; isso significa treze reais e noventa centavos por mês de IPTU.

Vamos pegar um morador de Ermelino Matarazzo: ele vai pagar 139 reais, no mínimo, 166 reais, no máximo, o que significa uma



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I4	2	Norma	Com.Finanças	13.12.95		

prestação de 13,90 reais, no mínimo, e 16,60 reais, no máximo.

Vamos pegar agora o pessoal dos Jardins, a região da Cidade Jardim, que tem uma média de 1998,00 reais, ou seja, quase 2.000 reais de IPTU, o que significa um valor mensal de 200 reais.

Vamos pegar a área de Cerqueira Cesar. Temos uma média de 453,00 reais, ou 45,03 reais por mês.

Vamos pegar o Jardim Paulista, 817,00 reais, ou 81,00 reais por mês; ou o Jardim América, com 660,00 reais, ou 66,00 reais por mês.

Vamos pegar um outro exemplo, da região que teria sido penalizada pelo IPTU, a zona norte. Temos aqui o bairro de Santana, que é um bairro expressivo, cuja média de recolhimento é de 230,00 reais, ou seja, 23,00 reais, por mês. ~~XXXXXXXXXX~~

Esses dados comprovam exatamente o que eu tenho dito, essa correção no valor venal dos imóveis obedece a uma proporcionalidade em relação ao mercado. Aqueles imóveis que estavam mais distanciados do valor de mercado, e de acordo com a média de 70% do valor do mercado, teriam de ter uma atualização maior, entretanto essa atualização maior não é, de forma alguma, exorbitante. Esses valores que eu citei como exemplo estão disponíveis a todos os que queiram consultá-los, para todos os bairros da Cidade de São Paulo. Todos estão relacionados aqui, e esses valores estão à disposição dos senhores.

Eu lembro, adicionalmente, o seguinte: a proposta para 96 é a de se tornar isentos - ou manter isentos - cerca de 500 mil imóveis, 500 mil proprietários. A maior parte, mais de 50% desses imó

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 155 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I4	3	Norma	Com.Finanças	13.12.95		

Bom, independentemente disso, esses valores, valores venais não são arbitrados unicamente pela Secretaria ~~MUNICIPA~~ das Finanças, é ouvida uma entidade, Conselho ~~M~~ Imobiliário Municipal, que tem representação da própria Câmara Municipal, tem representante da Federação do Comércio, da Associação Comercial, do Instituto de Pesquisas Econômicas da FIPE, do DIEESE~~M~~, da Bolsa de Imóveis, do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, enfim, são 28 entidades que compõem esse ~~MUNICIPA~~ Conselho Imobiliário Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 156 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L5	1	ANA	Aud. Pub.	13.12.95		

E esse Conselho Mobiliário Municipal nos recomendou o seguinte — aqui e um trecho da ata da reunião do Conselho Imobiliário Municipal —:

"No ano de 94 ocorreram duas mil reclamações contra o aumento do IPTU; um número insignificante em face do número de imóveis alcançados pelo imposto. Tal situação reflete uma PGV — Planta Genérica de Valores — ruim; avalia Pompéia" — que é um dos membros do Conselho — "para o qual, conforme já disse no ano anterior, torna-se desejável um certo volume de reclamações." Vejam os senhores que o próprio conselheiro disse que a reclamação é pouca, que eles querem que reclamem mais. "... pois se procuramos situar a PVV em uma média de 70% do valor de mercado, o quadro descrito indica a existência de margem para apertar o parafuso, elevando essa média a 75 a 78 ou 80%. Não adotamos isso. Nós mantivemos o valor de 70% do mercado." Então, existe um critério técnico, que foi submetido à apreciação desse Conselho, que foi de fato referendado. Não ha, portanto, nenhuma distorção na atualização desses valores. Ao contrário, quando eu falei, e volto a repetir, para os que estão chegando, os valores cobrados na região de Itaquera, são de R\$12,30 por mês, para o IPTU de Guaianases; R\$13,90 por mês de Emmelino Matarazzo, até o máximo de R\$16,00 por mês, sendo que as áreas ricas, ou seja, Jardins, estão na faixa de R\$2.000,00 ou R\$200,00 por Mês; R\$800,00 ou R\$80,00 por mês, e assim por diante. Isso mostra o seguinte: não é o que o Vereador coloca. A prefeitura não está fazendo uma cobrança do IPTU do pobre para o rico, é exatamente o contrário, como estão os dados à disposição dos senhores.

Vamos falar de áreas que foram objeto de intervenções,



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - APORTE
LY5	2	ANA	Aud. Pub	13.12.95		

como a Avenida Farra Lima a Luiz Carlos Berrine e outras que tiveram obras da Prefeitura. Na Planta Genérica de Valores, o imóvel é resultado de operações de compra e venda de imóveis ocorridos de fato no exercício. Quando o Vereador diz que essas obras vão valorizar a região, isto quer dizer que no futuro as transações imobiliárias serão feitas por um valor superior aos que de fato ocorrerem no ano de 95. Quando essas transações futuras registrarem um preço maior desses imóveis, nós vamos incluí-los na atualização do valor venal da Planta Genérica de Valores.

A Secretaria de Finanças não trabalha com projeções, com especulações imobiliárias. De fato no início do ano existia uma expectativa muito grande de valorização. Por ocasião de julho, agosto ~~março~~ essa expectativa de valorização reverteu-se. O mercado imobiliário regrediu. A expectativa que havia era inclusive de estagnação dos negócios e redução de preços. Agora, no final do ano aconteceu o contrário: houve um aumento na venda de imóveis e um aumento dos preços. Esse movimento de subida e descida não é registrado à nível de preços para lançamento do IPTU. Nós trabalhamos com uma média e não com expectativas.

Respondendo especificamente à questão do Vereador, as valorizações ocorridas nessa área, da Farra Lima, ou em outros projetos, no ano de 95, de fato estão incluídas no preço, as valorizações futuras, de obras recentes inauguradas serão ~~incluídas~~ incluídas no ano seguinte.

Mais uma informação importante é que nesse próprio relatório do Conselho Imobiliário, está registrado que o aumento, ou seja o valor venal da área dos Jardins, já está perigosamente — com o diz o relatório — próximo do valor de mercado. Isso quer dizer que se a Prefeitura aumentar o valor venal dessas propriedades, acima do valor de mer-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Proc. n.º 158 de proc.
933 de 1985
o funcionário *uj*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L5	3	ANA	Aud.Pub.	13.12.95		

cado, ela está incorrendo em erro e se sujeitando a ações judiciais contra essa cobrança, porque se o valor venal passa a ser superior ao de mercado, há um efeito confiscatório da propriedade. Então, os valores lançados para o IPTU de 96 estão absolutamente corretos, estão justos socialmente e tem todo esse respaldo, que coloco à disposição dos senhores.

O SR .ODILON GUEDES = São três questões bem objetivas.

No meu entender o senhor está tentando justificar o injustificável. O senhor quer argumentar que na Faria Lima não houve valorização, que na Berrine não houve valorização neste ano, que na Oscar Americano não houve... o senhor me desculpe, mas é só ir na região e ver o preço dos aluguéis dos terrenos. Então, queria primeiro argumentar: não concordo em hipótese alguma.

Segunda questão: nos dados que o senhor deu da Zona Norte e os Jardins comprovam isso que acabei de falar. Quer dizer, comprar na Cidade Jardim ~~em~~ R\$1.998,00 de IPTU, daquelas mansões, ao mesmo tempo que em Ermelino Matarazzo R\$166,00, isso é disparate, no meu entender! Quer dizer, aquelas mansões tinham que ser muito mais taxadas porque são casas que ocupam terrenos enormes, com tipo de construção de primeira qualidade e com área de construção enorme com relação à Zona Leste. Quer dizer, os ~~os~~ dados que o senhor deu comprovam. Inc usi-
ve, não podemos fazer uma análise do ponto de vista de números absolutos e sim relativos. A questão tem que ser progressiva. Se a gente cobra 10% de imposto de uma pessoa que recebe R\$10.000,00 e uma que recebe R\$1.000,00, do ponto de vista absoluto, lógico que uma que recebe R\$10.000,00 vai pagar mais; a que recebe um vai pagar cem e a que recebe



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Processo n.º 159 do proc.
733 de 1995
o funcionário ul

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L5	1	ANA	Aud. Pub.	13.12.95		

R\$10.000,00 vai pagar mil. Só que para uma pessoa que recebe R\$1.000,00 cem reais faz muito mais falta do que para uma que recebe R\$10.000,00, que vai pagar R\$1.000,00 de imposto. Então, os dados que o senhor deu comprovam a regressividade, isso que acabei de falar. Finalmente, discordo ^{que} de se aumentar o IPTU nos Jardins é algo confiscatório à propriedade. Ao contrário, seria fazer justiça social que é o que falta neste País.

Neste País é tudo ao contrário: os pobres pagam mais impostos, mais IPTU, mais ICMS proporcionalmente, que os ricos. O senhor sabe tanto quanto eu que existem inúmeras teses comprovando isso. E o Governo Maluf — aí sem nenhuma avaliação de valor político — pelos dados que o senhor deu, comprova isso. Eu reafirmo: o Governo cobra mais nas regiões mais carentes e investiu — esse dado é importante — nos Jardins mais de 800 milhões de reais e na Zona Leste 135 milhões e na Zona Norte 23 milhões. Esses são dados muito claros e incontestáveis. O senhor vai fazer uma argumentação, lógico, que é Secretário do atual Prefeito, mas não convenceu em hipótese alguma, ao contrário, reforçou o tipo de análise que fizemos. Muito obrigado.

O SR. CELSO PITTA — Dois pontos abordados pelo Vereador são importantes. Primeiro, a questão da progressividade do IPTU. A ex-Prefeita Luiza Erundina tentou introduzir a alíquota progressiva no seu mandato o que resultou uma ação movida pelo Ministério Público contra a Prefeitura, que sustou essa cobrança numa primeira instância. A alíquota, na época era de 0,2% podendo ir até 5% se o imóvel fosse comercial. A questão, no âmbito do Judiciário evoluiu e em meados deste ano o Tribunal de Justiça acatou a tese da constitucionalidade dessa cobrança, o



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
L6	2	ANA	Aud. Pub.	13.12.95		

que então faria a Prefeitura ter que cobrar esse complemento no orçamento de 96. Então, a seguir, a tese do Vereador Odilon Guedes, teremos que cobrar, além do IPTU normal que está sendo proposto, mais esse complemento, mais essa diferença que representava um outro IPTU, mais 400 milhões de reais em cima do contribuinte, em 96. A Prefeitura não fez isso por duas razões: a primeira porque essa questão no âmbito Judicial não se esgotou. O Ministério Público entrou com recurso contra essa sentença do Tribunal de Justiça e esse recurso poderá ir até o Supremo Tribunal Federal para uma decisão final. Então, se precipitadamente a Prefeitura fosse cobrar esse complemento e a decisão do Supremo Tribunal Federal fosse contrária teríamos que devolver a todos os proprietários essa cobrança, no caso considerada indevida. A segunda razão, é de cunho conceitual e filosófico. Esta Administração se posiciona desde o início contra a progressividade. Nós entendemos que isso é uma distorção, inclusive nessa reforma que está tramitando no Congresso. No Imposto de Renda a alíquota está sendo reduzida de 35, a máxima para 25%, justamente porque entendem os tributaristas que não deve haver um cerceamento ao crescimento dos negócios, inclusive ao patrimônio das pessoas. Este País precisa de estímulos ao crescimento, ao investimento e não fatores constrangedores e desestimulantes à formação de rendas, de riquezas que dá poupança necessária para a realização de investimentos. Então, trata-se de uma questão conceitual, completamente oposta à filosofia do Vereador e do partido a que ele se filia, que é basicamente uma filosofia progressiva.

Quanto à questão, segundo ponto abordado, de que houve uma concentração de investimentos na área dos Jardins. Eu quero lembrar aos presentes que esses investimentos nas áreas viárias e de transportes

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Volume n.º 161 do proc.
733 de 1995
o funcionário WJ

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L6	3	AMA	Aud.Pub.	13.12.95		

eles beneficiam não a área dos Jardins, mas sim todo um tráfego de passagem, que em suma, Beneficia toda a Cidade. É como o Vale do Anhangabaú, que é obra da Administração anterior, nunca se contestou essa obra como sendo beneficiária das regiões vizinhas; é uma obra de tráfego de passagem que beneficia toda Cidade. Aliás, uma obra mal-feita, que está com infiltrações, não foi concluída, sequer foi paga, a gente está pagando agora. De qualquer maneira, a gente tem nessas obras de tráfego, obras viárias, uma situação que não é benefício do local, é benefício de todo tráfego de passagem. A título de exemplo, os túneis sobre o Rio Pinheiros, que são tão criticados, atendem às regiões da Zona Sul, Campo Limpo, Butantã, até a região sudeste, ela é parte de um complexo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Sessão a 162 do proc.

733 da 1995

o funcionario wj



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L7	1	raimundo	Com.Finanças	13-12-95		

~~.....~~
~~.....~~
~~.....~~ viário que vai permitir aliviar o tráfego em toda região sul.

Com relação a investimentos da Zona Leste, inclusive deveria estar e não estou, porque estou participando aqui deste encontro, na inauguração da Estrada Jacu Pêssego, hoje, às 11h da manhã, que está sendo entregue ao tráfego. Além desse investimento da estrada Jacu Pêssego, a Prefeitura está fazendo outros também relevantes na Zona Leste. A relação deles, por exemplo, o Viaduto da Mooca é um deles, o outro...

OSR. - inauguração do mini-anel viário.

O SR. - ... Todo mini-anel viário favorece...

O SR. - Salim Sarah Maluf, Anhaia Melo.

O SR. - Então, Salim Sarah Maluf, Anhaia

Melo. Existe todo um conjunto de obras também na região Leste; independentemente disso também na região Leste essas obras não vão beneficiar unicamente a região Leste, vão beneficiar também o tráfego de passagem. Então, as obras na realidade, embora situadas numa determinada região da Cidade elas beneficiam toda a Cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 163 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário ul

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L7	2	Raimundo	Com.Finanças	13-12-95		

O SR. PRESIDENTE (Admir Guimarães) - Registramos

a ~~pra~~ presença dos Vereadores José Indio, relator do projeto do Orçamento, Vicente Viscome e Alex Freua Neto.

Tem a palavra o Vereador Sérgio Rosa.

O SR. SERGIO Rosa - Bom dia, Sr. Secretário, Sr.

Presidente da Comissão, Srs. Vereadores presentes, o Vereador Odilon Guedes já fez algumas observações de ordem geral que a nossa bancada tem ~~uma~~ total concordância e queria fazer algumas observações em relação a outros itens do Orçamento. Antes, queria apenas comentar um projeto que foi lido aqui, ~~ex~~ o 733, que concede isenção a imóvel integrante do Sírio Libanês, segundo pude analisar esse projeto, esse terreno que é integrante é hoje utilizado por um estacionamento do Hospital Sírio Libanês (voz fora do microfone), é, mas grande parte é usada pelo estacionamento que inclusive cobra preços do mercado de estacionamento, não é um estacionamento gratuito, cobra preços de mercado normais, administrada por empresa ~~xx~~ terceirizada de estacionamento e como o Sírio Libanês ~~xxxx~~ não é, digamos assim, um hospital popular, que atende gratuitamente boa parte da população, particularmente tenho uma observação de dúvida acerca desse projeto, que inclusive ~~xxxx~~ sive isenta dívidas de IPWU de cerca de 8 anos que monta, segundo informações, ~~emx~~ aproximadamente 800 mil reais. Mas essa é uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 164 do proc.
n. 233 de 1995
o funcionário vg

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
17	3	raimundo	Com.Finanças	13-12-95		

questão secundária, estou só registrando aqui essa observação.

Sobre a questão do Orçamento, queria falar um pouco sobre a parte dos investimentos, o Sr. Secretário falou do montante destinado ao Orçamento para investimentos. No entanto, apesar de obviamente ser importante que boa parte do Orçamento seja destinada a investimentos, a gente observa, a meu ver, algumas incongruências. Primeiro na área de investimentos na questão de transporte-circulação. O Sr. Secretário acabou de falar agora da importância de alguns túneis e obras viárias. E gostaria de apontar a ausência, não só neste Orçamento, como em anos anteriores de investimentos na questão do transporte coletivo. É evidente que nós não somos contra o investimento em obras viárias, o Sr. Secretário já falou aqui da obra do túnel do Anhangabaú, no entanto, naquela oportunidade, foram ~~xx~~ feitos investimentos equilibrados em obras viárias que ajudaram a fluidez do trânsito de alguns pontos estrangulados e investimentos no sistema de transporte, na época a aquisição de 2 mil novos ônibus, uma mudança grande no sistema de transporte coletivo da cidade .

A grande obra da administração atual no terreno do transporte coletivo foi algumas alterações contratuais na questão do transporte que o Sr. Secretário alega que fez uma economia, não vou entrar nesse debate aqui, não vou precipitar, a não ser que o Sr. Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 165 de 1995
n. 733 de 1995
o funcionário uj

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
17	4	Raimundo	Com.Finanças	13-12		

retome aquela argumentação, mas o essencial aqui é que essas alterações do contrato das operadoras de ônibus não significaram investimentos na parte de transporte. Hoje a tarifa está mais elevada, isso é objetivo - hoje a tarifa é mais elevada ~~x~~ do que o início da Gestão e no entanto essa arrecadação maior, o que diminuiu o nível de subsídio à tarifa do transporte não reverteu em investimentos objetivos nos transportes. Então, hoje temos aí uma frota de ônibus que é praticamente a mesma, situada na faixa dos ~~xx~~ 11 mil ônibus; não tivemos nenhum investimento no tratamento viário do sistema de transporte coletivo; tínhamos, desde o início da Gestão, o anúncio do programa de corredores de ônibus - contratos assinados na expectativa de que as empresas obtivessem investimentos para isso e temos lançado no Orçamento de 96 apenas 13 milhões de reais para o sistema de corredores de ônibus, o que, segundo informações precárias/ obtidas do Secretário Municipal dos Transportes aqui, ~~x~~ permitirão construir apenas trechos de 3 corredores de ônibus - Anhaia Mello, Inajar de Souza e uma reforma parcial do corredor 9 de Julho e mais 2 terminais, João Dias e Nova Cachoeirinha. E não serão nem os corredores propriamente ditos, será um tratamento específico das faixas exclusivas de ônibus já existentes nessa região. Então, me parece um investimento bastante tímido na questão do ~~transp~~ transporte coletivo e é o único



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 166 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário 28

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
17	5	Raimundo	Com.Finanças	13-12-95		

existente previsto nesse orçamento. Então, o questionamento nosso é que realmente hoje a cidade, apesar de um conjunto de obras vive uma situação caótica de trânsito, justamente em função de uma dificuldade de aumento de oferta do transporte coletivo. E muitas regiões teoricamente beneficiadas pelos túneis, na verdade, têm um tráfego maior de pessoas que se ~~beneficiam das condições~~ utilizam do ônibus, do transporte coletivo e não de outra modalidade. Então, gostaria de fazer esse apontamento, a ausência de investimentos na questão dos transportes coletivos.

Ainda na área dos transportes também eu fiz aqui a observação ao Sr. Secretário de transportes que o Orçamento previsto para a CET em 96 não permite, isso é objetivamente um relatório interno da CET comprova isso, não permite que a CET mantenha o nível atual de atividades. Estão lançados 107 milhões de orçamento para a CET em 96, quando apenas para manter o pagamento de pessoal e o nível de atividades de 95 ~~de~~ seriam necessários 157 milhões, corrigindo os valores gastos pela CET neste ano. O Secretário ficou de mandar informações acerca disso, dizendo se haveria redução de nível de atividade da CET ou não, infelizmente não mandou até o presente momento.

E outra área, saindo da área de transportes, onde a gente se resente de investimentos dentro deste Orçamento, é a área

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Forma n. 167 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário u9



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L8	1	raimundo	Com.Finanças	13-12-95		

de assistência à criança e ao adolescente à na cidade de SP, inclusive com a ausência de verbas destinadas a projetos já aprovados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e publicados à no Diário Oficial. Gostaria de citar alguns desses projetos, o Programa de Apóio Sócio-Familiar. É um projeto que foi aprovado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, publicado no Diário Oficial. O Ministério Público vem cobrando inclusive da Prefeitura a implementação desse programa. Recentemente o Sr.Pprefeito publicou no Diário Oficial, talvez fruto dessa pressão do Ministério Público, uma pequena nota exigindo providências ou indicando providências para que esse projeto fosse implantado, no entanto há uma contradição, porque não há verba prevista no Orçamento para execução desse projeto, não há verba simplesmente. Então, aí há uma contradição, há um programa aprovado, publicado, uma nota do Sr. Prefeito publicada pedindo providências para isso, uma ação do Ministério Público e a ausência de verbas no Orçamento para isso, assim como x há auseência de verbas para outros ~~ix~~ elementos dessa área, houve também resoluções. Por exemplo, as resoluções 18 e 19 do Conselho Municipal para manutenção dde convênios, pagamento de conselheiros tutelares, uma série de quações necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal e dos Conselhos Tutelares que também não encontra verba ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 168
n. 233 de 1995
o funcionário WJ

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L8	2	Raimundo	Com.Finanças	13-12-95		

especificação orçamentária em 96, assim como outros projetos Educação Cooperativa e outros que a gente poderia citar, mas de forma geral há praticamente uma ausência de destinação orçamentária para essa área de programas, de assistência à criança e adolescente na cidade de SP, que a gente gostaria de frisar, constitucionalmente, é uma área considerada prioritária. E eu queria registrar aqui a ~~presença~~ presença de diversos conselheiros do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, conselheiros tutelares também eleitos, que certamente estão aqui também para inquirir e perguntar e ouvir explicações acerca disso. Então, gostaria de fazer esses questionamentos ao Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, registramos a presença do Vereador Hanna Gharib, membro efetivo desta Comissão.e

O SR. SECRETÁRIO - Muito obrigado, Vereador Sérgio Rosa. Vamos por partes, vendo primeiro a questão dos transportes. De fato, nós estamos investindo em 96 cerca de ~~8m~~ um bilhão e 700 milhões de reais de um orçamento 6 bilhões, 120 — corresponde 26-4% do Orçamento, realmente um investimento bastante vigoroso para nossa Cidade. Quanto a performance do transporte público, tenho em mãos aqui um relatório da São Paulo Transportes intitulado: Avaliação do Desempenho do Sistema de Transporte Coletivo no Município de 92 a 95. E eu vou



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT APARTE
L8	3	Raimundo	Com.Finanças	13-12-95		

me permitir dar algumas informações aos presentes. No ano de 92 nós transportávamos, em média, 6 milhões de passageiros por dia; hoje, nós estamos transportando 6 milhões e 400 mil passageiros por dia. Isto é um aumento de 7,1% no volume de passageiros transportados. Ao mesmo tempo o número de ônibus aumentou de 9666, na média por dia útil em 92, para 10.402 na média do ano de 95. Nós tivemos, então, ao contrário do que foi afirmado, um aumento da oferta de transporte coletivo nesse período. Estão aqui os dados à disposição dos senhores. Foram entregues novos ônibus neste ano de 95, aproximadamente 2 mil novos à Cidade, neste ano de 95. Nós temos aqui um gráfico que mostra a qualidade de serviço oferecido à população pelo transporte de ônibus. Temos aqui uma média ocorrida nos anos da gestão Jânio Quadros, que foi um ~~índice~~ índice médio de 5; tivemos um decréscimo muito acentuado na gestão anterior da ex-Prefeita Erundina, com menos 0,75 (?) e tivemos atualmente uma média de 22 na nossa gestão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 170 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário WJ



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L9	1	dalva	finanças	13.12.95		

~~(...)~~ Esse índice de qualidade de serviços ele é objeto de pesquisa junto aos próprios usuários. Está aqui a disposição dos senhores. Agora quanto a questão dos corredores, nós optamos para que esses investimentos fossem feitos em parceria com a iniciativa privada. Foi feita uma licitação, e essa licitação elegeu grupos de empresas interessadas na construção de vias expressas, terminais, e aparelhamento a nível de frota para operação de serviços de transportes coletivos. Em troca a Prefeitura oferecia ou oferece uma concessão por um período compatível com amortização desses investimentos. O que vem ocorrendo é que essas empresas estão tendo dificuldades em levantar recursos para a realização desses investimentos. O BNDS, que inicialmente iria financiar parte desse projeto está lento no processo de análise o que fez com a Prefeitura antecipasse a custo próprio, com despesas próprias e que será evidentemente a partir do contrato que tem com essas empresas, alguns investimentos inadiáveis. Nós vamos ter intervenções em três corredores específicos, que seria o Corredor de Santo Amaro/Nove de Julho com a recuperação de abrigos, pontos de parada e acerto geométrico

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 171 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário wy



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L9	2	dalva	Finanças	13.12.95		

no viário, racionalização do corredor, aumentando a velocidade comercial de 14 para 20 Km/h, e a construção do terminal João Dias. Isto no corredor Santo Amaro. No Corredor Vila Nova Cachoeirinha, nós vamos ter um aumento da oferta de ~~troux~~ transporte na região e mais opções de deslocamentos. Vamos ter também uma complementação no corredor de porta esquerda e recuperação ~~de~~ do existente. E vamos ter a construção do terminal Cachoeirinha definitivo. O terceiro Corredor ~~de~~ São Mateus da Av. ~~de~~ ANhaia Melo, nós ~~teremos~~ estaremos fazendo um tramento da via e implantação de faixas exclusivas, estaremos com a melhoria dos serviços oferecidos, através das substituições de ônibus padrão por articulado. Até agora nós implementamos as seguintes medidas. Falo a partir do início da nossa Administração. No que diz respeito a melhoria a nível de serviço oferecido: ~~ocorreu~~ ocorreu replanejamento das linhas, um aumento da frota patrimonial, um aumento da ~~frota~~ frota em operação em função de utilização mais eficiente, um aumento real de 7,5% na ~~quantidade~~ quantidade de viagens diárias oferecidas ao longo dos últimos 12 meses, a renovação de mais de 1 600 veículos em 95 já chegaram a 2. mil. Acréscimo ~~de~~ aproximadamente de 10



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
19	3	dalva	finanças	12.12.95		

mil lugares oferecidos no sistema, pelo aumento da capacidade média dos veículos substituídos, renovação, um controle da oferta de viagens, um acompanhamento e uma avaliação de desempenho dos sistemas, e aquisição de sistema informatizado para planejamento de transportes. No que diz respeito ao tráfego a CET, estamos importando os equipamentos dos semáforos inteligentes que vão dotar a cidade de um gerenciamento de todos os semáforos com uso de computador melhorando de fato a fluidez do tráfego através desses ajustes que serão feitos eletronicamente. Lembrando também a referência do Vereador Sergio Rosa as economias que nos fizemos no setor de transporte, eu reafirmo o que disse e escrevi anteriormente em artigos, de que as intervenções que essa Administração fez no setor de transporte, propiciaram uma economia superior a 1 bilhão de reais por ano. Essas economias basicamente decorrem da extinção da CMTC, decorrem da reedicação dos contratos que antigamente eram cobrados por pouca distância percorrida e atualmente são cobrados por passageiros transportados, e uma adequação do nível da tarifa que estava evidentemente defasado no final da Administração anterior. Quero registrar também, que é a opinião do próprio Partido

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 173 do proc.
n.º 733 de 1995
o. funcionário V9



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CÔNT. APARTE
L9	4	dalva	Finanças	13.12.95		

do Vereador Sergio Rosa, de que a situação difícil que se encontra o trânsito da cidade, é essencialmente decorrente do número de veículos que se somou a ~~antiga~~ frota anteriormente existente. Hoje a cidade tem 4 milhões e 400 mil veículos, 400 mil há mais do que tinha antes do Plano Real. E só esse acréscimo já é explicativo da confusão geral que nós temos no trânsito. Hoje o Debyan está ~~lacrando~~ lacrando mais de ~~box~~ mil veículos por dia em média, o que coloca a cidade permanentemente sobre ~~pressão~~ pressão de trânsito nós não nos discuidamos desse aspecto, esses investimentos do transporte coletivo ^{estão} ~~estão~~ sendo executados, estão sendo feitos de uma maneira não onerosa, em excessão desses que eu citei anteriormente, cujo a ~~a~~ urgência nós antecipamos e incluímos no orçamento de 96. Com relação a ~~assistentia~~ a criança, eu passo a palavra para Dr. Freitas que tem ~~na~~ os dados, sobre o orçamento de 96 dessa rubrica.

O SR. FREITAS - Especificamente com relação ao FUNCAD, eu queria dizer que os C nselheiros durante o ano de 95, receberam normalmente os seus proventos, não houve nenhum

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



Folha n. 174 do proc.
n. 133 de 1995
o funcionário *ul*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L9	5	dalva	Finanças	13.12.95		

em nenhum momento falta de recursos, seja orçamentário ou financeiro
e em outubro foi autorizado a FABES via casa, firmaram um convênio
PROASP no valor 1 milhão e 200 mil reais. Esse convênio já saiu
no Diário Oficial, creio que até já foi assinado. ~~Porém, não foi assinado.~~

~~Assim, não há necessidade de recursos orçamentários.~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 175 de 1995
nº 333
o funcionário WJ



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
LLO	1	morg.	aud.pública	13.12.95		

para 1996 o vereador disse que não há rubrica orçamentária, existe sim no valor de dois milhões e vinte mil reais. Existe mais ainda, uma colocação na lei orçamentária que se entrando recursos de fora, ou seja, do governo estadual ou federal, esses recursos serão suplementados ao FUNCAT e não onera mais a peça orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Tem a palavra o Vereador José Índio .

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Bom dia, Sr. Secretário, demais membros da sua equipe, Sr. Presidente, demais Vereadores e presentes. Sr. Secretário entendo que o aumento do IPTU teve um reflexo muito grande, principalmente na área da zona leste e tenho no meu entendimento que existe uma justificativa muito vaga em relação a esse aumento, mesmo porque acho que teria que ter ~~pelo~~ pelo menos um pouco mais de sensibilidade política no sentido de que esse reajuste, ou essa adequação ao valor atual em relação à zona sul, quando falo da zona sul falo daquela região mais rica, sem dúvida, e poderia ser feito de uma forma mais atenuada, porque a população principalmente da zona leste, uma população trabalhadora deve ter sofrido nesse ano de 1995, após a implantação do plano Real, uma defasagem dentro daquilo que eles ganham e naturalmente eles vão sofrer um aumento superior independente dessa defasagem do que eles tiveram no decorrer deste ano.

Então, entendo que o Executivo deveria, pelo menos em termo de sensibilidade política, atenuar e eu acredito que ainda temos condições de fazer essa reavaliação e essa atenuação. De forma que gostaríamos de fazer este apêlo ao Executivo, através de sua pessoa no

sentido de que nós mudássemos, na medida em que alterássemos, através de



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L10	2	morg.	aud.pública	13.12.95		

uma emenda o IPTU principalmente com relação à zona leste essa correção pudesse ser feita. Um outro detalhe que gostaria de colocar quando temos a nossa reunião aqui com a Secretaria de Transportes e o trânsito acho que é uma preocupação muito grande nos dias de hoje foi nos dito quanto à implantação do semáforo inteligente que é um processo que demanda mais de dois anos e a gente não tem sentido pelo menos essa implantação e nesses dois anos que antecederem este orçamento foram estipulados recursos num determinado montante, primeiramente não foi usado, o segundo foi usado um terço desse dinheiro, segundo alegação da Secretaria de Transportes, e no nosso entendimento esse um terço também não foi usado, e segundo a mesma Secretaria de Transportes esses dois terços restante seriam usados até o final do ano. Então, gostaríamos que isso fosse esclarecido porque realmente o sistema eletrônico do semáforo inteligente vai ter uma repercussão muito boa no trânsito de São Paulo. Mas a gente fica com a dúvida, quem está certo? A SEL ou a palavra da Secretaria de Transportes? Pelo nosso acompanhamento a coisa não foi feita dentro do que foi alegado na ocasião e, inclusive, nós fizemos questão de verificar isso e in loco para dirigir essa dúvida. Queríamos que V.Exa. também pudesse nos ajudar nesse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - Antes de passarmos a palavra ao Sr. Secretário vamos registrar a presença do Vereador Mário Dias e gostaríamos de dizer que em seguida vamos ouvir o Vereador Mourad, depois o Vereador Odilon Guedes e esta Presidência liberará a palavra aos presentes que se inscreveram, Sr. Carlos Roberto Vaz e José Luiz Rizzo. ríamos determinar que cada um ocupasse três minutos para fazer as perguntas, mas como só duas pessoas se inscreveram, daremos cinco minutos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 137 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário VJ

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
110	3	morg.	aud.pública	13.12.95		

para cada um no momento oportuno. Passamos a palavra ao Sr. Secretário para que responda o questionamento do Vereador José Índio.

O SR. SECRETÁRIO - Agradeço ao Vereador José Índio suas ponderações. Infelizmente, ele chegou mais tarde e não presenciou a minha resposta a essa mesma questão levantada pelo Vereador Odilon Guedes, com relação à cobrança do IPTU em relação à zona leste. Mas, repito aqui a questão, porque acho importante fixar isso bem claro para todos.

A região leste tem no seus bairros 28% dos imóveis da cidade de São Paulo, esse total arrecada um correspondente a 16% do IPTU. Então, 28% do número total de imóveis, arrecada 16% do IPTU.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 178 do proc.
n.º 733 de 1995
n.º funcionário 113

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	-----GENT-APARTE-----
L11	1	Marcelo	Com. Fin. Orç.	13.12.95		

região dos Jardins 9% do total de imóveis arrecada 23% do total de IPTU. Um outro ~~importante~~ importantíssimo é que a proposta envolve a isenção de 500 mil imóveis na cidade de São Paulo e mais de 50% desses imóveis isentos ~~x~~ estão na Zona Leste. Isso quer dizer que quem está pagando o IPTU na Zona Leste não é o cidadão pobre, ~~x~~ esse cidadão pobre está isento, quem ~~está~~ está pagando é aquele cidadão que tem uma moradia, um apartamento, uma casa em condições bem razoável e cujo valor do ~~imposto~~ imposto, de forma alguma, é exorbitante.

Eu relacionei e volta a mencionar levantamento que a Secretaria de Finanças fez para todos os bairros da cidade de São Paulo e tomei alguns bairros da região Leste como exemplo do que de fato está acontecendo. Quem mora em Itaquera, por exemplo, vai pagar um IPTU de 123 ~~reais~~ reais, isso quer dizer que ele vai pagar uma prestação de 12 reais e 30 centavos, quem mora em Guaianazes vai pagar 129 reais, em média, ou seja um IPTU de 13,90 reais por mês, quem mora em Ermelino Matarazzo, dependendo... No caso do pessoal de Itaquera o percentual de aumento real é de 7,35%, no caso do pessoal de Guaianazes o percentual real de aumento é de 4,82%. Evidentemente, o Vereador citou e eu não tenho aqui a relação por ruas, há ruas em que há aumentos maiores que esse, mas não fiz levantamento por ruas, fiz levantamento por bairros, na média ocorre isso. valor

Na região de Ermelino Matarazzo o ~~valor~~ vai de 139 a 166, corresponde



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n° 179 do proc.
n° 733 de 1995
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	2	Marcelo	Com. Fin. Orl.	13.12.95		

te a um ~~xx~~ aumento de 7,9% até 11,7%.

Eu comparei também esses dados com os dados de outras áreas ditas nobres, por exemplo, Cerqueira César, teve 453 reais na média, um aumento de 4,6%, tivemos o Jardim Paulista com 817, na média, com aumento de 2,4%. ~~Exatex~~ Santana foi outra área em que se verificou um aumento, o valor médio do IPTU é 230 reais, ou seja, 23 reais por mês.

O que estamos falando é que nessas áreas consideradas prejudicadas pela cobrança do IPTU, de áreas em que têm a maior parte dos imóveis isentos, e que os pagantes estão pagando um valor absolutamente razoável, valores que ~~xx~~ variam de 12 à 16 ~~x~~ reais por mês de ~~prest~~ prestação. Esses valores correspondem a menos de 1% da renda do cidadão, esse valor de menos de 1% da renda do cidadão ^{não} é um valor obtido na Secretaria de Finanças. Nós tivemos o cuidado de fazer um levantamento com auxílio da FIPE, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP, que é a mesma entidades ~~x~~ que calcula o índice de preços na cidade de São Paulo e esse levantamento da FIPE constatou exatamente esse valor, a cidade de São Paulo cobra um IPTU inferior a 1% da renda do ~~cidadão~~ cidadão, chegando, em alguns bairros, como esses que citei, abaixo desse 1%. Então não é um imposto oneroso.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	3	Marcelo	Com. Fin. Orç.	13.12.95		

Em segundo lugar, eu quero fazer um esclarecimento quanto a semáforos inteligentes e a sua questão de que está havendo um atraso, porque esse projeto há é falado há coisa de dois anos.

Esse projeto tem duas componentes, uma componente que é a construção de um ~~xxx~~ centro de operações desses semáforos inteligentes, que já está sendo feita, que independe de qualquer outra medida e uma outra componente que é a importação de ~~equipamentos~~ equipamentos. Essa importação de equipamentos teve que percorrer um longo processo para sua autorização. Esse longo processo basicamente era a possibilidade de fornecedores nacionais estarem dando garantia de que esses ~~x~~ equipamentos aqui fabricados teriam a mesma eficiência, a mesma performance dos equipamentos importados e os preços e condições de entrega também ~~x~~ iguais. Esse processo que todo mundo conhece como de similaridade é conduzido pela Cacex, extinta Cacex e envolve todas as indústrias que em tese estariam preparadas para fornecer isso. Então esse processo, primeiro de consulta, depois de exame de propostas de potenciais fornecedores nacionais, comparação dessas propostas com os equipamentos importados demorou um longo tempo. Só há ~~xxx~~ dois ~~meses~~ meses esse processo foi concluído e as guias de importação desses equipamentos foram liberadas pela Cacex e estão sendo importados agora. ~~x~~ Daí a concentração desses gastos no final do ano.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 181 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário WJ



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	4	Marcelo	Com. Fin. Orç.	13.12.95		

Agora o que se tem basicamente é o embarque desses equipamentos, seguindo-se a montagem, ~~em testes e entrada em~~ testes e entrada em ~~em~~ operação. Daí porquê ~~em~~ os valores do SEO, Serviço de Execução Orçamentária estarem corretos e a afirmação do Secretário de Transportes, Carlos Toledo, também estar correta, houve um atraso e uma ~~em~~ concentração muito grande de gastos no final do ano por conta dessas importações.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - O Vereador José Índio Ferreira do Nascimento vai usar a palavra.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - De qualquer forma fica, pelo menos à primeira vista, claro que houve um aumento maior em relação à Zona Leste, do que na Zona Sul, aquela região central lógico, porque se na Zona Leste sofremos aumento em torno de 4,7%, automaticamente na Zona Sul, tendo um aumento de 2%, fatalmente o pessoal da Zona Leste está sendo mais penalizado. ~~alguma coisa é isso~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º 182 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário WJ

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	1	Marcelo	Com.Fin.Orç.	13.12.95		

A grande verdade é que pode até a Secretaria de Finanças estar correta na proporcionalidade, mas acredito que a repercussão do IPTU na renda das famílias deve ser bem superior.

O SR. _____ - Veja bem, Vereador, eu também coloquei isso ~~xxx~~ inicialmente, não repeti agora nessa segunda parte da resposta, os valores lançados têm uma proporcionalidade em relação ao que é praticado no mercado imobiliário. A Secretaria das Finanças não pode elevar valores venais superior ao valor de mercado, isso caracterizaria uma sobre taxação de imposto e daria a uma porção de ações contra a Prefeitura. As áreas centrais, as áreas da Zona Sul nobre, dos Jardins tiveram nos últimos dois exercícios um substancial aumento, o que colocou esses valores venais dessas áreas muito próximos do mercado, o que não ~~ocorreu~~ ocorreu com a região da Zona Leste, o que não ocorreu com outras áreas da Cidade de São Paulo.

O que ocorreu agora é que os valores estão a 70% dos valores de mercado na Região Leste. A pergunta que a gente sempre coloca e eu citei aqui a ata da reunião do Conselho ~~Imobiliário~~ Imobiliário, de que não há um nível de reclamação, nível expressivo, em ~~relação~~ relação à cobrança do IPTU. De todos os lançamentos ocorridos, por exemplo, no ano de 95, nós tivemos duas mil reclamações. Para se ter uma idéia são ~~2.350~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 183 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário *W*



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	2	arcelo	Com. Fin. Orç.	13.12.95		

2.350.000 imóveis na cidade de São ~~Poa~~ Paulo, tivemos duas mil reclamações, 0,1%, e normalmente essas reclamações foram racilmente esclarecidas porque não houve em nenhuma ~~delas~~ delas uma cobrança exagerada, uma cobrança extorsiva.

Também volto a dizer, está se tentando passar a idéia de que a Zona Leste, como um todo, é a área pobre da cidade. A área pobre da cidade na Zona Leste ela está isenta do IPTU. Existe na Zona Leste hoje bairros de classe média, classe ~~méxx~~ média alta, com renda bastante expressiva, que tem condição de pagar IPTU. Eu tenho visitado a zona Leste, tenho visto, são boas residências, ~~xx~~ são bons prédios, que de forma representam um poder aquisitivo bastante ~~xxx~~ razoável. Então são essas pessoas que estão sendo cobradas, porque...

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Tem a palavra o Vereador Mourad.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD - Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sr. Secretário, ainda com relação à colocação do Vereador José ~~for~~ Índio, para complementar, a proporcionalidade dessa isenção dos imóveis, vamos dizer assim, de que forma está sendo encaminhada essa isenção de 500 mil imóveis? ~~xxi~~ Quais são os critérios para isso e o que eles estão realmente beneficiando?

Segundo, ainda reforçando um pouco a colocação do Vereador



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	3	Marcelo	Com. Fin. Orç.	13.12.95		

dor José Índio, essa colocação ~~dixx~~ do imposto seria por metro quadrado, se for na média? Quer dizer, a proporção de imóveis mais simples, ou imóveis de uma população mais carente, em relação so imóveis de ~~x~~ um porte maior, ~~naxx~~ Zona ~~lax~~ Leste os imóveis mais simples são ~~x~~ em muito maior número do quem os outros e aqui simplesmente é um imposto, quer dizer, uma família que tem uma casinha lá iria pagar 12,30 reais, que seria praticamente 12% de um salário mínimo mensal ~~xxxx~~ durante ~~12~~ 10 meses, vamos ~~dizer~~ que é 10% do salário mínimo. Dentro desse critério a isenção, o critério de isenção para os imóveis qual seria. ~~qix~~ Ainda reforçando a necessidade de uma avaliação melhor para os imóveis mais simples, principalmente na periferia, como Zona Leste, Zona Norte.

Ainda com referência à anistia que foi ~~x~~ realizada no ano passado, trouxe um grande número de metros quadrados que foram anistiados e nós queríamos ter, pelo menos eu não tive, ou não pude verificar os elementos, quantos metros quadrados foram acrescentados a mais nos metros quadrados existentes antes da anistia e qual a porcentagem de receita que esses metros quadrados estão trazendo em impostos a partir de agora.

Seriam essas ~~txx~~ três questões.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Sr. Secretário, o que se observa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 185 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	4	Marcelo	Com. Fin. Org.	13.12.95		

aqui entre os Pares é que no momento em que se fala da Zona Leste nós poderíamos dividi-la em três setores, a zona Leste nobre, que vai da Moóca ao Tatuapé, depois a zona intermediária e posteriormente a periferia. Acho que é isso que não está bem claro para o Vereador José Índio, para o Vereador Mourad e também para o Vereador Odilon ~~Sara~~ Guedes. Quem sabe V.Exa. poderia falar sobre isso, porque a periferia temos conhecimento, Guaianazes, Itaquera, aqueles grotões lá de baixo, realmente tem sua isenção. Agora, a linha intermediária entre os grotões e a zona nobre do Tatuapé, vamos falar do Jardim Anália Franco, que é o Morumbi da Zona Leste e assim por diante.

V.Exa. talvez tenha algum ~~subsidio~~ subsídio para dar para a gente.

O SR. SECRETÁRIO — Pois não. Estou com os dados, conforme eu falei inicialmente, eu tenho os dados por bairro para toda a cidade e sobre qualquer bairro eu poderia, com muito prazer, esclarecer. Eu quero me ater inicialmente à questão dos critérios da obtenção de isenção, questionados pelo Vereador Mourad. A proposta nossa mantém o mesmo número de pessoas ou de contribuintes isentos em 95 para 96. As condições são de que esse imóvel tenha um valor venal não superior a 18 mil reais, tenha um máximo de 90 metros quadrados de área de constru-

Folha n.º 186 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário 40



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	5	Marcelo	Com. Fin. Orç.	13.12. 5		

Agora, especificamente Tatuapé, eu posso esclarecer que quem ~~mora~~ mora no Tatuapé, dependendo da área, nós temos três setores do Tatuapé, pode ir de 219 reais de IPTU, ou seja 21,90 por mês, à 399, ~~ou~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 187 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L13	1	Angela	Com.Fin.Orç.	13.12.95		

a 399, ou seja, 39,90 por mês, na média.

Qual o outro bairro? (Pausa.) Eu não tenho por rua e nem por condomínio, tenho por bairro.

x - x - x

- É dada a resposta fora do microfone.

x - x - x

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Era justamente essa reavaliação que eu gostaria que fosse feita na PGV ~~justamente~~ exatamente porque na região leste tem o Jardim Anália Franco que poderia até contribuir de uma melhor forma, ultrapassando a média, para que fosse beneficiada a parte intermediária e o fundão.

O SR. SECRETÁRIO - De fato isso foi feito, Vereador. Os dados que aqui estão à disposição dos senhores mostram exatamente isso. Essa parte mais nobre do Tatuapé está com uma média de 399, ou seja, quase 400, contra -no caso da região de Ermelino Matarazzo, que eu falei- 123. Quer dizer, está considerada essa diferenciação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães - PDT) - V.Exa. poderia dar como exemplo o Jardim América que diz estar com 660. Então, quase que o Anália Franco se equipara.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 188 do proc.
n.º 733 de 1995
n.º funcionário 4

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L13	2	Angela	Com.Fin.Orç.	13.12.95		

O SR. SECRETÁRIO - Talvez. O Jardim América tem 660, na média.

Eu tenho, no Tatuapé, três regiões, que chamamos de setores 30, 54, 56. Eles variam de 219 - mínimo ao máximo de 400. No Jardim América o valor é médio de 660. Na realidade, a média é menos da metade do Jardim América.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães - PDE) - Muito bem. Então, passamos ao Vereador Odilon Guedes para dar continuidade e, posteriormente, Sr. Secretário, iremos ouvir duas pessoas que aqui se inscreveram. Aqueles que eventualmente tenham alguma pergunta, passando a oportunidade, queiram dirigir-se a qualquer Vereador, para que a faça por ele.

O SR. ODILON GUEDES (PT) - Sr. Secretário, primeiro abordamos essa questão do IPTU.

O SR. SECRETÁRIO - Desculpe-me, Vereador, mas uma questão que ainda não foi respondida, e pediria ao Sérgio Guilherme para fazê-lo, é a do acréscimo de área construída. (Pausa.) A resposta é oito milhões de metros quadrados de acréscimo de área construída.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 189 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário vj

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L13	3	Angela	Com.Fin.Orç.	13.12.95		

X - X - X

- São apresentadas várias perguntas e observações fora do microfone.

X - X - X

BEAN ROSSI

O SR. ~~SÉRGIO ROCHA~~ - São 120 mil solicitações de anistia e o total de área construída acrescida no que já existia, tributado pela Prefeitura, é da ordem de 8 milhões de metros quadrados.
(Pausa.)

X - X - X

- É feita nova pergunta fora do microfone.

X - X - X

BEAN ROSSI

O SR. ~~SÉRGIO ROCHA~~ - Aí precisaríamos analisar processo por processo, que ainda estão na PRODAM.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães - PDT) - Tem a palavra novamente o Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES (PT) - Agora eu vou fazer o restante das questões sobre ITBI e o Orçamento, para passar os demais inscritos.

Eu reafirmo aqui, com relação ao ITBI, que o Governo



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
L13	4	Angela	Com.Fin.Orç.	13.12.95		

Maluf tem uma preocupação em taxar a população de baixa renda, isentando a população de alta renda. E o ITBI é claríssimo. Por exemplo, além do ITBI, que prevaleceu na Câmara até agora, ela tem uma alíquota inicial de 2% e variava até 6%, dependendo do valor do imóvel. Agora está havendo, na prática, uma redução de cobrança para todos os imóveis somente para 2%.

Então, o que acontece? Os imóveis mais caros vão ter imposto menor quando é vendido, é doado, sofrem qualquer transação desse tipo. Isso é injustificável numa sociedade como a brasileira -com ~~um~~ esse nível de desigualdade social e de renda- o governo tem por obrigação taxar os mais ricos. Já o Governo Paulo Maluf vem fazendo o contrário.

Eu li uma entrevista que inclusive saiu nos jornais de um assessor da sua Secretaria dizendo que com a diminuição dessa alíquota vai-se arrecadar 28 milhões a menos de ITBI na Cidade em 1996. Com 28 milhões de reais dá para construir 70 creches, só para dar um exemplo concreto.

Quer dizer, o Prefeito deixa de cobrar dos ricos e, conseqüentemente, deixa de construir creches, por exemplo. Isso é muito objetivo. Por isso, gostaria que o senhor analisasse primeiro e:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 191 do proc
n. 733 de 1995
o funcionario VJ

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L13	5	Angela	Com.Fin.Orç.	13.12.95		

sa questão do ITBI, que passa a ser um imposto regressivo quando, no meu entender, seria correta a progressividade.

Com relação ao Orçamento vou ser muito objetivo. Havia, como no Orçamento passado, um artigo na Lei Orçamentária que permite ao Executivo fazer um remanejamento de 15% do total do Orçamento sem consultar a Câmara. A justificativa da Secretaria do senhor, quando veio à Câmara no ano passado, é de que havia inflação e, então, precisaria haver essa margem de remanejamento.

E agora? Acabou a inflação. E o que acontece é ^{com} x que,

~~_____~~

~~_____~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 192 do proc
n. 733 de 1995
o funcionário ul



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L14	1	Monteiro	AP-CFO	13.12.95		

Quer dizer, e o que acontece é o seguinte, essa margem de remanejamento o governo acaba ignorando a Câmara de Vereadores, tanto que este ano aqui não veio um projeto de lei sobre remanejamento orçamentário e isso aí abre espaço para o quê? Claramente, eu acho que é importante inclusive os representantes do Conselho Tutelar e da criança e do adolescente perceberem o seguinte: este ano foi aprovado construir 54 creches na cidade de São Paulo, está sendo construída uma creche, Foi aprovado construir 107 escolas, estão sendo construídas sete escolas. Por quê? Porque o Prefeito, esse atrigo aí, essa justificativa permite ele tirar dinheiro das creches, da saúde e educação para colocar em grandes obras. Quer dizer, eu gostaria que o senhor me explicasse isso.

E mais um detalhe: o senhor tem falado reiteradamente, e hoje repetiu aqui, que vai haver um investimento na área social, que este governo tem se preocupado com isso. Estou com os dados aqui da execução orçamentária de 94 e 95 que mostram justamente o contrário. Esses dados são importantes. Por exemplo, a Secretaria da Habitação foi aprovado em 93 gastar duzentos e vinte e oito milhões de reais, foi aprovado gastar; só gastou sessenta e seis milhões. Em 94

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 192 do proc.
n.º 733 de 1945
o funcionário WJ



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L14	2	Monteiro	AP-CFO	13.12.95		

foi aprovado duzentos e trinta e nove milhões, só gastou sessenta e dois. Por exemplo, a Secretaria da Saúde foi aprovado em 93 seiscientos e dezessete milhões, só foram gastos quatrocentos e dezoito. E, em 94, foi aprovado seiscentos e quatorze milhões, só gastou quatrocentos e onze. E a mesma coisa acontece na Secretaria da Educação, quer dizer, se aprova uma coisa e se gasta muito menos.

Então, o passado real deste governo não nos permite avaliar o seguinte, o senhor vem e fala que vai gastar não sei quantos por cento na área da saúde, na área social, só que nos outros anos também foi aprovado isso e se executou um orçamento completamente diferente. Então nós aqui logicamente, é aí também não é uma questão política, é uma questão técnica de execução orçamentária, a Câmara aprova um orçamento, os senhores executam um outro, completamente diferente. E aí o que acontece? Quando nós discutimos a questão dos conselhos tutelares, é vergonhoso o que se paga hoje para os conselheiros, é um dado objetivo, cerca de cento e quarenta reais. Quer dizer, é inadmissível isso. Quer dizer, cento e trinta e seis. Viu, Secretário? Isso acho que é um dado fundamental para o senhor responder. Por exemplo, nós sabemos que não tem equipamento para os conselhos tutelares poder funcionar, falta telefone, fax, carro, o mínimo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 194 do proc.
n.º 333 de 1995
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L14	3	Monteiro	MP-Cfo	13.12.95		

e eu queria, para finalizar, Secretário, o seguinte: vou até pre-
sentear, vou passar para o senhor dar de presente para o Prefeito
Paulo Maluf a Lei Orgânica do Município, que espero que ele leia
pelo seguinte motivo. vou reiterar aqui o que já coloquei em outra
ocasião: o artigo 7º da Lei Orgânica define o seguinte: "É dever do
Poder Municipal, em cooperação com a União, Estado e com outros mu-
nicípios, assegurar a todos o exercício de direitos individuais, co-
letivos, difusos e sociais estabelecidos na Constituição, da Repúbli-
ca e Estadual e daqueles inerentes a condições de vida na cidade,
inseridos nas competências municipais específicas, em especial no
que respeita a:..."

Aí, parágrafo único: "A criança e o adolescente são considera-
dos prioridade absoluta do Município." Isso está na Lei Orgânica Mu-
nicipal. Quer dizer, o que me preocupa e o que nós ficamos extrema-
mente chateados é o fato de o Prefeito desconhecer a Lei Orgânica.
Essa questão da criança e do adolescente não é um problema menor,
está estabelecido na Lei Orgânica. Vou pedir ao senhor que dê de pre-
sente ao Prefeito para que a gente possa investir em creche, em es-
cola, melhorar a atuação dos conselheiros tutelares porque, volto a
repetir, não adianta mandar um orçamento aqui e, na prática, executar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 195 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L14	4	Monteiro	AP-CFO	13.12.95		

outro. Quer dizer, não adianta o senhor falar que em 96 vai-se investir tanto na área social quando na prática não se faz isso. Quer dizer, são números, não é o problema de eu ser de oposição, são números reais e objetivos do que acontece no orçamento hoje em dia. Quer dizer, gostaria que o senhor fosse objetivo nessas respostas, a questão do ITBI, que deixa de ser um imposto progressivo e passa a privilegiar quem tem dinheiro nesta cidade, a questão da inversão das prioridades, não adianta falar porque o orçamento é outro e na questão dos conselhos tutelares, que nós esperamos que a Lei Orgânica seja aplicada.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário, registramos a presença do Vereador Edson Simões, membro efetivo da Comissão de Finanças. Tem V.Exa., Secretário, a palavra.

O SR. CELSO PITTA - Muito bem, muito obrigado, Vereador Guedes, pelas observações. Vamos à questão do ITBI. Evidentemente, a tese do Vereador continua sendo a progressividade dos tributos, que é exatamente contrária à nossa posição. E repito exatamente o que falei antes, tanto para o IPTU quanto para o ITBI não pode haver uma alíquota constrangedora, mesmo porque ao se tentar colocar alíquota



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 196 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário 48

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
114	5	Monteiro	AP-CFO	13.12.95		

progressiva sobre imóveis na expectativa de que se vá penalizar mais aquele especulador imobiliário que tem grandes propriedades alugadas e coisas desse tipo, ele simplesmente passa isso transformando essas grandes propriedades em pequenas propriedades e partindo para uma alíquota menor através disso. Então, existe por trás da crítica do... por trás não, é óbvia a crítica do Vereador, a questão da progressividade, isso é uma questão conceitual e filosófica que a gente se posiciona contrariamente desde o início da Administração:

Lembro unicamente o seguinte: o ITBI tem uma alíquota reduzida para os financiamentos hipotecários, para os financiamentos da Caixa Econômica, de moradia popular, tem uma alíquota de meio por cento. Nem todos, então, estão pagando essa alíquota de 2% proposta, a faixa popular tem uma alíquota menor, de meio por cento.

Com relação ao remanejamento de 15%, esse remanejamento já existe nesse orçamento de 95 e desde o ano passado, quando foi votada a proposta orçamentária deste ano, já se estava, vamos dizer assim, na época do Plano Real. O Plano Real, no segundo semestre de 94 já estava zerando a inflação e esse remanejamento foi aceito pelas razões expostas pelo Executivo, que eu reafirmo aqui, ~~devido ao~~

~~devido ao~~



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L15	1	ant.	aud.	13.12.95		

da necessidade de flexibilizar o gerenciamento dessa peça orçamentária.

É a afirmação de que essa margem de remanejamento permitiu que a Prefeitura tirasse dinheiro da área dita social para investimento em obras, ela não procede por duas razões. Primeiro, que a própria lei do orçamento impede de fazer isso. Existe um artigo específico na lei que simplesmente proíbe que o Executivo remaneje verba do setor social para outro setor da peça orçamentária. O que está colocado como disponibilidade do setor social, ele é de forma alguma passível de alteração. Então, inexistente a possibilidade de alteração da peça orçamentária da maneira que o vereador coloca, tirando dinheiro da área social e dar creche para obra viária.

Quero dar conhecimento aos senhores dos dados da execução orçamentária até final de novembro e que diz o seguinte. Gastamos na área social, compreendendo a habitação, educação, saúde, bem-estar social, cultura e abastacimento, 496 milhões, em 95, exceto os gastos de pessoal isto representa 54% a mais do que se gastou em 94. Em 94 gastamos 322 milhões de reais, em 95, gastamos 496 milhões de reais, exceto os gastos de pessoal, isto representa 54% a mais. Já a área de vias públicas que é tão criticada pela oposição, foi gasto 832 milhões de reais, o que representam um aumento de 31%. Quero lembrar que esses gastos de vias públicas se referem a vários projetos que foram iniciados na administração Jânio Quadros, interrompidos na administração anterior e foram retomados nessa administração e estão sendo entregues à população. Vários projetos viários foram paralisados durante 4 anos e retomados agora.

Com relação à questão das creches, há uma informação passada a uma colega do vereador Odilon Guedes, pelo Secretário Adail Vettorazo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 198 do proc.
n.º 733 de 1945
o funcionário *uj*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
15	2	ant.	aud.	13.12		

que diz que entregamos desde o início da nossa administração 44 novas creches que foram construídas ou reformadas totalmente ou ampliadas. Independente disso, aumentamos o número de creches conveniadas e esse número aumentou exatamente durante esse período que essas novas creches foram construídas e o número de crianças atendidas também aumentou.

Agradeço a ironia do presente da lei orçamentária municipal, apesar de estarmos na época natalina, mas acredito que ela seja desnecessária para conhecimento do prefeito que a cumpre religiosamente. Com relação ao fundo da criança e do adolescente, vou passar ao Dr. Freitas, a palavra que vai dar o número exato do Fundade para conhecimento de todos.

O SR. FREITAS - Como já foi dito, o orçamento de 96 contempla para o Fundad 2.020 milhões de reais. Esse número vem diretamente do orçamento fiscal, não foi considerado eventuais entradas de recursos externos e foi dito que em entrando esse dinheiro que constava da proposta do fundo, cerca de 50 milhões, a dotação será suplementada.

O SR. ODILON GUEDES - Secretário, tenho a relação de todas as creches que estão sendo construídas na cidade e o que temos é o seguinte. Uma está sendo construída que é do Jd. Laranjeira. Só para os senhores terem uma idéia, por exemplo, Creche V. Califórnia, se gastou 2.550, mil reais, deve ter colocado a placa, porque com esse dinheiro não dá para fazer nada. Creche Jd. Fujiara, se gastou 1.430 mil reais, Jd. dos Reis, 3.100 mil reais e são as 54 creches, Jd. Laranjeiras que se gastou um pouco. Segundo dados que temos foram construídas 2 creches nesses 3 anos e o resto foram reformadas. São dados da própria secretaria do senhor, do Serviço de Execução Orçamentária que acessamos. Tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 199 do proc.
n.º 733 de 1985
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
15	3	ant.	aud. m	13.12		

RE

Jd. Bandeirante, zero; Jd. Eliane, Jd. Sabrina, Jd. São Francisco, nada. Esses dados passamos para quem precisar, são objetivos, Na escola é a mesma coisa, São números incontestáveis porque são fornecidos pelo governos, não somos nós que inventamos isso. É importante deixar registrado e informar novamente o senhor.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 200 do proc.
n.º 733 de 1995
o. funcionario WJ

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L16 XIX	1	emira	orçamento	13.12.95	odilon	

Mais uma agravante, é o seguinte, tem creches que já estão sendo repetidas há 3 anos no orçamento, e não se fez nada. Se aprovo em 94 e não se fez nada, 95 não fez nada, e 96 está aprovado novamente.

Aí permite ao governo dizer "vamos gastar não sei quantos bilhões, milhões ~~na~~ na área social, mas na prática, não está se gastando. Eu quero reiterar essa questão porque acho que ela é muito importante para o esclarecimento desta comissão, da Câmara Municipal e para o cidadão desta cidade.

O SR. SÉRGIO ROSA - Só para debater, acho que o Odilon Guedes já esclareceu algumas questões, que são fundamentais para a gente analisar a condição do orçamento. Em relação ao Funcar, eu queria esclarecer. O Freitas respondeu sobre os recursos orçamentários para execução de uma série de programas, apenas com a destinação de 2 milhões para o Fundad, que me parece, segundo a própria avaliação do Conselho Municipal, é absolutamente suficiente para tocar o Proasfe e demais programas, sustentados com serviços tutelares, etc. Isso me parece óbvio.

Segundo, essa verba destinada..., é praticamente a mesma que existia em 95, que — eu gostaria que o senhor mesmo pudesse dizer se tiver os dados aí, o quanto foi gasto efetivamente da verba destinada ao Fundad em 95. Ou quanto foi gasto em 94, ou quanto foi gasto em 93, porque, segundo informações, a verba alocada no Fundad nesses anos praticamente ficou paralizada lá, por uma série de questões burocráticas, mas na prática não foi gasto quase nada. Então, está alocada a mesma verba, que é absolutamente insuficiente para execução desses progra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 201 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionario wj

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L16	2	emira	orçamento	13.12.95	rosa	

mas objetivos que eu enumerei, com a agravante de que quando alocada anteriormente essa verba, ela praticamente não foi gasta, ou teve uma destinação agora no finalzinho, que o senhor mesmo poderá confirmar.

E queria aproveitar para solicitar do Sr. Secretário, que os documentos, as informações de uma pesquisa da São Paulo Transportes e os demais, se puder deixar à disposição da Comissão para consulta nossa, evidentemente ele citou alguns dados que a gente gostaria de examinar melhor, e gostaria de deixar esta solicitação feita.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Além do pedido pelo Vereador Sérgio Rosa, nos pede o Vereador Odilon Guedes que também esses dados sobre o IPTU.

Te, S.Exa. o Sr. Secretário a ~~para~~ palavra.

O SR. SECRETÁRIO - Os dados, evidentemente, estão à disposição, e estão à disposição da Comissão.

Eu só quero registrar, com relação à observação do Vereador Sérgio Rosa, de que esses recursos, se insuficientes, no decorrer do ano de 96, poderão ser suplementados, exatamente com essa margem que propusemos ter para remanejamento de verba. O que não pode ser feito é o contrário. Não se pode tirar dinheiro da área social para colocar em outras áreas, mas pode-se ~~retirar~~ tirar dinheiro de outras áreas para se colocar na área social. Então, se houver uma necessidade de suplementação de recursos, essa poderá ser feita sem maiores dificuldade.

Com relação à questão colocada pelo Vereador Odilon Guedes, sobre a remuneração dos conselhos tutelares, nós vamos rever, porque a remuneração tem que ser revista, mas é uma remuneração que não está com-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 202 do proc.
n.º 733 de 1996
o funcionario w

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L16	3	emira	orçamento	13.12.95	secretario	

patível com o tralhalho que está sendo desempenhado pelos compelheiros e vamos rever de fato essa remuneração.

Quanto aos dados que o senhor citou, acerca das construções de creche, eu passaria também ao Freitas, porque os nossos registros são diferentes dessas informações.

O SR. FREITAS - Com relação às creches, nós temos obras contratadas; são 10, e eu vou citar uma a uma: Vila Califórnia, Jardim Nordeste, Jardim dos Reis, Jardim Fujihara, Jardim Miragaia, N.Sa. do Caminho, Novo Horizonte, Vila Califórnia-Interlagos, Parque Ipê e Vila Remo. Essas 10 obras foram contratadas e os contratos estão à disposição dos senhores, em Edif.

Em fase de licitação, teriam mais 14 creches: Cohab Educandário, Parque Dorotéia, Jardim Antártica, Jardim Castelo, Parque Cruzeiro do Sul, Parque Anhanguera, Vila Piauí, Parque Residencial Cocaia, Jardim Maracanã, Jardim Tereza, Lageado, Parque Cruzeiro do Sul, Jardim Tremembé, Jardim Ana Rosa. Licitações em fase final, e os contratos deverão ser ~~xxxxxxxx~~ assinados ainda em dezembro.

Com relação às escolas, estão em andamento 10 MPGs, 20 Emeis, sendo 2 em convênio com o governo do Estado, e 2 do segundo grau. Também esses contratos estão assinados, à disposição em Edif.

Construção, substituição tem 5 Emeis; ampliação tem uma Emei mais 6 MPGs; reforma com ampliação, 14 Emeis, mais 2 MPGs; reforma geral, 3 MPGs. Esses contratos, repito, estão assinados, já foi dada ordem de início e os contratos estão à disposição na Secretaria de Serviço

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 203 do pro
n.º 733 de 1995
o funcionário u)



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L16	4	emira	orçamento	13.12.95	freitas	

Edif.

O SR. AIMIR GUIMARÃES - Os Srs. Vereadores, como havíamos determinado, vamos passar a palavra agora para o Sr. Carlos Roberto Váz, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. S. Exa. tem 5 minutos para formular suas questões ao Sr. Secretário, ou a quem entender. Tem V. Sa. a palavra.

O SR. CARLOS ROBERTO VÁZ - Bom dia Sr. Secretário e Srs. Vereadores, é difícil tratar aqui em 5 minutos, de um conselho, que, como diz a lei, diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente, como se deve ser feita neste país. Lei federal. Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis. Quer dizer, controladores das ações em todos os níveis

(impressão)



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-17	1	valéria	fin. orç.	13.12.95		

é que nós, nesses dois anos em que estamos no Conselho, temos feito uma análise crítica do atendimento da criança e do adolescente em São Paulo e temos percebido lacunas e descalabrados que têm acontecido com o atendimento. Então, quero ficar só nessas duas para podermos justificar o por que desse apelo que vamos fazer ao final ao Sr. Secretário, Srs. Vereadores e Comissão de Finanças e Orçamento.

Quanto às diretrizes do atendimento, vamos nos ater a duas: Municipalização do atendimento e criação do Conselho Municipal e do Fundo Municipal. Antes de falarmos em fundo, Sr. Secretário, precisamos saber o objetivo do fundo porque ele está gerenciado por um conselho deliberativo e é deliberativo porque é formado por oito membros indicados pelo Governo Municipal e oito membros eleitos pela cidade de São Paulo. Portanto, o Governo Municipal está representado nesse conselho pela Secretaria de Finanças, inclusive, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, de Assuntos Jurídicos, de Esportes, ou seja como se deve ordenar a política de atendimento à criança e adolescente na cidade de São Paulo. Com a aprovação dos membros do Governo, inclusive, fizemos algumas leituras. O Vereador Odilon Guedes coloca também que 26 milhões daria para fazer 70 creches e toda a dificuldade que estamos encontrando de fazer com que essas creches funcionem. E 70 creches não vão resolver - e a proposta do Governo seriam 80 creches, que não vão resolver o problema da demanda. Estamos criticando situações, o próprio desemprego, temos famílias desempregadas, pais desempregados, isso vai criando a desestruturação familiar. Estamos colocando isso, Infelizmente, porque somos um órgão propositivo e não simplesmente político, quando se diz criança e adolescente só se fala em creche, creche, construção de creche



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
117	2	valéria	fin. orç.	13.12.95		

todo mundo quer creche e isso não resolverá o problema. Precisamos começar a cobrir uma lacuna nesta Cidade no que tange à orientação e apoio socio-familiar. Isso não tem sido feito e a orientação e apoio socio-familiar tem de ocorrer. Toda essa questão dos meninos e meninas de rua que vem acontecendo, não só no centro, vem fazendo com que mães e pais vão trabalhar no mercado informal, para ganhar o mínimo de 100, 150 reais e as crianças ficam à deriva pelas ruas. Então, estamos propondo uma orientação de apoio socio-familiar municipalizada, visto que o Governo do Estado também vem fazendo descabidos no que tange à municipalização e nós, enquanto Conselho Municipal, os Srs. Vereadores e Sr. Secretário, temos de barrar essa situação descabida do Governo na Cidade. Não é só esse Governo. Aliás, São Paulo tem sido vítima por ser sede da capital, o Governador acha que é Prefeito, dá uma de prefeito e desrespeita as instâncias normativas e representativas da Cidade. Esse programa é feito com uma análise, foi feito um inquérito pelo Ministério Público para apurar a situação das crianças e dos adolescentes que estão na cidade de São Paulo e em outras cidades do Estado, e encontrou o programa de orientação e apoio socio-familiar e o programa de educação cooperativa que é voltada para os adolescentes defasados do ensino fundamental de 14-18 anos, que é a grande problemática da Cidade, nos bairros. Em São Mateus há a questão do crack, da ausência de políticas sociais básicas na periferia da Cidade. Então, é o grande tormento da cidade, os adolescentes que por não terem o atendimento adequado acabam sendo agressivos.

São esses dois programas que o inquérito do Ministério Público encontrou, um órgão deliberativo, e fez uma ação de obrigação de fazer para esses dois programas. Lembramos que a ordem interna do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 206 do processo
n.º 733 de 1995
o funcionário *us*



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
117	3	valéria	fin. orç.	13.12.95		

Sr. Prefeito, do dia 21 de novembro, pedindo a agilização do programa de orientação e apoio socio-familiar. E esse convênio saiu no dia 30 de novembro e não 1 milhão e 200 como o Dr. Freitas colocou, mas 781 mil, ou seja, perdemos mais 410 mil do que tínhamos de dotação este ano em 3 ~~xapx~~ parcelas de 250 mil referentes à implantação, 270 mil referentes a novembro - que juntou a implantação em novembro, porque foi uma obrigação porque tinha de se fazer e se fez de forma muito acumulada. O inquérito também perguntou ao Conselho Municipal quais seriam as metas desses programas para 96. Então, nós subsidi~~amos~~amos o Ministério público de quais eram as metas do programa de apoio e orientação socio-familiar e para o programa de ~~manutenção~~ educação cooperativa. As metas foram atender 20 mil famílias no programa de orientação e apoio socio-familiar, lembrando que essa orientação e esse apoio serão fiscalizados pelo Conselho Tutelar.

Então, esse é um programa que no seu bojo estrutura os conselhos tutelares da cidade de São Paulo, ele embute o aluguel de uma viatura ~~para o Conselho Tutelar, uma viatura para o Conselho Tutelar de 26~~



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
118	1	beth	finanças e	orç. 13.12		

para cada conselho tutelar uma equipe multidisciplinar de 16 técnicos sendo eles 4 educadores, 4 psicólogos, 4 assistentes sociais e 4 advogados para cada conselho tutelar. O telefone direto que eles não têm, usam o da administração e a população não tem acesso a eles. Lembrando que o Ministério Público contratou uma assessoria com membros internacionais para fazer a análise desse programa e o ministério público tem propagado na Cidade, Estado e País que é um dos programas de ponta para a questão da criança e do adolescente. Começar a se tratar a criança e o adolescente não isoladamente da família. Essa é uma das distorções que estão ocorrendo com as entidades sociais e até com o próprio Estado. Trabalhar a criança carente disassociada da família e isso nós temos jogado no ralo. Nós temos jogado recursos no ralo. Não temos tempo de dispor as contas como vocês tiveram mas são ~~XXX~~ recursos jogados no ralo, no bueiro tratar ~~M~~ criança e adolescente sem tratar a família junto. Então esse é um programa de ponta de lança. Acho que a cidade merece, têm recursos e nós poderíamos estar sendo exemplo no País de como se tratar a criança e o adolescente sob a fiscalização dos conselhos tutelares. Começamos a falar nesse programa - Orientação e Apoio sócio familiar - e a Paternidade Responsável. Então, o Município estará assumindo a sua parcela de responsabilidade e transferindo para a família condições para assumir a responsabilidade pela educação integral dos seus filhos. São programas que atenderão famílias e cujos filhos forem pegos na rua ou em situação de risco e os conselhos tutelares terão como responsabilizar as famílias e os pais pela situação em que os filhos estão vivendo. Nessa situação que os filhos estão vivendo. Nessas famílias bolsistas.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
118	2	beth	fin. orç.	13.12		

É vasto, não dá para dizer, só para concluir, gostaria de fazer um apelo para que tratássemos essas quatro emendas que foi uma provocação dos conselhos tutelares e do Conselho Municipal à Bancada do PT e se fez quatro emendas em nome da bancada do PT. A gente gostaria que essa emenda não fosse da Bancada mas sim de uma frente parlamentar, que pudéssemos tratar essas ~~emendas~~ quatro emendas visto que ~~existem~~ é uma ação do Ministério Público de forma especial e, em separado das demais emendas. Se ela entrar no bojo das 628 emendas eu acho que não estaremos nem garantindo prioridade absoluta e nem discutindo o atendimento. Quero fazer o apelo, tratar em forma especial. Me pedir ao Secretário para que possamos ter uma reunião, uma audiência com o Secretário de Finanças, alguns vereadores poderão estar acompanhando, dos vários partidos e os representantes dos conselhos tutelares para a gente tratar dessa questão do FUNCAR de uma maneira mais próxima para que o Secretário pudesse entender o que o Programa Educação e Cooperativa e que a gente pudesse caminhar no sentido da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente na Cidade e contribuir para isso no Estado e no País. Obrigado e desculpe.

o SR ALMIR GUIMARÃES - Eu quero dizer ao Carlos que pela importância do assunto nós permitimos que ele falasse 11 minutos. O Sr. Secretário tem o tempo que precisar para responder.

O SR CELSO PITTA - Meu caro Carlos, eu não vi na sua exposição nada em desacordo com a nossa proposta para o ano de 96. A tese é uma tese absolutamente esposada pela Prefeitura no sentido de dar a maior e a melhor assistência possível ao Menor adolescente. Membro aos presentes que a Prefeitura vem atendendo cerca de 80 mil crianças entre



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 209 do proc.
n.º 733 de 1945
o funcionário J

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L18	3	betah	fin. orç.	13.12		

creches conveniadas e creches da administração direta. Estamos atendendo 35 mil menores e 1711 adolescentes. Temos outras dados de atendimento à população de rua e outros da área social. Da sua exposição ressalto o seguinte: o problema do menor carente, o problema da população da rua de fato é um problema mais amplo do que a simples retirada da criança para o abrigo, para essa criança desafortunada que está na rua. É um problema que envolve uma paternidade responsável, uma orientação de apoio sócio-familiar mas antes de tudo é um problema de natureza econômica. Vamos ter que ter empregos, vamos ter que ter empregos para essa família. Naturalmente o exercício dessa paternidade responsável, o exercício dessa orientação familiar só será efetiva na medida em que essa família tenha um auto-sustento. Nós temos o problema maior que é o problema da miséria deste país que tem que ser equacionado em todas as esferas da sociedade tanto a nível da administração municipal como a nível do governo ~~Municipal~~ Estadual como a nível do governo Federal como a nível da sociedade como um todo, o empresariado, passando pelas comunidades, as associações de bairro, etc. enfim, há uma necessidade de uma mobilização geral para que a gente resgate essa enorme dívida social que se tem para com a população carente.

~~Prof. Dr. [nome]~~



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
119	1	Norma	Com.Finanças	13.12.95		

O que cabe à Prefeitura - e esse é o dever de casa que a gente se orgulha de ter feito - é que tudo o que foi feito nesta Administração foi no sentido de gerar emprego, no sentido de resolver o problema básico do auto-sustento da família, particularmente da família carente.

Todos os projetos da Prefeitura envolvem o emprego de mão-de-obra, e mão-de-obra menos qualificada; a construção civil, a construção pesada, é a construção que mais absorve mão-de-obra ~~desqualificada~~ desqualificada ou de baixa qualificação.

Com isso, o que nós estamos fazendo? Nós estamos atacando o problema no seu ângulo, na sua essência, ou seja, estamos dando ao cidadão uma condição de sustento para si e para sua família, de forma que ele, de fato, possa exercer essa paternidade responsável, essa orientação familiar que precisa ser efetivamente exercida.

Cabe, de fato, às demais esferas de governo, cabe de fato à sociedade, através de organizações como essa, do Conselho Tutelar, uma parcela na condução, na solução desse tipo de problema, de forma que não ~~veja~~ vejo, na exposição do Carlos Roberto Vaz, nenhuma distorção do que está sendo apresentado ~~na~~ como proposta nossa, do Orçamento de 96.

Quanto a dados de execução, eu posso passar aqui ao Freitas para esclarecer ~~se~~ se é um milhão de duzentos, setecentos, ou coisa desse tipo, porque ele tem esses números mais precisos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 211 do proc.
n.º 733 de 1995
o funcionário W

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
119	2	Norma	Com.Finanças	13.12.95		

O SR. FREITAS - O que foi colocado à disposição de FABES foi um milhão e duzentos, talvez pela defasagem do tempo só seja possível se gastar os 781 alegados. Volto a repetir que - como o senhor há de convir comigo que se os projetos estão sendo iniciados este ano, agora no final do ano, não foi possível prever isso quando da elaboração do Orçamento, em 30 de setembro, porque nós só consideramos o recurso do orçamento fiscal.

Se esses projetos se deslancharem - e nós esperamos que isso aconteça - repito, a dotação será suplementada.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - O próximo inscrito, e último, é o Sr. José Luiz Rizzo. Tem V.Sa. a palavra, para que possamos concluir esta audiência.

O SR. JOSÉ LUIZ RIZZO - Bom dia a todos os presentes. Sr. Secretário, tomo a liberdade de fazer quatro perguntas objetivas para o senhor. A primeira delas, Sr. Secretário, é sobre a rubrica - Publicações de Interesse do Município de São Paulo; nós encontramos nessa rubrica 25 milhões, que, efetivamente, não constroem as 70 creches do Prof. Odilon, mas pelo menos 68.

Temos também que para publicações legais, cinco milhões. Então eu gostaria de saber como e onde serão gastos esses 25 milhões dessa rubrica. Essa é a primeira pergunta.

A segunda é uma preocupação já na Secretaria da Educação. Sobre a rubrica - Operação e Manutenção das EMELs, percebemos que houve uma redução de 16% nessa área. Não só nessa questão da EMEL,



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L21	2	regina	aud.púb.	13.12.95		

cipalidade. Esses recursos também são onerados pelo pagamento de dívidas anteriores, também do próprio sistema de habitação. Nós tivemos de repactuar 800 milhões de reais de dívidas, que não tinham sido pagas e estamos pagando efetivamente.

Então, independente do valor que estamos investindo no Projeto Cingapura, estamos pagando dívidas de projetos habitacionais que não tinham sido pagos anteriormente.

Devemos ter um suporte externo com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que considerou o Projeto Cingapura prioritário e muito interessante de ser prestigiado e mesmo copiado para outros países membros do BID.

Estamos em negociação com o BID, ele pretende nos financiar 150 milhões para uma segunda fase, cujo custo total é de 250 milhões de dólares. A Prefeitura entra com 100 milhões, o BID entra com 150 milhões.

Independente desse valor, que é expressivo, o que se tem é o reconhecimento de uma entidade internacional estar dando potencialidade a esse projeto de habitação vertical para solução do problema da favela, para solução do problema habitacional da cidade de São Paulo.

São essas as informações que eu poderia lhe dar.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Por favor, se você puder vir aqui, até o microfone, porque precisa ser registrado para a Taquigrafia captar. Rizzo, por favor.

O SR. RIZZO - Sr. Secretário, eu só fiz essas perguntas porque o Secretário de Cultura não esteve presente, foi o Sr. Ivo Belange que esteve presente e disse que esse montante seria usado para eventos no Anhangabaú. Eu até concordo, Sr. Secretário, que Cultura é prioridade,



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
L21	3	regina	aud.púb.	13.12.95		

mas biblioteca também é cultura, centro de lazer e recreação também é cultura.

E quanto a questão do Cingapura, eu aceito sua resposta embora não concorde. Continuo achando que 10% é muito pouco perante o que foi proposta. Opinião minha.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Srs. Vereadores, nós tivemos início da nossa Audiência Pública às 10:00 horas, são 12:35 horas.

Especialmente no que diz respeito ao assunto dos direitos da criança e do adolescente, seria objeto de discussão para mais três horas.

Mas esta Presidência agradece a presença do Sr. Secretário, vêm aqui registrar que foi o único Secretário que jamais se furtou a comparecer a Câmara Municipal de São Paulo, quando solicitada sua presença, o que lamentavelmente não ocorreu com outros ilustres secretários desta Administração, o que já manifestamos publicamente.

Agradecemos a V.Exa., Sr. Secretário, pela forma fidalga e democrática como V.Exa. se comportou e passamos o microfone para suas considerações e a seguir encerramos os nossos trabalhos.

O SR. ROBERTO PITTA - Sr. Presidente Almir Guimarães, Srs. Vereadores: Odilon Guedes, Sérgio Rosa, Mourad, a todos os participantes, senhoras e senhores, meus sinceros agradecimentos por terem dividido conosco esta manhã de debates.

Eu quero, independentemente desta audiência, colocar-me à disposição, como também minha equipe, para esclarecimentos que se fizerem necessários. A nossa conversa em torno ^{do} Funcadeas será agendada e será um prazer reencontrá-los. Muito obrigado a todos.



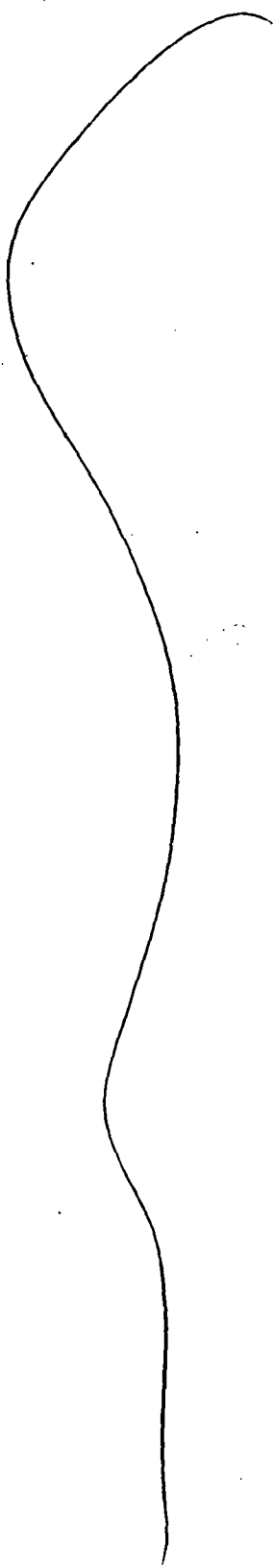
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 220 do proc.
n. 733 de 1995
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L21	4	regina	aud. púb.	13.12.95		

O SR.PRESIDENTE (Almir Guimarães)- Estão encerrados os nossos trabalhos.

* * *
* *
*



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) ao processo nº 221.2702-96, 2224)
cado(s) sob n.º 221.2702-96, 2224)
n.º 221.2702-96, 2224)



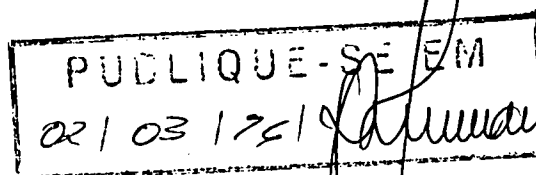
16 - PAR
PI 16-0237/1996

Municipal de São Paulo

Folha n.º 221 do proc.
n.º 733 de 1995
o Funcionário

PROJETO DE LEI Nº 733/95

6 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O



O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, visa conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, e anistiar as penalidades correspondentes.

A isenção dependerá de requerimento anual à Secretaria de Finanças e não exonera a beneficiária do cumprimento das obrigações acessórias a que está sujeita.

Segundo a exposição de motivos, trata-se de um terreno utilizado como estacionamento para médicos, funcionários e usuários do hospital, com a finalidade única de atender exigência da infraestrutura hospitalar, isto é, não há objetivo mercantil na administração do estacionamento.

Em setembro de 1995, a estimativa de renúncia de receita que o projeto acarretaria seria da ordem de R\$ 330.433,00.

Tendo em vista que o Hospital já é reconhecido como entidade de utilidade pública, no âmbito federal, estadual e municipal, sendo, pois, imune a impostos, e que o referido terreno é in-



Câmara Municipal de São Paulo

folha n. 222 do proc.
733 de 1995
o funcionário W

tegrante do patrimônio da Entidade e serve às suas atividades essenciais, esta Comissão nada tem a opor à propositura.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 27 de fevereiro de 1996.

Presidente -

Relator -

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUEM: Juntados em 1.º de março de 1996, rubricados e selados com o selo da Câmara Municipal de São Paulo, informação sob

n.º 223 27.02.96

W

VOTO EM SEPARADO CONTRÁRIO AO PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS
E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 733/95.

Trata-se de projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visando a concessão de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, bem como anistia a débitos anteriores.

Segundo informações carreadas aos autos no decorrer da tramitação da propositura, tem-se que a mesma, em sendo aprovada, significará uma renúncia de receita da ordem de R\$ 330.433,00 (trezentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e três reais).

É certo também que a pretendida isenção não recairá sobre imóvel onde efetivamente funciona o hospital, o qual já conta com isenção tributária, mas sim sobre área que vem sendo utilizada para estacionamento de funcionários e usuários do hospital.

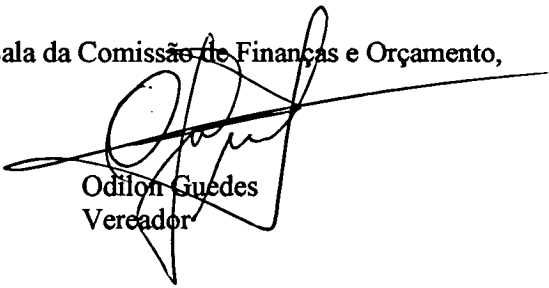
Não nos parece que o serviço de estacionamento esteja diretamente relacionado com o objetivo institucional da entidade beneficiária que, segundo consta do estatuto daquela sociedade, seria de "promover obras de assistência social, e promover por todos os meios, a instalação e funcionamento de um Hospital obrigando-se, como instituição filantrópica a manter leitos e serviços hospitalares para uso público gratuito" (grifo nosso).

A existência de estacionamento não é condição para o funcionamento do Hospital e nem pode ser visto como serviço hospitalar. O fato do usuário não estacionar seu veículo em estacionamento próprio, não impede o hospital de prestar os serviços inerentes a seus objetivos institucionais. Não há, portanto, relação entre o serviço prestado pelo hospital e o estacionamento.

Agrava, ainda, a questão ora analisada, o fato de que referido estacionamento é gerenciado por empresa particular, que explora comercialmente o local. Assim sendo, somente pode usufruir desse serviço aquele que tiver como pagar por ele.

À vista do exposto, entendemos que não existe justificativa para que o Município renuncie à receita proveniente do imposto incidente sobre o imóvel em questão, receita esta que beneficia a toda a população indistintamente, motivo pelo qual posicionamo-nos frontalmente contrários à propositura em apreço e, conseqüentemente, ao parecer aprovado pelos demais membros desta Comissão.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento,


Odilon Guedes
Vereador

Publicado no DIARIO OFICIAL
de 02/03 / 1996
pagina 39 coluna 1ª
Conferido: W

À A.T.M.
Em, 05/03/96

M MARGARETE NUNES SILVA
Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUIE, juntado nesta data informação rubricado ss.

fôlha nº 224/228 02/05/03 SD

SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV



Prefeitura do Município

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º

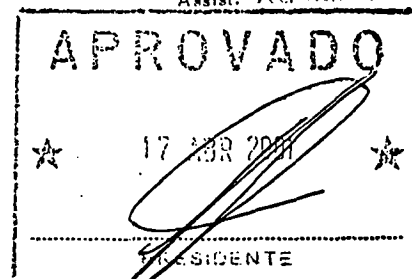
044/01

São Paulo, 10 de abril de 2004

15 - DECRET
15-0043/2001

REBIDO NA A: 7. M:
n 10, 04, 01
23 17:10 horas
Folha n.º 22 de 22
n.º 33 de 19 95

Assist. Téc. Dir. IV

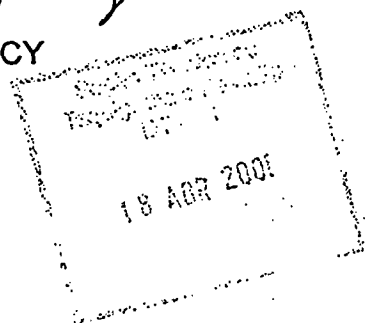


Senhor Presidente

No intuito de proceder ao reexame de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal de São Paulo e que, até o presente momento, ainda não contam com a aprovação dos membros dessa Casa, solicito a Vossa Excelência a retirada e o conseqüente arquivamento das proposituras relacionadas na anexa peça, por mim rubricada e parte integrante deste ofício.

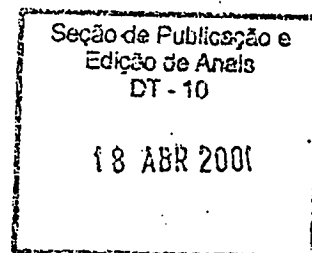
Na oportunidade, renovo protestos de elevado apreço e consideração.

MARTA SUPLICY
Prefeita

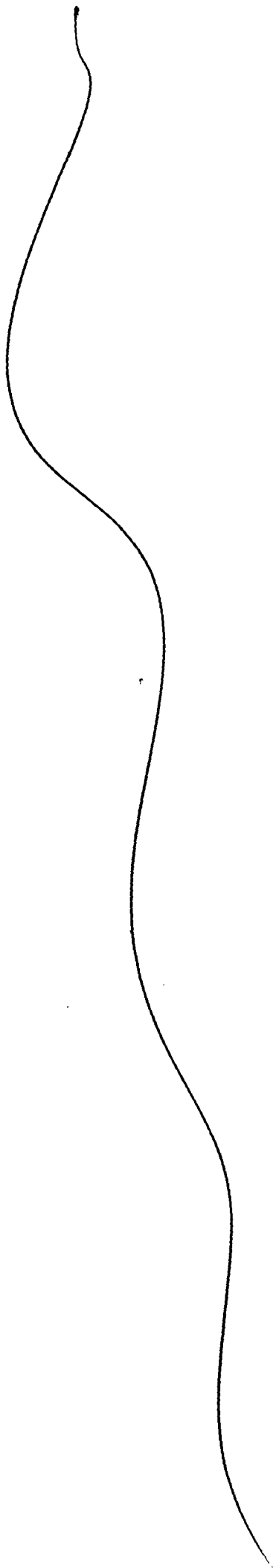


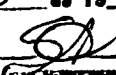
Ao Excelentíssimo
Senhor José Eduardo Martins Cardozo
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

JAM/rmn
Ret1



100
100



Folha n.º	226	de pros.
n.º	733	de 19 95
		

SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV

2

1995, que dispõe sobre a reorganização do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana da Prefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.

5. 44/99

Altera a denominação e as atribuições da Secretaria das Administrações Regionais, e dá outras providências.

6. 776/96

Dispõe sobre o Plano Plurianual 95/97.

7. 20/96

Dispõe sobre concessão administrativa de uso de área municipal situada à Rua Antenas nº 1, Vila Califórnia, à Ação Social "Padre Paschoal Bianco", e dá outras providências.

8. 274/98

Dá nova redação ao artigo 14 da Lei nº 11.039, de 23 de agosto de 1991, e dá outras providências.

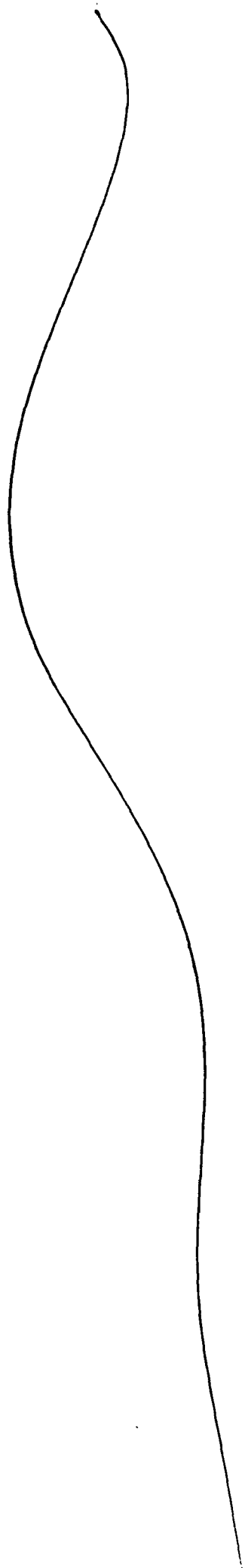
9. 621/94

Aprova plano de alinhamento em Vila Maria, e dá outras providências.

10. 798/93

Autoriza remissão de dívida da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências.





Folha n.º 227 de proa.
n.º 733 de 19 95

SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV

3

11. 546/93

Autoriza aos servidores municipais de vigilância a utilização do Código Sanitário Estadual, e dá outras providências.

12. 446/98

Dispõe sobre a constituição da Companhia Municipal de Ativos, e dá outras providências.

13. 733/95

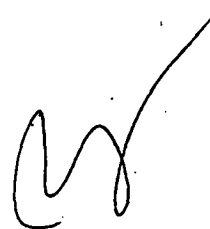
Concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, e dá outras providências.

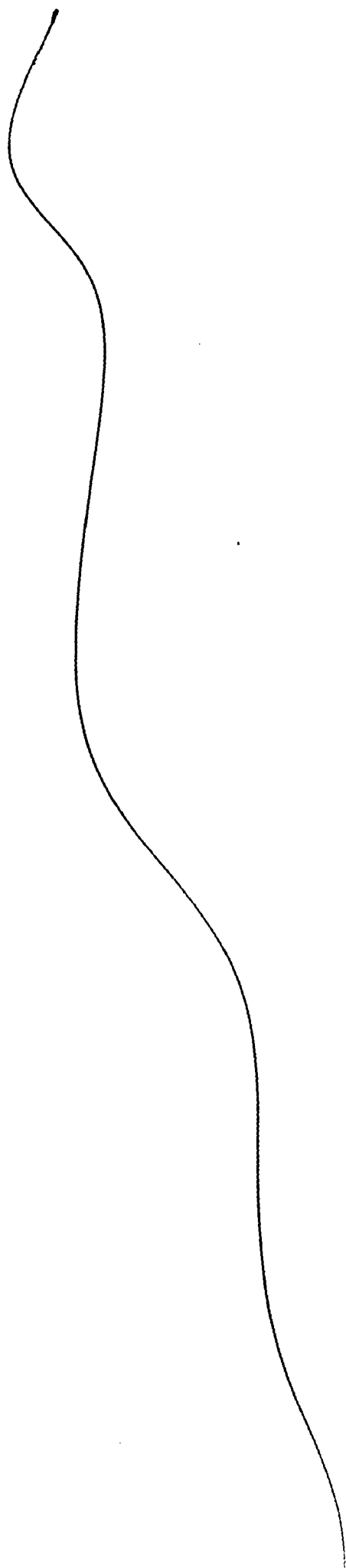
14. 629/99

Dispõe sobre o afastamento de funcionários ou servidores da Administração Direta ou Autárquica, eleitos dirigentes sindicais ou classistas.

JAM/rmn

Anexo Ret1







CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 228

do processo nº 733 de 19 95, 02/05/01 (a) *[assinatura]*

SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV

À LEG.3
Senhora Chefe:

Para as providências que se fizerem
necessárias.

02.05.01

[assinatura]
R. CANDELF
Assessor Ec. Leg. Chefe
A. T. M.

RECEBIDO EM LEG. 3

04 / 05 / 2001

15:20 h *[assinatura]*

Sr^a Kathya,

preparar ofício ao Executivo comunicando a retirada e ,
o arquivamento deste processo.

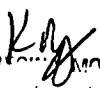
18.05.01

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Chefe da Seção Técnica IV

Sr^a Chefe,

providenciado conforme solicitação de V.S^a.

18.05.01


KATHYA PEREIRA MORAES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

SEGUI m, juntado s nesta data
documento s e papel de informação
rubricado s com folhas n^{os} 229/231
Em 18/05/01


LILIANA MARIA MIGLIANO BOSISIO
Assistente Técnico de Direção IV



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

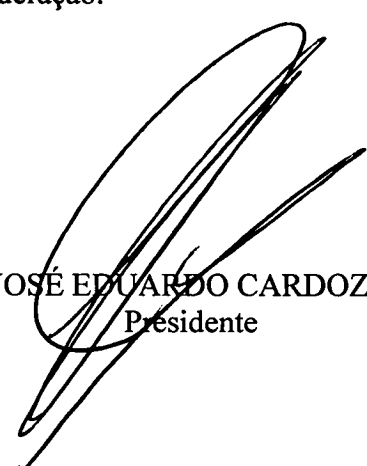
São Paulo, 08 de maio de 2001.

18 - OF-LEG3
OFICIO N. 0249/2001

Senhora Prefeita,

Comunico a Vossa Excelência a retirada e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei nº 733/95, de autoria do Executivo, que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, e dá outras providências, conforme solicitação contida no Of. ATL nº 44/01, de 10 de abril do corrente, numerado nesta Casa como DOCREC 15-0043/2001.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Doutora Marta Suplicy
Digníssima Prefeita do Município de São Paulo.

 ABA/krms



Folha nº. <u>230</u> do proc.
Nº. <u>733</u> de 19 <u>95</u>
O funcionário <u>ELIANA MARIA MIGLIANO BOSSIO</u> Assistente Técnico de Direção IV

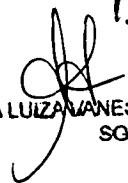
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 09 de maio de 2001.

Recebi ofício Leg.3 nº 249, de 08.05.2001, comunicando à Senhora Prefeita a retirada e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei nº 733/95, de autoria do Executivo, conforme solicitação contida no Of. ATL nº 44, de 10 de abril do corrente, numerado como DOCREC 15-0043/2001.

RECEBIDO
SGM/ATL

10/05/01


ANA LULZANYES TORRES FERREIRA
SGM



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n° 231

do processo n° 733 de 19 35 18.05.01 (a) LILIANA MARIA MIGLIANO BOSISIO
Assistente Técnico de Direção IV

À ATM - Sr. Assessor Chefe,

Conforme entendimentos mantidos com a chefia do DT-94, encaminho o presente para troca da capa e posterior remessa ao arquivo.

18/05/01


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Chefe da Seção Técnica IV

À Sra. Assistente Técnico de Direção:
Para providenciar.

21/5/2001


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Legisl. Chefe.
A.T.M.

Ao Sr. Assessor Téc. Leg. Chefe:
Providenciado.

21.5.2001


Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

Ao DT.4 - Sra. Chefe:
Arquivar o presente processo.

21.5.2001


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Legisl. Chefe.
A.T.M.

DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO

Proc. encerrado ci 231# fls.

Arquivo em 22-5-2001

O Func.º Q

LINA ANGÉLICA MARIA GUZÁUSKAS
- Documentalista - RF 100.927

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a)